



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O ENSINO DE HISTÓRIA NO LICEU PARAIBANO OITOCENTISTA (1839-1886)

MADAY DE SOUZA MORAIS

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Engler Cury
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa – PB

2016

O ENSINO DE HISTÓRIA NO LICEU PARAIBANO OITOCENTISTA (1839-1886)

MADAY DE SOUZA MORAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Engler Cury

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

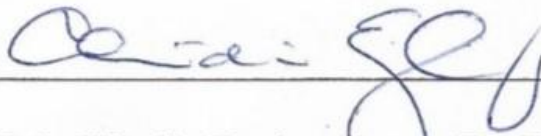
2016

M827e Moraes, Maday de Souza.
 O ensino de história no Liceu paraibano oitocentista (1839-1886) / Maday de Souza Moraes.- João Pessoa, 2016.
 145f.
 Orientadora: Cláudia Engler Cury
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
 1. Historiografia. 2. História e cultura histórica. 3. Ensino de história. 4. Disciplinas escolares. 5. Paraíba Oitocentista.

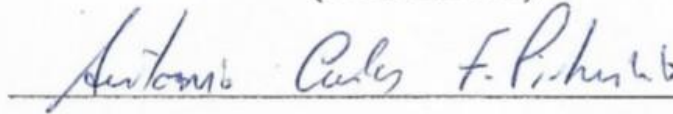
UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

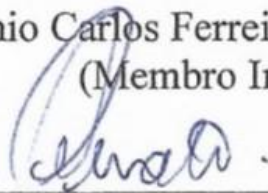
Professores(as) Avaliadores(as)



Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury – PPGH/UFPB
(Orientadora)



Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro – PPGE/UFPB
(Membro Interno)



Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato – UNIT
(Membro Externo)

A história possui, assim, essa função lúdica de brincarmos de sair do presente, de tentarmos imaginar como viviam, como sentiam, como pensavam os homens e mulheres do passado. A história nos permite, pois, a relativização de tudo aquilo que define o nosso tempo, o aprendizado de que aquilo que somos é apenas uma forma de ser entre muitas, o conhecimento de como chegamos a ser o que somos e de que essa forma ou essas formas não são as únicas possíveis, a história nos possibilita entender o presente como diferença e o tempo como diferenciador, além de perceber que o ser do tempo se diz na diferença. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 31)

AGRADECIMENTOS

Entre os muitos nomes que merecem ser citados aqui e expressarmos nossos agradecimentos, ressaltamos:

Ao primeiro (e último), meu pai e Deus.

À minha querida orientadora, Cláudia Engler Cury, “a chefe”, que dentre cinco anos de contato, adicionamos mais dois - de paciência, encaminhamentos (ora com anexo, ora sem), encontros e experiências.

Aos demais professores ao longo das disciplinas cursadas e aos leitores deste trabalho: professor Antonio Pinheiro, professor Cristiano Ferronato e professora Mauriceia Ananias, todos do Grupo de pesquisa de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), com quem compartilhamos diálogos textuais e documentais a respeito do século XIX, nos auxiliando nos debates sobre a instrução secundária paraibana oitocentista, assim como aos demais integrantes do grupo.

A Capes, pelo suporte financeiro das bolsas.

Aos meus amigos e amigas, de dentro e fora dos muros universitários, da turma e agregados, com quem compartilhamos alegrias e tristezas desde a licenciatura.

À minha família que, como os mais próximos, tentava compreender minha presença ausente diante da necessidade de escrita e reescrita de cada dia.

E por fim, a mais um sujeito histórico que adentrou no meu mundo, Jairo Fernandes Pereira, meu amor.

A TODOS E TODAS, MEU MUITO OBRIGADA.

RESUMO

Nosso trabalho é um possível exemplo de escrita e do diálogo acerca do campo das Disciplinas Escolares e do Ensino de História. Por meio das fontes trabalhadas pelos (as) pesquisadores(as) da História da Educação paraibana sobre o século XIX – documentos oficiais (relatórios, discursos, falas, mensagens e ofícios dos presidentes de província e diretores da Instrução Pública), dicionários, leis e regulamentos, mapas, banco de dados, jornais e o arcabouço historiográfico, fomos unindo informações e construindo conhecimento acerca do saber, ciência, cadeira e disciplina de História na instrução secundária paraibana -, procuramos inferir igualmente sobre o debate, influência e os limites da disciplina de História no Liceu da Paraíba Oitocentista, assim como as preocupações com a “qualidade do ensino”, tanto no que diz respeito à relação professor/aluno, à associação com outros saberes, quanto pelo domínio do material utilizado. Outra característica de nosso trabalho foi a de ressaltar a comunicação entre os sujeitos que compõem a instrução pública secundária na Paraíba do século XIX - professores, alunos, diretores da instrução pública, presidentes da província, inspetores, comunidade -, dentro e fora das paredes liceais. Destacamos igualmente que os dados quantitativos foram de extrema importância, para a avaliação da quantidade de alunos - matrículas e frequência -, cadeiras, materiais, entre outros; como também a relação destes com os relatórios/legislação possibilitaram interpretações mais consistentes sobre a configuração da construção do saber escolar relativo ao ensino de história. Dessa forma, com base nos pressupostos e possibilidades levantadas pela História Cultural, procuramos fazer uma abordagem focando na cultura escolar e cultura material escolar – obras, objetos e métodos -, com ênfase nos estudos das Disciplinas Escolares e do Ensino de História.

Palavras-chave: Disciplinas Escolares. Ensino de História. Paraíba Oitocentista.

ABSTRACT

Our work is a possible example of writing and dialogue about the field of School Subjects and Teaching of History. Through the sources worked by (the) researchers (as) of Paraíba History of Education of the nineteenth century - official documents (reports, speeches, speeches, messages and offices of provincial presidents and directors of Public Instruction), dictionaries, laws and regulations, maps, database, newspapers and historiographical framework, we were uniting information and building knowledge of knowledge, science, chair and history of discipline in Paraíba secondary education - we seek also infer the debate, influence and the limits of discipline History in the school of the nineteenth century Paraíba, as well as concerns about the "quality of education", both with regard to the teacher / student relationship, the association with other knowledge, as the domain of the material used. Another feature of our work was to emphasize the communication between subjects that make up the secondary public education in Paraíba of the nineteenth century - teachers, students, directors of public education, the provincial presidents, inspectors, community - both inside and outside the walls of secondary school. We emphasize also that the figures were extremely important for the evaluation of the number of students - enrollment and attendance - chairs, materials, among others; as well as their relationship with the reports / legislation allowed more consistent interpretations of the configuration of the construction of school knowledge for the teaching of history. Thus, based on the assumptions and possibilities raised by cultural history, we make an approach focusing on school culture and school material culture - works, objects and methods - with emphasis on studies of School Subjects and Teaching of History.

Keywords: School Subjects. History Teaching. Paraíba nineteenth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2.1 O NASCIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA	24
2.2 A CONFIGURAÇÃO DA CADEIRA DE HISTÓRIA EM MEADOS DO SÉCULO XIX.....	31
3. A CULTURA ESCOLAR E A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO ENSINO DE HISTÓRIA	38
3.1. OS MÉTODOS, OS OBJETOS E AS AULAS DE HISTÓRIA NO LICEU PARAIBANO.....	40
3.2 A CIRCULAÇÃO DAS OBRAS DE HISTÓRIA NA PARAÍBA OITOCENTISTA	48
4 - OS ALUNOS, AS MATRÍCULAS E OS EXAMES DO LICEU OITOCENTISTA	57
4.1 AS MATRÍCULAS NA CADEIRA DE HISTÓRIA E OS SEUS ALUNOS	58
4.2 OS EXAMES LICEAIS PARA A CADEIRA DE HISTÓRIA	64
5 – OS PROFESSORES DE HISTÓRIA DO LICEU OITOCENTISTA.....	71
5.1 O CORPO DOCENTE DE HISTÓRIA	71
5.1.1 MANOEL PORFÍRIO ARANHA.....	74
5.1.2 CLAUDIANO JOAQUIM BEZERRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.....	76
5.1.3 THOMÁS DE AQUINO MINDELLO	77
5.1.4 ERNESTO AUGUSTO DA SILVA FREIRE	79
5.2 A QUESTÃO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS DE HISTÓRIA	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	89
FONTES	96
APÊNDICES	106
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

Nossa própria disciplina tem sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que, uma vez instituída, tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos. (GUIMARÃES, 2010, p. 10)

Iniciar um trabalho tecendo comentários sobre a polissemia do termo história já é algo bem presente no campo historiográfico. Assim sendo, considerando o caso do nosso objeto de estudo - que é a constituição da disciplina de História no Liceu na Paraíba do século XIX - reforçamos essa possibilidade, nos apropriando dessa ideia, tendo em vista os diversos aspectos históricos que acompanharão o leitor no decorrer deste texto. História cadeira, matéria, disciplina, saber, conhecimento, ciência, ensino. São essas as histórias, relacionadas entre si, que comporão esse enredo.

A disciplina de História da Paraíba Oitocentista faz parte do arcabouço de temas que merecem uma história a ser contada¹. Albuquerque Júnior (2012, p. 37) nos declara, e da mesma forma, nos acautela: “O historiador é aquele que infunde novas vidas àquelas memórias, àquelas narrativas do passado que ameaçam morrer por repetição, recorrência e cristalização.” Assim, nosso trabalho é mais uma tentativa de caminhar em passos uniformes ao que nos diz Bandeira (2014, p. 7), baseada nos estudos de Barbosa (2007):

Percebemos que a Paraíba não se encontrava em estado de isolamento cultural e intelectual como muito se acreditava, no século XIX. Sempre preocupados com a melhor forma de ensino, e com os melhores compêndios (...), a quase totalidade dos presidentes da província paraibana procurava acompanhar as novidades que surgiam na Corte e no mundo.

Por isso, procuramos registrar essa história no sentido de tecer a “vida” dessa disciplina, não para repeti-la, mas para dialogar sobre este objeto observando suas propriedades, frente ao contexto em pauta - a construção da nação e de sua almejada identidade sobre as bases da civilização² e de sua ordem³. Essa não é uma história apenas

¹ Mattos (2000, p. 3) nos indaga: “Por que não procurar conhecer e compreender, então, o momento em que esta “mestra” foi constituída entre nós, pela primeira vez, como disciplina escolar?”

² “A instrução Publica, da qual não tenho afastado a minha atenção administrativa, é, como V.Exc., sabe, o primeiro elemento da civilização.” (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 84).

³ A respeito da construção dessa nação, a instrução foi um dos caminhos trilhados para a manutenção de uma ordem e inserção do território brasileiro na composição de tessituras civilizacionais, como nos declara Mattos (2000, p. 38): “Disseminar a instrução, fiscalizar as escolas, escolher um método e encontrar mestres

provincial, mas, uma história conectada a um cenário com personagens e ações de caráter nacional.

Indicamos desde já ao leitor a nossa formação, Licenciatura Plena em História, vinculada ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguindo continuidade no Programa de Pós-Graduação em História - UFPB, na linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”.

Ao longo da primeira fase, as disciplinas cursadas foram nos impondo alguns desafios, sejam por limites de recorte temporal ou temático, de comparações ou de perspectivas, que nos fizeram repensar nosso projeto inicial, e que de certa forma redesenharam algumas questões que arquitetam esse presente texto. Outro ponto que circunda nossa formação acadêmica foi a nossa prosa e aproximação com a História da Educação. Nesse sentido, estamos cercados de diálogos e disputas de saberes entre a História, e mais particularmente com a História Cultural, a História da Educação e o Ensino de História - que foram se colocando ao longo dos tempos e de nossa pesquisa, como campos possíveis de leitura dos objetos, da área do saber à qual atuamos, conforme nos alerta Monteiro (2005, p. 445): “Para o seu desenvolvimento, o Ensino de História, como o de qualquer outra disciplina, necessita de contribuições do campo da educação e da História”.

Para assinalar as motivações que nos levaram a começar o presente estudo, enfatizamos a nossa trajetória de pesquisa, que se atrelou a algumas preocupações, como a formação e organização da *cultura material escolar*, na Paraíba do século XIX – por meio de obras dos memorialistas, dos jornais e da legislação⁴ paraibanos. Sem perder de vista que os documentos possuem alguns elementos, entre eles: “a intencionalidade do registro, a afirmação de uma determinada imagem para o futuro e a relação de poder ao definir quem, como, para quem ou o que registrar.” (FERRONATO, 2012, p. 33).

Assim sendo, foi com base nas discussões empreendidas como bolsista de iniciação científica – PIBIC/CNPq -UFPB⁵, articulada com a participação junto ao Grupo de Pesquisa

qualificados eram algumas das preocupações dos dirigentes que haviam se imposto a tarefa de construir um Estado, ao mesmo tempo em que eram constituídos.”

⁴ “(...) a legislação produzida representa uma das formas mais significativas de tentativa de controle do Estado sobre a organização da educação escolar. Esses documentos são expressões das ideias das elites e como também um espaço de ordenação para a prescrição de práticas que podem ou não ter ocorrido no cotidiano escolar.” (FERRONATO, 2012, p. 31). Para a Paraíba Oitocentista em grande parte, trabalha-se com a documentação oficial que tem formado o arcabouço para as interpretações dos (as) pesquisadores(as) do século XIX.

⁵ Pesquisas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) dos anos 2010-2013, com os seguintes projetos, respectivamente: “As Escritas da História sobre a Instrução na Parahyba oitocentista”; “História da Educação na Paraíba entre os anos de 1889 a 1910: transições e conexões da monarquia para a república”; “Instituições escolares e cultura material escolar (1822 a 1850): temas e possibilidades de pesquisa” e “Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte do Oitocentos”.

História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), que tivemos os primeiros contatos com as “aulas”⁶ da instituição liceal da Paraíba Oitocentista.

Nessa investida de se pesquisar sobre o século XIX, acompanhamos Toledo (2015, p. 17) acerca da disciplina de História quando nos adverte que: “quase nada se sabe sobre sua trajetória nesse período, em particular nos Estados brasileiros que não estão na rota Rio de Janeiro e São Paulo (...)”. Vidal & Schwartz (2010, p. 29), também destacam: “Um nicho substancial de investimento da pesquisa em história da educação tem se voltado para o tema das disciplinas escolares.” Ou seja, ainda há caminho para a escrita da História das Disciplinas Escolares, e pontuamos aqui que fazemos parte do grupo de pesquisadores (as), que decidiram mergulhar nesse universo da investigação da história como disciplina escolar.

Tal engajamento nos possibilitou também ter contato com alguns documentos⁷ coletados e recentemente publicados⁸, para além de alguns trabalhos produzidos pelos membros do grupo de pesquisa do qual fazemos parte, que nos fornecem dados e bases de cunho historiográfico e teórico-metodológico, haja vista as possibilidades de comunicação no campo da História da Educação Oitocentista⁹.

Foi, portanto nesse contexto, que nosso interesse em trabalhar com o Ensino de História ganhou formas, buscando assim uma compreensão do seu processo de criação e desenvolvimento, mais precisamente, no Liceu Provincial (1836), mais tarde Liceu Paraibano, através dos discursos (oficiais) produzidos acerca da Instrução Pública na Paraíba Oitocentista. Isto é, a maneira pela qual se deu historicamente, a constituição dessa disciplina e como foi sendo veiculada na imprensa local à época, nesta tessitura social, política, econômica e cultural. Ferronato (2012) nos afirma que:

Os termos cadeiras e disciplinas, que hoje podemos considerar sinônimos, são, no vocábulo do Oitocentos, designações distintas e complementares no sentido que lhes vimos a dar. Vários documentos se referem, explicitamente, às “disciplinas que compõem uma cadeira”. Por exemplo, a cadeira de

⁶ Um dos primeiros termos relacionados às áreas de saber, aos quais estavam entre elas, História e Geografia unidas: “O conhecimento geográfico deveria ser obtido ao mesmo tempo em que o histórico, ambos possibilitando a identificação de um país e a identidade de um povo.” (MATTOS, 2000, p. 100).

⁷ Adotamos o procedimento de indicar trechos ou nomes que não foram compreendidos da seguinte forma: ‘_____’.

⁸ Documentos relacionados à Instrução Pública da Paraíba para o século XIX, que fazem parte do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e do site <crl.edu/brazil/provincial>, com discursos, falas, relatórios, exposições e ofícios dos presidentes de província e diretores da Instrução Pública.

⁹ Devemos agradecimentos à colaboração direta e indireta dos membros (professores/as e alunos/as) que formam o GHENO. E acentuamos desde já, a importância das releituras da documentação, tendo em vista estarmos compartilhando a leitura de documentos em comuns, mas com vieses e perspectivas diversas, e que foram e vão se complementando até o momento.

História e Geografia era composta por duas disciplinas: a Geografia e a História. (FERRONATO, 2012, p. 76)

No dicionário de Pinto (1832), cadeira se refere ao “movel que serve para sentar-nos”; Disciplina: “Doutrina. Ensino, criação; Sciencia Arte liberal.” Materia: “A cousa de que se faz huma obra. Assumpto. A copia do exemplar da escripta nas escolas feita pelo discípulo.” Pelo que percebemos até o momento, diante da documentação, podemos dizer que não havia necessariamente uma regra/definição que os sujeitos educacionais utilizassem como denominação, e que uma de suas formas mais comuns era a adoção de matéria como algo mais específico (como a matéria de História), e cadeira para a ideia de conjunto (conjunto de cadeiras – exemplo: Regulamento nº 30 de 1884, Art. 102: [...] (cadeira) 7º Geographia astronomica, phizica e politica, historia antiga, media, moderna e contemporanea e historia do Brazil).

Buscamos assim circundar a trajetória da disciplina de História na Província da Paraíba do Norte, mais especificamente na capital da Província, a cidade da Paraíba, por meio da instituição dedicada à instrução secundária, o Liceu, na perspectiva de compreender as suas posturas (e possíveis particularidades) frente ao plano nacional¹⁰ direcionado em parte pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)¹¹.

Encontramos na documentação diferentes formas de denominação para a instituição: *Lyceu*, *Licêo* e *Lycêo*. Ressaltamos que inicialmente foi intitulada de Liceu Provincial, mas nos meados do século XIX já havia sido denominada como Liceu Paraibano. Optamos por apresentá-lo de acordo com o que nos é propagado nas fontes. Em relação à grafia de Paraíba no século dezenove é preciso fazer algumas distinções: quando se trata da cidade da Parahiba, a documentação reitera a forma indicada anteriormente e quando estamos nos referindo à Província da Parahyba do Norte a grafia, na maioria das vezes, se apresenta com “hy”. Nesses dois casos, também optamos por manter a escrita original da fonte.

E para uma breve compreensão do desenvolvimento de um espaço escolar, no caso, o Liceu da Paraíba Oitocentista, deve-se ter em mente algumas prerrogativas que consideramos cruciais para a instrução no século XIX, tais como: os discursos de utilização da instrução

¹⁰ A respeito dessas similitudes, Ferronato (2012, p. 8) nos coloca: “Em que pesem as particularidades locais, o fenômeno da escolarização secundária, configurado a partir da década de 1820, apresentou muitos aspectos comuns de abrangência global, entre eles: a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, o respeito à nação e à pátria como princípios norteadores da cultura escolar, enfim a educação concebida como um projeto de integração ideológica e política.”

¹¹ “Este magestoso edificio tem por fundamentos o amor da pátria e o amor das letras.” Discurso no ato de estatuir-se o IHGB – Januário da Cunha Barbosa. 1839. (GUIMARÃES, 2010, p. 32). Instituição inaugurada em 1838, no Rio de Janeiro, com o fim de produzir os aspectos históricos e geográficos da jovem ‘nação brasileira’.

para salvação dos povos e das restrições do ensino secundário; o problema em relação à frequência dos educandos nas diferentes localidades, a questão dos cofres e despesas públicas; a qualificação dos professores e da “comunidade escolar” (alunos, família dos alunos, Estado) e da cultura material escolar; etc. Essas e outras questões permearam as histórias das cadeiras liceais na Paraíba e, mais especificamente, a disciplina de História.

Concordamos com Ferronato (2012, p. 1) quando ele nos coloca: “Consideramos o ensino liceal como (...) um nível intermediário entre o ensino de primeiras letras e o nível superior.” Esse ensino secundário oferecido no Liceu da província paraibana, foi montado no interior de uma instituição de longa duração, com base em estatutos formais, e ainda, segundo o autor, com um considerável poder simbólico frente à sociedade paraibana oitocentista, que passava assim também por um processo de modernização em relação a aplicabilidade deste nível de ensino na sociedade paraibana. Outro aspecto interessante é a nomenclatura “ensino secundário”, pois:

Como em Portugal, o Brasil se quedou durante muitos anos num estado de falta de clareza dos objetivos e funções do ensino secundário, da estrutura e dos conteúdos que este devia ter bem como das designações a que se recorreu para o identificar. Entre essas identificações, podemos identificar o uso de expressões como Estudos de Gramática, de Latim, de Humanidades, ou ainda como ensinos preparatórios, ensino secundário ou instrução secundária. (FERRONATO, 2012, p. 56)

Dessa forma, considerando o contexto de interdependência dos saberes e de compreensão da organização do ensino secundário, optamos por sistematizar o desenvolvimento do trabalho em torno da ideia da formação do Ensino de História, no viés da História das Disciplinas Escolares, que abrange um significado mais amplo, a partir das possíveis relações entre instrução e saber, e que também se relaciona com os diferentes campos do conhecimento, como ciência e disciplina¹². A primeira vez que encontramos o termo disciplina na documento datado de 3 de Maio de 1852, no “Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província, o Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque.”

A discussão acerca da organização das disciplinas, que deram corpo à educação paraibana do século XIX, no nível secundário, destaca as perspectivas formuladas em torno dos saberes e do desenvolvimento dos educandos, que impetrariam valores no sentido de

¹² E para a ideia de disciplina, enquanto regulação das mentes e dos corpos, na Paraíba do século XIX, ver Miranda (2012).

formular “os seus deveres para com a sua família, para com os outros homens, e para consigo mesmo” (Trecho do Art. 37 do Regulamento – de 20 de Janeiro de 1849 - *instrução moral e religiosa*). Os discentes teriam assim, seu estado de adiantamento escolar e sua conduta mapeados por diferentes ambientes - passando pelo lar, pelos (as) professores (as) e a instituição de ensino, a um plano provincial de instrução, que algumas vezes estaria respaldado no viés da Corte, no Rio de Janeiro (seja pelo contato através de notícias jornalísticas, pelas obras que circulavam pelas províncias, pelos contatos por relatórios oficiais, etc). O Dr. João José de Moura Magalhães, Presidente da Província da Parahyba do Norte, em 16 de Janeiro 1839, valida: “(...) A educação publica, que tem por objecto formar o coração e o espírito da mocidade, inspirando-le hábitos, que lhe dão o gosto da virtude, e ensinando-lhe a pratica dos seus deveres, deve merecer a seria atenção do Legislador.” (FALLA, 1839, p. 28).

Em relação ao recorte temporal identificamos nos documentos, uma primeira indicação sobre as cadeiras do Liceu, conforme se pode acompanhar a seguir:

(...) Dos mappas annexos vê-se que existem na Provincia nove Cadeiras publicas do ensino secundário, tres de Latim na Cidade d’Areia e Villas de Pombal e Souza, e as outras no Lyceo da Capital, sendo todas frequentadas durante o anno findo por 135 alumnos. (...) O unico estabelecimento de ensino que se achava regularmente instituido era o Lyceo da Capital cuja primeira organização data de 1837 posto que todas as cadeiras a excepção da de Inglez, já se achassem providas desde 1832. (RELATORIO, 1854, p. 100)

Entretanto, não encontramos maiores referências acerca da cadeira de História nos primeiros anos da década de 1830. Dessa forma, indicamos o ano de 1839, como a primeira referência sobre o provimento da cadeira de história no Liceu, a partir do artigo 1º da Lei JJ – de 23 de março de 1839, que diz: “Haverá no Liceu desta cidade mais duas cadeiras, uma de Inglês e outra de Geografia, Cronologia e História; ficando a cadeira que tem a seu cargo o ensino destas matérias limitadas ao de Retórica e Poética”. Em relação ao ano que demarca o final desse estudo indicamos o ano de 1886, que garantiu à autonomia da disciplina de História no Liceu da Paraíba Oitocentista, em detrimento as demais disciplinas.

O programma de ensino é o mesmo do Imperial Collegio de Pedro 2.º Para esse intuito foi mister crear a cadeira¹³ de sciencias physicas e naturaes, e **separar o ensino da historia do da geographia**. Ambas as creações justificam-se por motivos obvios. O ensino da geographia e o da historia, com a amplitude dos actuaes programmas de exames, não pode ser

¹³ Observa-se que até o final do século XIX o termo *cadeira* permanece em uso.

ministrado vantajosamente pelo mesmo professor. É mister entrar em largas explanações sobre a corographia e a historia do Brazil, sem faltar aos desenvolvimentos pertinentes aos paizes estrangeiros.” (FALLA, 1886, p. 495). [grifos nossos]

Em relação às fontes documentais, ao longo desse estudo nos deparamos com uma variedade delas, que aqui indicamos: leis e regulamentos da instrução, relatórios dos presidentes da província e diretores da Instrução Pública, documentos diversos (como ofícios da Câmara/da Tesouraria/Palácio do Governo Provincial/da Assembleia Legislativa, etc.)¹⁴ e também os jornais.

Quanto aos jornais, foram consultados na pesquisa os seguintes: *A Opinião* -1877, *A Regeneração* –1861/1862, *A União Liberal* - 1879, *Arauto Parahybano* - 1888, *Diario da Parahyba*– 1884/1885, *Gazeta da Parahyba* – 1888/1889, *Imprensa* – 1858, *Jornal da Parahyba*– 1881/1882/1883/1886/1887, *O Despertador* - 1869, *O Imparcial* – 1861, e *O Publicador* – 1884/1885/1886. Observamos que, as notícias jornalísticas aqui selecionadas focam a segunda metade do século XIX.

No jornal *Gazeta da Parahyba* (1889), por exemplo, foi possível observar alguns fatores que envolveram o cotidiano das cadeiras/matérias liceais, tais como: o quadro de professores e de alunos; as situações institucionais como nomeações, contratos, jubilações, gratificações, os estatutos do Liceu e as providências relativas aos concursos para provimento de cadeiras.

Durante a leitura dos textos jornalísticos, já atenta às disputas partidárias e políticas - inseridas num contexto na qual a *imparcialidade* era uma palavra de *ordem*, nos concede levantar questionamentos em relação à importância que se dava ao papel da instrução pública por meio das grafias jornalísticas¹⁵. Nesse sentido, Miranda (2012) afirma que:

Os discursos acerca da instrução permearam as páginas dos periódicos paraibanos, que, utilizados enquanto *corpus* documental, nos forneceram pistas, e porque não dizer, testemunhos das concepções pedagógicas de uma determinada época, uma vez que publicaram e fizeram circular quais eram os anseios e as aspirações acerca da instrução para a Província da Parahyba. (MIRANDA, 2012, p. 45).

¹⁴ Faria Filho (1998, p. 102) denota a *lei como linguagem*, “da tradição e dos costumes, do ordenamento jurídico e da prática social”. A repetição ou a ausência de um parágrafo em relação à legislação anterior de mesmo conteúdo, por exemplo, nos levanta indicações acerca da prática social frente às imposições legislativas – tendo em vista que há o momento de “produção da lei” e o momento de “realização da lei”.

¹⁵ Podemos indicar como referências clássicas para o estudo do jornal como fonte: Morel (2003), Luca (2005), Barbosa (2007).

Em nossa pesquisa focamos nosso olhar também sobre os livros e compêndios escolares destinados às aulas de história. E para a compreensão do significado dessas obras, trazemos a definição de um dicionário da época (SILVA, 1890), que conceitua *livro* como “coleção de cadernos em branco ou escriptos com letra de mão, ou impressos, cosidos e brochados ou encadernados”; e *compêndio* no sentido de “epitome, resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, sciencia, ou preceitos”.

Em busca de obras do século XIX que possivelmente foram utilizadas na instrução da Paraíba Oitocentista visitamos alguns arquivos e bibliotecas¹⁶, como: a Academia Paraibana de Letras (APL), o Acervo Particular Humberto Nóbrega (instalado na UNIPÊ) e o Acervo de Obras Raras localizado na Biblioteca do Espaço Cultural. Na APL, até o momento, foi localizada a obra *Lições de História do Brasil para uso das Escolas de Instrução Primaria*¹⁷. No Acervo de Humberto Nóbrega localizamos obras do século XIX, mas nenhuma direcionada para a disciplina de História. E, por fim, na Biblioteca do Espaço Cultural, também não encontramos nenhuma obra em nossas visitas iniciais. Encontrar as obras em seu aspecto físico, nos leva ao plano de discussões a respeito da circulação de livros/compêndios na província paraibana, campeando pretensões do ideal de História que se queria inculcar na mocidade paraibana do século XIX¹⁸.

Pensar na trajetória das disciplinas escolares tem sido fomento de alguns trabalhos no campo da História da Educação e pesquisas sobre o Ensino de História no Brasil. Toledo (2005, p. 14) nos chama a atenção:

(...) houve no final do século XX, o reconhecimento de que o estudo da história das disciplinas escolares pode esclarecer os fatores que influenciaram os processos pelos quais passaram os saberes ao se escolarizarem. Explicados em sua trajetória histórica, esses esclarecimentos indicariam os possíveis padrões de estabilidade e mudança de conteúdos e método de ensino de determinada disciplina escolar. Por isso considera-se, atualmente, que a história da disciplina está no centro de toda história do ensino.

¹⁶ Todos esses espaços (arquivos e bibliotecas) são instituições paraibanais, localizadas na capital, João Pessoa.

¹⁷ Obra adotada pelo Conselho Superior da Instrução Publica para uso das escolas de ensino primário. Local/Typografia/Editora: Livraria Garnier. Rio de Janeiro. Paris. Autor Dr. Joaquim Manoel de Macedo. Sem data e sem edição.

¹⁸ Algumas pesquisas já foram realizadas fazendo a indicação de leituras e análises sobre as obras que circularam e foram adotadas na Paraíba Imperial. Ressaltamos os trabalhos desempenhados pela Professora Socorro Barbosa e suas orientandas de iniciação científica. (BANDEIRA; BARBOSA, 2013).

E nosso estudo encontra-se no sentido de coadjuvar no processo de escrita da história da província paraibana, refletindo sobre a sua inserção no cenário imperial e no que tange, por exemplo, a *cultura escolar* tecida para as aulas de História no Liceu da Paraíba Oitocentista.

A partir da significação dada por Julia (2001, p. 10), cultura escolar¹⁹ é entendida como “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. O plano da *cultura material*²⁰ - que coaduna também com nosso olhar volta-se para o universo dos objetos, sendo assim, a cultura material escolar dialoga com sujeitos, práticas e objetos que circularam nos espaços interiores e exteriores ao âmbito escolar em construção no período. Vidal & Schwartz (2010, p. 25), reiteram:

No que concerne às investigações que tematizavam a cultura escolar, o esforço empreendido possibilitou que o olhar projetado sobre a escola iluminasse cinco questões principais – espaços escolares, sujeitos da educação, tempos escolares, disciplinas escolares e cultura material escolar -, articuladas em torno de dois eixos: o funcionamento interno da instituição e as relações que estabelecia com a sociedade e a cultura.

Dentre as cinco questões principais que as autoras colocam, nosso trabalho articula-se com quatro delas. O aspecto cultural destacado com os eixos que indicam a relação interna e externa da escola levanta a importância da interlocução entre as fontes, que permitem esse tipo de leitura.

Os diálogos que empreendemos com a *História Cultural* nos abriram um leque de possibilidades e visões, sobre as quais realizamos escolhas que nos levaram aos conceitos, categorias e metodologias específicas. Compreendemos que a relação com as fontes ditas oficiais exigem bastante cuidado no processo de leitura e interpretação das mesmas, tendo em vista que elas partem de um local (social), com perspectivas e objetivos distintos; além da questão de que o (a) pesquisador (a) deve estar em expectativa, pois adentra ao universo do discurso e/ou das prescrições, e que não se pode ter certeza do que ocorreu na prática; tendo em vista que, muitas das vezes, o que estava no aparato legislativo (temos por conhecimento, o caso das leis imperiais paraibanas), não correspondia ao que se encontra relatado nos relatórios dos presidentes de província, por exemplo.

¹⁹ O conceito *cultura escolar* também é trabalhado por Andre Chervel, Jean Claude Forquin, Viñao Frago, Escolano Benito, entre outros. Ver Vidal & Schwartz (2010).

²⁰ Ver mais em Pesez (2005).

Outra questão que rodeia nossa temática, e que já foi amplamente discutida por diversos pesquisadores em nível nacional, é a ideia do surgimento da História como ciência e como disciplina histórica²¹. Não obstante, é necessário destacar que a história ensinada ao longo do século XIX - seja como disciplina ou não, possuía algumas vertentes, entre elas a História santa/sagrada/hagiográfica/bíblica explicitada nos chamados *planos de estudos*. Assim, podemos dizer que o processo de fundamentação da História como ciência, traria um caráter disciplinar, por meio da constituição de uma cadeira/matéria escolar. E para além do âmbito religioso dessa disciplina, estava a leitura da Constituição, que teria como intuito instigar a ordem e a moral e dessa forma, atingir um dos princípios mais ativos relacionados à construção de um Estado Nacional unificado, qual sejam, os estudos em torno da história pátria.

Na cidade da Paraíba do século XIX, a pesquisa documental nos possibilitou encontrar essas nuances nos títulos da cadeira/disciplina de História: Santa/Sagrada, Pátria, Natural, Antiga e Moderna, Universal, Geral, do Brasil e da Paraíba.

Outro quesito que nos chamou a atenção, relacionado à aplicação desses saberes, é o que envolveu as ideias de utilidade da instrução pública secundária na Paraíba do Norte:

Talvez a instrução publica secundária fosse mais vantajosa à Provincia, se tivesse sido organizada com fins práticos, substituídos os estudos clássicos de humanidades pelos que sevem de auxiliarem á industria, ao comércio e a agricultura. Parece-me que haveria menos «letrados», porém augmentaria o numero dos homens uteis ao paiz. Entretanto esse serviço não deve soffrer alteração alguma senão com todas as probabilidades de êxito. (RELATÓRIO, 1868, p. 327).

Percebemos assim um constante debate entre as ideias do que ensinar como ensinar e porque ensinar a “mocidade paraibana” do século XIX, e a disciplina de História segue nesse processo de luta e legitimação de saberes. Pretendemos assim, esquadrihar esses discursos acerca da organização e expectativas do ensino na Paraíba Oitocentista, tendo como ponto de partida o ensino de história na província paraibana.

Procuramos assim investigar os pormenores da formação dessa disciplina, intentando igualmente para sua configuração nos aspectos da formação do Estado Nacional atrelada às proposições do IHGB, colocado como organização modelo da “nação brasileira”, estando esta última em fase de construção. Sobre essa questão, Faria Filho (2009) destaca que:

²¹ Para a explicação do nascimento da História como disciplina ver: Bittencourt (2009/2003), Toledo (2005), Chervel (1990), Martins (2002), entre outros.

O processo de escolarização vincula-se à afirmação e ao fortalecimento dos Estados modernos. No Brasil do século do Oitocentos o processo de escolarização foi um dos elementos centrais na afirmação do Estado Imperial. (...) No movimento de estruturação do Império, a elaboração de leis relaciona-se diretamente à difusão da escolarização. (FARIA FILHO, 2009, p. 19-20)

Buscamos, dessa forma, apresentar as perspectivas e os ideais fomentados para o ensino de história nestes espaços e suas repercussões na Paraíba Oitocentista, pois em meio à formação do Estado Nacional Brasileiro estava a construção da história da nação²² e a sua aplicação no ambiente escolar, num “processo de legitimação de determinados conhecimentos”, como nos afirma Bittencourt (2008):

O Ensino de História proposto com base nos primeiros programas escolares da escola pública imperial sofre mutações, foi objeto de disputas uma vez que especialistas interferiam e lutavam pelo domínio do saber a ser transmitido. A disputa entre as facções das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, foi visível no embate entre o predomínio de uma História Sagrada em contraposição à constituição de uma História laica, influenciada por métodos positivista ou cientificista. Por outro lado, a História desempenhou papéis diferenciados segundo as concepções de um programa predominantemente de “humanidades” e outro voltado para os estudos denominados “científicos”, no momento em que o tema da “universalidade” se defrontava com o do “nacionalismo”. (BITTENCOURT, 2008, p.98)

Dessa forma, estavam postas questões religiosas, políticas e científicas, que também se aproximam de outros debates, como as ideias pedagógicas sobre a criação dos livros de História, o pensamento civilizador/o ser cidadão/o homem brasileiro, etc.

É igualmente relevante destacar os subtemas que interiorizam nosso objeto, tais como: os sujeitos educacionais²³ - e destacamos aqui, os professores e os alunos; os materiais utilizados - livros, compêndios²⁴; e o aspecto institucional através da instrução secundária pública, por meio do ensino liceal. E para essas particularidades que permeiam o estudo de uma disciplina escolar, há uma diversidade na produção historiográfica que pode nos auxiliar

²² Como consequência da “instauração da modernidade na Europa” e das revoluções burguesas, Pinheiro nos coloca que: “(...) a escola teve importância fundamental para a construção das nações, uma vez que os conteúdos abordados em sala de aula – língua e geografia nacional, história da pátria, de seu povo, ou, mais precisamente de seus heróis – estavam envoltos pela ideologia do nacionalismo patriótico.” (PINHEIRO, 2002, p. 104)

²³ Mattos (2000, p. 20) nos afirma que “a trajetória de construção do Império do Brasil se confunde com a trajetória de inúmeras vidas”, e nós inserimos nesta trama os sujeitos educacionais.

²⁴ Peixoto (2013) nos apresenta alguns quadros nos quais é possível observar listas de livros e compêndios que circularam na Paraíba Provincial, que possuem títulos de obras referentes à segunda metade do século XIX.

na compreensão²⁵, seja por similitudes ou dissemelhanças, da história do ensino de história na Paraíba Oitocentista. Consideramos que acompanhar a trajetória de disciplinas escolares, no caso a disciplina de História, é uma tarefa que envolve uma diversidade de olhares por parte do(a) pesquisador(a), ou seja, espaços, objetos, sujeitos (presidentes de província, diretores da instrução pública, diretores do Liceu, professores e alunos, bibliotecários/porteiros/secretários, autores/tradutores dos livros/compêndios, como também os sujeitos que escreviam nos jornais) e práticas²⁶ estão em jogo.

Procuramos externalizar nossa escrita em termos cronológicos, para uma melhor compreensão do processo da disciplina de História na Paraíba Oitocentista, como também articular os discursos apresentados acerca da instrução pública, sem perder de vista o seu viés político. E na difusão dos capítulos, procuramos na sessão 2 apresentar os passos e elementos formadores da disciplina de História da Paraíba Oitocentista. Na sessão 3, buscamos dialogar acerca da cultura escolar e cultura material escolar, através dos objetos, métodos e obras das aulas de História. E na sessão 4 e 5, empenhamo-nos em rastrear os sujeitos envolvidos na construção do ensino de história, mais precisamente, professores e alunos.

E sob inspiração dos estudos de Fonseca (2003), seguimos nessa direção:

Dos historiadores espera-se que conheçam bem a historiografia, os pressupostos teóricos-metodológicos que orientam o seu trabalho, as técnicas de investigação, os procedimentos para o tratamento das fontes de pesquisa. Além de tudo isso, daqueles que são também professores de História, espera-se que conheçam os conteúdos, as práticas pedagógicas e os procedimentos didáticos. No entanto, não é usual esperar que eles conheçam, também, a história da disciplina que pesquisam ou que ensinam. Seria, porém, desejável que isso ocorresse. (FONSECA, 2003, p. 7)

Em suma, este trabalho nasce de expectativas e curiosidades geradas ao longo de experiências com projetos de iniciação científica. Entre diálogos com as fontes, de vez em outra, reaparecia aquele desejo de apreender mais sobre o ensino de história na Paraíba do século XIX. Para além do que já foi construído historiograficamente e historicamente, acerca dos vieses iluministas, positivistas e liberais, entre o debate a respeito dos saberes (clássicos e científicos), ao decorrer do século XIX nas localidades brasileiras, nos fazemos alguns questionamentos que tentamos ao longo das sessões seguintes apresentar aos leitores: Teria o

²⁵ Ver: Pinheiro (2002), Fonseca (2003), Bittencourt (2008), Castro (2010), entre muitos outros.

²⁶ Entendida aqui como sinônimo de noção, comportamentos, discursos. Compreendemos que absorver o sentido de práticas diante do Ensino de História no período oitocentista, está relacionado à incorporação das perspectivas e ideias de ordem, moral, disciplina, cidadania, pátria, nação e civilização, que foram sendo formadas ao longo da história escolar da Paraíba do século XIX.

ensino de história, da Paraíba Oitocentista, seguido o modelo proposto pelo Governo Imperial através dos parâmetros do IHGB? Como estaria o ensino de história em relação aos demais saberes? E os seus sujeitos? Nossa escrita, através das fontes e bibliografia apresentadas procurará dialogar acerca destas questões.

2. O SABER HISTÓRICO EM CONSTRUÇÃO NO LICEU DA PARAÍBA OITOCENTISTA

A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de hum guia esclarecido e seguro, que accelere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geographos he só quem póde oferecer-nos essa galeria de factos, que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de lugar, levão-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro. (...) A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e a nossa simpathia mais vivamente se abala, quando se nos conta o que fizeram, o que pensarão, o que soffrerão aqueles que nos precedêrão na scena do mundo: he isso o que falla á nossa imaginação, he isso o que ressuscita, por assim dizer, a vida do passado e que nos faz ser presentes ao espectáculo animado das gerações sepultadas, só desta arte a historia nos póde oferecer importantissimas lições; ella não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de hum machinismo, que concorrem ao desempenho dos fins do seu inventor. A historia os deve pintar taes quaes forão na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsaveis por suas acções. (...) Não duvidamos, Srs., que as melhores lições que os homens podem receber, lhes são dadas pela história. (Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Januário da Cunha Barbosa. 1839. In: GUIMARÃES, 2010, p. 26-27).

Podemos dizer que, o discurso proferido pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa em 1839 serviu como parâmetro para a escrita de uma história que deveria tomar o passado como exemplo para o futuro, ou seja, a ideia da história como mestra da vida. Tomando como referência essa inspiração de cunho metodológico que serviu de orientação para a pesquisa histórica nascente, adentramos as questões relativas à História como disciplina escolar no Liceu da Paraíba Oitocentista percebendo que ela esteve, em diferentes situações, ora atrelada diretamente à cadeira de Geografia, ora a de Retórica, Poética e Cronologia. Esta disciplina, ligada ao curso de Humanidades, se desenvolveria ao lado dessas anteriormente referidas, em um processo que, ao longo do século XIX, oscilou entre a autonomia e dependência entre essas matérias. Nessa perspectiva, foi preciso compreender a constituição das aulas de História no conjunto de disciplinas, nos diferentes anos em que essas cadeiras foram ofertadas.

Considerando a historiografia que trabalhou os saberes liceais e sua distribuição ao longo do XIX na Paraíba, temos o quadro “Programas de Ensino do Lyceu Provincial/ Lyceu Parahybano/ *Gymmnasio Parahybano* - 1836 a 1864” produzido por Pinheiro (2009, p. 05-06), com base nas leis e regulamentos e que nos permitiu observar os termos designados para as *cadeiras* na instituição liceal da Paraíba Oitocentista entre as décadas de 1830 a 1860; como também o trabalho desenvolvido por Ferronato (2012, p. 103), “Quadro X - Planos de Estudos do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte 1836-1864” auxiliou no esclarecimento das designações encontradas na documentação²⁷.

Ao longo da pesquisa, localizamos outras designações como: *aulas*; *matérias que n’ellas se ensinão*; *materias de/do ensino*; *natureza do ensino*; *faculdades*; *natureza das matérias*; e *cadeiras, nas quaes são leccionadas as seguintes matérias (...)*. Podemos dizer que não havia um padrão para utilização destes termos e que também houve a coexistência deles ao longo do século XIX. A denominação específica sobre a cadeira de História só aparece, na legislação, a partir de 1839. Na leitura que fizemos dos relatórios dos presidentes de província e diretores da Instrução Pública foi possível encontrar as denominações de *História Universal* e *do Brasil* a partir de 1848. Para além da procura dos alunos por matrículas nas cadeiras liceais ou da disposição das cadeiras liceais, o nosso objetivo tem sido o de enfatizar o traçado deste saber, a partir desses indícios ordenados pelos autores mencionados acima.

Bittencourt (2003, p. 22) nos coloca que “a própria utilização do termo disciplina escolar coloca problemas. Em muitos casos, *disciplina* e *matéria* aparecem como sinônimos, mas sobre essa semelhança nem sempre há concordância.” Nesta obra a autora compara algumas abordagens acerca do plano das disciplinas escolares, e Chervel destaca-se quando apresentam os três aspectos de análise de uma disciplina escolar: sua gênese, seu(s) objetivo(s) e seu funcionamento. E Bittencourt (2003, p. 29) ressalta: “Torna-se um ponto importante verificar a singularidade de cada disciplina assim como o que elas, em seu conjunto, possuem de semelhante entre si e se integram como saberes escolares legitimados (...)”. No caso da documentação consultada para esse estudo, há a indicação e uso dos termos *matérias*, *cadeiras* e *disciplina* como se fossem sinônimos.

Compreendemos que apesar da possibilidade do aluno escolher a cadeira que poderia prestar, em diferentes anos, sem qualquer regra de seriação que pudemos perceber até a

²⁷ Parte das informações contidas no quadro foi retirada dos relatórios que se encontram disponíveis no seguinte site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> é possível encontrar igualmente várias menções acerca das *matérias* de História no Liceu da Paraíba. Ambos estão presentes nos anexos (6 e 7) de nosso trabalho.

conclusão deste trabalho, a aula “avulsa” de História, no Liceu da Paraíba, não pode ser considerada isolada, pois estava reunida em uma instituição liceal, e agregada a outras áreas do saber como a Retórica, a Poética, a Corografia e a Geografia, e que como dissemos anteriormente, foi também ganhando autonomia ao longo do século e se tornando uma disciplina escolar.

2.1 O NASCIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA

Retornando a uma perspectiva cronológica, sobre esse processo do saber em âmbito disciplinar, há a referência de um Curso de Humanidades organizado antes mesmo da existência do Liceu Provincial²⁸. Em outras palavras, este curso teria sido o embrião do Liceu na Paraíba. Este, em junho de 1831, teria como uma de suas cadeiras “Geografia e elementos de História”. Já no Liceu, a configuração inicial levou a alguns debates, entre eles:

(...) lembro-vos também, Snrs. a divisão da Cadeira de Rhetórica, por igualmente não achar crível, que no curto espaço de hum anno, inclusive o tempo das férias, hu Professor só possa ensinar Rhetórica, Poética, Geografia, História, e Chronologia. A criação pois de h~ua Cadeira, composta d'estas 5 ultimas materias, parece de utilidade, e os indivíduos que se dedicarem às Aulas do Lycêo aprenderão, neste cazo, com mais ordem, methodo, e regularidade. (FALLA, 1838, p. 26).

Observamos que um ano antes da publicação oficial da criação da cadeira de História, já se questionava sobre a necessidade de haver profissionais docentes específicos para cada área do saber. Porém, como explicitaremos de forma mais detalhada, ocorreu uma separação apenas em meados do século XIX, e a autonomia total da disciplina de História apenas no final do mesmo.

Porém, como colocamos nas linhas introdutórias deste trabalho, as informações que temos sobre o *Curso de Humanidades* são breves referências documentais²⁹; e essa indicação

²⁸ Ferronato (2012, p. 81-82) nos coloca: “O Curso foi criado na Sessão do Conselho Adjunto do Governo, em 7 de junho de 1831, contudo o decreto foi publicado no dia 14 do mesmo mês. (...). As cadeiras foram postas a concurso em edital publicado em 22 de Setembro de 1831, contudo somente se apresentaram candidatos para a cadeira de Francês (...) o que levou à publicação de um terceiro, no ano seguinte, ou seja, em 10 de fevereiro 1832, quando as cadeiras foram preenchidas e as aulas tiveram início. (...) A criação do Curso de Humanidades se apresentou como um primeiro movimento que levaria alguns anos, isto é, quatro anos depois, para ser criado o Liceu Provincial da Parahyba do Norte.”

²⁹ Manrique Victor de Lima, diretor da Instrução Pública em 1855, afirmou: “(...) A instrução secundária, quer por sua superior importancia, quer porque o Lyceo, que tem a seu cargo, se acha estabelecido nesta Capital em contacto immediato com a Administração suprema da Provincia, havia atrahido mais particularmente a attenção dos Legisladores Provinciaes, e do Governo. As cadeiras, que o constituem hoje, providas em 1832, á excepção

de certa forma, reforça o elo entre os saberes geográficos e históricos, e que de outro lado, se coaduna com a ideia da necessidade de criação e aplicação da lei, tendo em vista a elaboração legislativa em 1839, constituindo a cadeira de História, indicada anteriormente.

O movimento de configuração da cadeira de história prolongou-se por todo o século XIX, oscilando entre a união desse estudo com outros conhecimentos como Retórica, Corografia, Poética e Geografia, conforme já mencionamos anteriormente, consequentemente relacionado à matrícula e a frequência dos alunos, a disponibilidade e qualidade dos professores para ministrar as aulas, a organização do espaço físico, materiais e exames do Liceu da Paraíba Oitocentista, etc.

O Licêo desta capital é composto das Aulas de Latim, Francez, Rhetorica, Geometria, e Philozophia Racional e Moral este estabelecimento, como uma instituição nova, não pode ainda produzir os desejados fins, e mesmo o plano de estudos deve ser mais extenso, e mais apropriado ás nossas necessidades, e circunstancias. Convem ensinar doutrinas filosóficas mais extensas, e mais novas, do que a Lógica, e a Ontologia das velhas Escolas. O estudo da Geografia, e Historia, pela sua importância, e para que seja aprendido com methodo, e regularidade, deve formar uma Cadeira separada da Rethorica. (FALLA, 1839, p. 29).

A inquietação em relação ao método e a intercalação do ensino de História e Geografia, nos leva a indagar acerca do tempo destinado a cada área do saber, durante o ano de estudo, como também as estratégias utilizadas pelo professor e/ou professor substituto para atender as suas necessidades e a de seus alunos. Através deste trecho percebemos também um processo crescente vinculado à valorização da aplicabilidade do ensino de História, em relação a outros saberes.

Sobre esse apontamento acerca da associação das cadeiras de Retórica e História, vejamos as afirmações de Guimarães (2009):

É, portanto, a partir de um contexto eminentemente retórico que passamos a acreditar nessa capacidade do passado para ensinar os homens do presente, definindo assim uma função para o conhecimento da história. Se as demandas contemporâneas pelo ensino da história fundam-se a partir de outros contextos, importa, contudo, considerar a tradição retórica e sua reatualização, de importância central para constituir um sentido “pedagógico” para a história. (GUIMARÃES, 2009, p. 41)

da de Latim que já existia, e da de Ingles, que foi posteriormente creada, receberão sua primeira organização em 1837, quando se promulgarão os primeiros Estatutos, que forão reformados em 1842 e 1846. Ainda suppondo que a organização do Lyceo não fosse a mais apropriada este estabelecimento se achava constituido, e funcionava regularmente.” (RELATORIO, 1855, p. 115).

O autor destaca a organização do conhecimento histórico com base na retórica desde os seus passos na *polis* ateniense, o que reforça a aplicação de conhecimentos baseados numa instrução de cunho clássico.

A discussão sobre a escolha e aplicação dos estudos clássicos, humanísticos e/ou científicos, também estavam presentes no espaço escolar³⁰. “A organização do ensino secundário brasileiro se inscreve no contexto de debates sobre os estudos clássicos humanistas *versus* estudos científicos, verificados em diversos países europeus.” (LORENZ; VECHIA, 2001, p. 115). E a polémica a respeito da utilidade dos conhecimentos formatados neste espaço, ao longo do XIX, foi torneada por possíveis saídas de acordo com cada presidente de província e diretor da instrução pública (de acordo com seu posicionamento político), como por exemplo, a preocupação com o ingresso de saberes relacionados à agricultura, ao comércio³¹, entre outros, a saber:

(...) Convem restringir o desenvolvimento do estudo classico, que tende a multiplicar nas profissões litterarias e no functionalismo maior pessoal do que o necessario, com detrimento dos verdadeiros interesses da nossa sociedade. (...) A Provincia não tem dinheiro! Mas é certo que ella paga Professores de Rhetorica, Philosophia, Geographia, Geometria, etc., que apesar da sua reconhecida intelligencia e aptidão não tem cada um meia duzia de alumnos. E não seria possivel utilisal-os de modo mais vantajoso? (...) O Professor de Geographia e Historia, de cuja aptidão formo o melhor conceito, não poderia, limitando o ensino destas sciencias ao que diz respeito ao Brasil e ás nações com que vivemos em contacto, leccionar sobre os principios da geologia e da physica, explicando a natureza e classificação das terras que concorrem para a formação das camadas cultivaveis do solo, e dando a conhecer as substancias e fluidos que favorecem a vegetação das plantas, os effeitos dos meteoros, etc.? (...) não poderiam leccionar sobre noções geraes de economia politica na parte relativa ao trabalho, ao capital, ás machinas, á salarios, á permuta e preços dos generos, etc., sobre elementos de economia rural, e de outras sciencias applicadas a agricultura? Tudo seria melhor do que o actual estado do Lyceu com suas aulas de humanidades desertas; e tudo se poderia levar a effeito com um pouco de vontade e de interesse por assumptos de ordem tão importante. Invoco o patriotismo de V. Exc. para esta materia. Ella merece attenção e algum esforço por parte dos dispensadores dos recursos financeiros da Provincia. (ANNEXO G, 1862, p. 209-210).

³⁰ E acerca desse dilema entre saberes humanísticos e científicos, Ferronato (p. 56, 2012) destaca que: “A vertente científica somente apareceu muitos anos depois, e imposta por mudanças na sociedade brasileira, quando o secundário foi ganhando valor por si mesmo e não somente como uma passagem, que nem sempre era obrigatória para ingressar nos estudos superiores. Nessa perspectiva, o ensino secundário, mesmo reconceitualizado, manteve-se por muito tempo vigoroso na sua organização tradicional.”

³¹ Trecho da falla do Presidente da Província, Dr. Joaquim Teixeira Peixoto d’ Albuquerque: “(...) Seria igualmente interessante que Assembléia se lembrasse de cria h~ua Aula de Comércio, (...) Esta aula se acha em todos os Paizes civilisados, e entre nós já tem logar em algumas Províncias do Império; a sua criação é certamente hum preceito da Lei Geral de 4 de Outubro de 1831, art. 96.” (FALLA, 1838, p. 26).

A questão do sentido utilitário do que se deveria ensinar nas aulas ou cadeiras foi um tema frequente nos relatórios produzidos pelos diretores da Instrução Pública e presidentes da Província paraibanos. No trecho do discurso proferido acima, pelo Director da I.P. Diogo V. C. d'Albuquerque, podemos identificar algumas questões que merecem destaque: a primeira delas diz respeito ao fato do ensino ter um caráter utilitário para servir à inclinação da província, ou seja, a de ter uma economia agrária; outra questão refere-se a “invocação por patriotismo” relacionado neste caso, a aplicação do saber de agricultura; e o destaque para a informação que as “aulas de humanidades estão desertas”. Entretanto, apesar das duras críticas realizadas aos estudos considerados clássicos³², eles permanecem como sendo de grande significância até os anos finais do século XIX na Paraíba Oitocentista³³. Ferronato (2012) nos adverte:

A preponderância da cultura jurídica sobre as demais áreas do conhecimento não favoreceu a criação de uma nova mentalidade; pelo contrário, manteve a tradição do ensino puramente literário, livresco e retórico enraizada na educação formal brasileira, desde o período colonial. (FERRONATO, 2012, p. 38).

No ensino secundário, a disciplina de História estava ligada às aulas do quadro de estudos humanísticos³⁴. No caso do Colégio Pedro II sabemos que havia a conquista de um diploma de bacharel em Letras que permitia a entrada direta nas Academias Superiores. No Liceu da Paraíba do século XIX, até 1873 (ano da equiparação dos seus exames de preparatórios), a formação funcionou como um ensaio para apreensão dos conhecimentos indicados como exigência para adentrar aos estudos superiores. Segundo Cunha Junior (2008,

³² “O Latim prevalecia sobre a língua vernácula, como fonte de estudos eruditos, possíveis somente aos convidados para a carreira eclesiástica; para os outros, era instrumentação litúrgica. A Retórica e a Filosofia Moral, introduzidas pelos Jesuítas, exigiam das inteligências uma mobilização adulta; e foi por essas disciplinas que se aviventou uma *mentalização*. O Ensino Secundário nascia com essa dupla de aulas, ao lado das línguas, consolidando-se com História, Geografia, Desenho e Geometria” (MENEZES, 1982, p. 26).

³³ Sobre o ponto em questão, nossa pesquisa aborda apenas o século XIX. O que não desmerece outras pesquisas que indiquem a continuidade ou não desses saberes para além do século dezenove.

³⁴ “A criação de laboratórios e museus exigia espaços específicos para o seu adequado funcionamento, todavia espaços livres eram uma coisa de que o Lyceu não podia se orgulhar de ter (...). Dessa forma, o que acontece é que, essas áreas foram sacrificadas pelo poder político, que se posicionava de forma conservadora no que se refere à organização curricular da instituição, uma vez que o Lyceu foi palco de disputa entre o ensino propedêutico e profissional. (...) A preponderância da perspectiva propedêutica, humanista e retórica, à qual esteve o ensino liceal paraibano submetido, coadunava-se com o seu aspecto arquitetônico de raiz conventual e, por conseguinte, contaminado pelo imaginário religioso, marcado pelo simbolismo clerical. Esse aspecto era reforçado pela presença de professores (padres-mestres) que haviam recebido formação no Seminário de Olinda.” (FERRONATO, 2012, p. 138-139). E para além desses aspectos, o significado religioso estava inserido sejam através dos sujeitos, padres-mestres, ou dos símbolos – a cruz, a imagem de Cristo, as rezas durante os horários escolares, etc.

p. 105): “Os conhecimentos exigidos nos exames preparatórios que davam acesso as Academias Superiores eram os seguintes: Francês, Latim, Retórica, Geometria, Filosofia, Inglês, História, Aritmética, Geografia, Álgebra e Português.”

Dessa forma, os liceus provinciais ofereceriam acessos aos saberes históricos, que foram construídos diante dos dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais no território brasileiro e a influência estrangeira (mais precisamente europeia/francesa). Essa afirmação está relacionada à amplitude do ensino da língua francesa no Brasil Oitocentista, e consequentemente a utilização de obras organizadas, traduzidas e/ou ensinadas por franceses³⁵. Em determinado momento do século XIX, mais precisamente no ano de 1846 (baseada na Resolução de 26 de fevereiro “a que se refere a Lei Provincial nº 7 de 4 de junho de 1846” para o Liceu da Paraíba do Norte), só se teria acesso à cadeira que cabia ao ensino de História, caso o aluno tivesse prestado a cadeira de língua francesa (e Latim)³⁶. Contudo, apesar da significativa influência da cultura estrangeira, Ferronato (2012) nos coloca:

Sofrendo influências francesas e portuguesas, o liceu chegou no Brasil. Todavia, a sua criação aqui no Brasil assumiu características e especificidades que atenderam às demandas sociais e culturais de uma nação que se encontrava em processo de constituição. (FERRONATO, 2012, p. 87).

O ensino de História estava entremeado a essas discussões, tendo em vista o mesmo estar lançado à categoria dos conhecimentos humanísticos, como também sendo utilizado fortemente para a construção do Estado, da nação e de uma pretendida identidade para o povo brasileiro. É possível encontrarmos indicações nos discursos sobre o Ensino de História que ora ressaltavam aspectos econômicos, ora a possibilidade de preparação de quadros que viriam a ocupar os cargos públicos e da política local. Este cenário discursivo nos foi perceptível à medida que observamos que no ensino primário, dirigido à população menos abastada, segundo estudos mais recentes sobre a instrução primária, nem sempre estavam

³⁵ “(...) Converia também que se autorisasse a Directoria a assignar algum Jornal scientifico da Europa, como a Illustração Franceza, ou outra semelhante, cuja leitura muito serviria para conhecer-se a marcha e progresso dos differentes ramos dos conhecimentos humanos. (...)” Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco de Araujo Lima, Presidente desta Provincia. (ANNEXO J, 1861, p. 201).

³⁶ “Art. 17 – O estudante que se quizer matricular em qualquer das aulas do Liceu, dirigirá para esse fim um requerimento ao Diretor, juntando o conhecimento de haver pago na Administração de Rendas a taxa de matrícula na importância de 3\$200 réis. Para a matrícula da terceira cadeira exige-se a certidão de exame da primeira, e segunda.” CAPÍTULO 3º. Das Matrículas. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846 (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 100).

previstas aulas de história e geografia embora houvesse indicações que essas noções seriam necessárias para a educação das crianças nas aulas de primeiras letras.

Dessa forma, a disciplina de História na Paraíba Oitocentista, caminhou entre essas concepções, ambas apontadas como necessidades essenciais, um bem comum para a sociedade, como nos é indicado nesta fala presidencial:

(...) Há outros dois objectivos, que não me he licito passar em silêncio pela sua gravidade fundamental no interesse de todos. São elles a Instrucção publica, e a Agricultura. Estes dois importantíssimos elementos, hum para crear outro para sustentar a Sociedade, devem estar sempre de baixo das nossas vistas legislativas, e administrativas. (...) se lançamos a vista á Instrucção secundária, salta aos olhos desde logo dar toda a preferênciã a aqueles estudos, e sciencias, que tiverem huma ligação mais estreita, e mais poderosa influencia sobre a agricultura, por que os conhecimentos, que tendem a facilita-la, dando a esperar mais vantajosos productos, devem ser primeiro adoptados, e postos em practica. A vossa sabedoria, e penetração achará os meios de se espalharem esses utilíssimos conhecimentos, se não tantos, quantos se considerão precisos, ao menos os que as nossas circunstancias permittirem. (FALLA, 1840, p. 30).

A seguir, algumas particularidades legislativas a respeito da *terceira cadeira* - a partir da Resolução 26, de 1846 -, do que se deveria agregar aos conhecimentos de História:

Art. 16 – A matrícula da terceira, quarta e quinta cadeira se fará nos primeiros quatorze dias do mês de fevereiro; a da primeira e segunda será também nesse tempo e durará por todo o ano letivo.

(...) Art. 21 – As matrículas se devem renovar anualmente na terceira, quarta e quinta cadeira: na primeira, e segunda, uma vez matriculadas o estudante continua a frequentá-la nos anos posteriores, independentemente de nova matrícula, fazendo no começo de cada ano aviso ao secretário. CAPÍTULO 3º. Das Matrículas. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 100).

A respeito do período indicado para as matrículas das cadeiras liceais³⁷, temos que as da 3ª, 4ª e 5ª cadeiras estavam restritas ao mês de fevereiro, já as aulas de latim e francês poderiam se dar durante o restante do ano³⁸. De acordo com a “política” dos exames liceais

³⁷“Art. 5º – As cadeiras do Liceu são as seguintes: – Latim, – Francês - traduzir e falar, – Retórica, poética, geografia, cronologia e história, – Filosofia racional e moral, – Aritmética, Geometria, Álgebra até equações do 2º grau, Trigonometria retilínea.” (CAPÍTULO 1º. Do pessoal do Liceu. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846). (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 98).

³⁸ As cadeiras liceais eram divididas por numerações, pois à medida que iam se criando, juntando ou adicionando cadeiras essa numeração se alterava. Para maiores informações a respeito dessas mudanças para as aulas de História ver Quadro 1 (capítulo 3): “A disciplina de história em seus respectivos anos - nome dos professores (titulares e substitutos), número de alunos a disciplina de história em seus respectivos anos - nome dos professores (titulares e substitutos), número de alunos”.

nem todos os alunos matriculados/frequentedores das cadeiras se prestavam aos exames, e como não havia um tempo demarcado para o término do curso e suas cadeiras, apesar de não se poder abusar das reprovações, as matrículas da 3^a, 4^a e 5^a cadeiras deveriam igualmente ser renovadas. Compreendemos que as aulas de línguas já possuíam um arranjo em termos metódicos mais fixos, em relação ao tempo exigido ao longo do ano letivo. Outros detalhes se pautaram nas seguintes colocações:

Art. 23 – Haverá lições uma vez somente ao dia, durante os da primeira, e segunda cadeira de três a quatro horas, e nas demais uma hora e meia a duas. (...) Art. 25 – Os professores da terceira e quarta cadeira darão de dois em dois meses aos seus discípulos teses colhidos dentre as matérias que lhe tiverem explicado, a fim de que sobre elas dissertem.
 Art. 26 – Estas dissertações que servirão aos professores para avaliação da capacidade dos seus discípulos, serão remetidas no fim do ano, por intermédio do Diretor, ao Presidente da Província.
 Art. 27 – Aquele que não der a dissertação no prazo determinado se marcarão cinco faltas, e ao que não comparecer no dia de sabatina duas.
 CAPÍTULO 4º. Do Ano Letivo. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 100-101).

Com lições de no máximo duas horas ao dia, a *terceira cadeira* também tinha como alvo a produção de dissertações pelos seus discípulos a cada dois meses, sobre temas escolhidos pelos professores. Essas dissertações indicariam o nível da capacidade dos alunos e estariam destinadas à leitura do presidente da província. A não apresentação desta dissertação implicaria no número de cinco faltas³⁹ para o alunado.

A partir da observação dos mapas presentes na documentação, em 1846 há uma mudança na ordem e quantidade das cadeiras/matérias, com a introdução do termo das áreas de saber como *Chronologia* e História; Latim e *Portuguez* não aparecem mais com essa titulação, sendo provavelmente substituída por *Grammatica Latina*, com 51 alunos, e com a maior quantidade de alunos matriculados. Seguida de *Philosophia* (com 12 alunos). Neste ano, *Grammatica Franceza* que ficou com menor quantidade de alunos ('apenas' 5). Com base na documentação citada, até o momento, para a província da Paraíba, a denominação *História Universal* apareceu em 1850⁴⁰.

³⁹Em relação às faltas, a legislação indica um número máximo e suas penalidades: “Art. 55 – Perderá o ano o estudante que houver dado dez faltas sem causa, ou trinta ainda justificadas.” (CAPÍTULO 6º - Da Economia e Política das Aulas. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846). (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103).

⁴⁰“(...) Há nesta Cidade hum Lycêo onde se ensina Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia, Geometria, Geographia, Historia do Brazil e Universal, Francez e Ingles.” (EXPOSIÇÃO, 1850, p. 67).

A referência aos conteúdos relativos à História não estava presente na relação das matérias ou nos planos de estudos em todos os anos, o que podemos inferir é que possivelmente, isso não significa que os conteúdos não eram tratados na exposição dos professores em suas aulas. A ausência do registro do termo História, diante da comparação documental que fizemos, pode ter se dado, supomos, por alguma escolha por parte de quem escrevia os documentos não ter especificado a cadeira de História, ou mesmo porque o relator entendia que as cadeiras apresentavam um conjunto de saberes, e ao especificá-las mencionava apenas cadeira de *Geographia* no interior da qual estavam contemplados os conteúdos de História. Isso se deve ao fato de ser uma disciplina escolar em processo de constituição cujos compêndios e saberes ainda estavam se definindo. Lembrando que a História do Brasil oficialmente acabara de ser fundada na perspectiva vigente à época, de uma história política que se iniciava a partir da independência do Brasil de Portugal em 1822.

2.2 A CONFIGURAÇÃO DA CADEIRA DE HISTÓRIA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Em 1851, houve a divisão da cadeira de História, e outro grupo de matérias se constituiu a partir dessa separação, qual seja: Retórica e Poética. “Art. 2º – Fica desde já separada a cadeira de retórica e poética da de geografia, cronologia e história, podendo o professor atual dar opção a qualquer das cadeiras.” Lei nº 12 – de 27 de setembro de 1851. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 110). “(...) Entretanto, no Colégio Pedro II, esta separação foi realizada já nos primórdios da sua organização, isto é, desde 1837.” (FERRONATO, 2012, p. 155).

Na citação abaixo, do diretor da instrução pública Manrique Lima, notamos certa hierarquia de saberes de acordo com as localidades das cadeiras, desde a configuração do ensino primário. O ensino de História é considerado “não necessário” aos “povoados pouco importantes”. São colocações documentais como essa que nos fazem refletir sobre o “real” significado (ou possíveis significados) da disciplina de História para as províncias imperiais do Brasil.

As materias de ensino devem accommodar-se á classificação das cadeiras; em povoados pouco importantes bastaria que o Professor ensine a ler, e escrever correctamente, as quatro operações fundamentais d’arithmetica em numeros inteiros e quebrados, e algumas noções de geometria pratica, doutrina Christã etc.; nas outras cadeiras estas mesmas disciplinas com mais

desenvolvimento, e algumas outras, como geographia, e historia do Brazil em compendios adoptados á comprehensão dos meninos, elementos de civilidade, principios de moral etc. (RELATORIO, 1855, p. 118).

Ainda baseado nos mapas⁴¹, até meados do século XIX, no ano de 1856, a aula de História contou com o menor número de matriculados, em relação às demais aulas. Nestes mapas nem sempre são apresentados os nomes dos professores em suas respectivas aulas. E em 1860, aparece o termo *lente*⁴², como sinônimo de professor.

Na década de 1850, a educação industrial e a utilidade do saber voltam à tona nas discussões, e uma “escola de agricultura” chegou a ser proposta, porém não foi concretizada.

Em nosso paiz, quase que não consiste a instrucção publica, senão no ensino puramente literário. Logo que uma localidade manifesta alguns sinaes de opulencia, qualquer que seja alias a industria a que ella deva a sua riqueza, trata-se de a dotar com uma cadeira de latim, a que ao depois se seguem as de rhetorica e philosophia. Considerada a questão pelo lado economico, é esse, no meu modo de ver, um erro mui prejudicial. As vocações industriaes são providencialmente mais numerosas, que as vocações literarias; (...). Entretanto, são essas escolas o único recurso, que tem actualmente á sua disposição o pae de familia, que deseja ver bem educados seus filhos, e desta sorte, mal encaminhado o ensino, desvia-se da industria grande parte da mocidade, contrarião-se as vocações, arruinão-se as fortunas, e crea-se a classe importuna dos aspirantes a empregos publicos. Do que acabo de dizer, não se deve inferir que esteja na minha intenção a suppressão absoluta das cadeiras literarias do ensino secundário. O que me parece razoavel é que sejam concentradas na capital da Provincia. Havendo um internato bem montado, onde ellas possam funcconar regularmente, desaparece todo e qualquer motivo de queixa da maior parte dos habitantes do interior. Quanto ao ensino industrial, eu devo felicitar a provincia da Parahyba, pela idéa que tiverão os seus legisladores autorisando a creação de uma escola de agricultura theorica e pratica, como é expresso na lei n. 24 de 4 de Julho de 1854. (RELATORIO, 1858, p. 151).

O diálogo entre as necessidades da província e das cidades e vilas do interior, de acordo com o sujeito interlocutor do discurso, também tinha interferência na propagação ou não do ensino de História. Isto é, as cadeiras de ensino secundário no interior estavam resumidas ao ensino do Latim. Na década de 1860, encontramos uma breve referência ao ensino de Geografia, em Cajazeiras, ministrado por um padre⁴³ chamado José Thomaz de Albuquerque; o ensino se daria juntamente com latim e *francez*, e contava com 68 alunos⁴⁴.

⁴¹ A partir de 1858 os chamados mapas de matrículas passam a ser denominados também de quadros.

⁴² Segundo Toledo (2002, p.2), “aquele que lê, o que faz a leitura”.

⁴³ Para uma leitura sobre os padres mestres na Paraíba do século XIX indicamos o trabalho de Silva (2013).

⁴⁴ De acordo com o “Mappa demonstrativo das aulas particulares da instrucção secundaria do interior da Provincia, com declaração dos nomes dos professores, localidades, natureza do ensino, o numero de alumnos que frequentarão em 1860. Secretario, João Cavalcanti d’Albuquerque Vasconcellos Junior.”.

Fica a nossa indagação a respeito de se terem ou não propagados os elementos de História nesta localidade⁴⁵. No ano seguinte (1862) essa aula teria 85 alunos⁴⁶.

Há a presença de discursos em defesa dos estudos literários para o fortalecimento dos empregos públicos⁴⁷, como também outros posicionamentos como podemos acompanhar a seguir:

(...) Subsistem as causas da grande desproporção entre a frequencia das aulas de latim e francez do Lyceu e a das outras do mesmo estabelecimento. Já o tenho dito, e ainda uma vez o repito. —Não deploraria o abandono destas ultimas, se, mais convenientemente organizada e distribuida a instrucção secundaria, estivessem montadas e abertas á frequencia outras aulas, onde fossem ensinados os elementos se quer das sciencias que prestão á industria, ao commercio, e principalmente á agricultura, nossa vacca leiteira na phrase de Cormenin. (...) Para os que teem vocação real e meios de habilitarem-se para taes profissões, não faltão felizmente recursos. Entretanto que os filhos pobres da provincia terião nella meio de habilitarem-se para alguma cousa alem de amanuenses das repartições publicas. (ANNEXO G, 1862, p. 209).

A questão das despesas públicas ou o estado das rendas provinciais eram “palavras de ordem” presentes nos discursos sobre a instrução pública⁴⁸. Os salários dos professores do Liceu, para todas as cadeiras, por exemplo, apresentavam um padrão. E como veremos no capítulo 3, haverá uma discussão sobre isso diante do seu papel social.

Em 1864, destaca-se a observação que as disciplinas (ou faculdades) de *francez* e *inglez* ora viam juntas, ora separadas, alterando igualmente assim, o número de cadeiras e sua

⁴⁵ “(...) O ensino, agrícola, mercantil, industrial, ou artístico nem um raio de luz pôde ainda lançar sobre as fontes de nossa produção e riqueza! (...) Atenda-se que não quero tanto para a nossa Parahyba. Reclamo apenas algumas d’essas escolas, no intuito de fornecerem-se conhecimentos profissionaes segundo as localidades, de modo que a instrucção seja industrial e commercial nas cidades, e agrícola no interior.” (RELATORIO, 1861, p. 176-180).

⁴⁶ “(...) Este numero é uma prova eloquente do quanto já se tem desenvolvido entre nós o amor pelas letras e sciencias, e bem assim a capacidade do respectivo professor.” (RELATORIO, 1862, p. 203).

⁴⁷ “D’entre todos os estabelecimentos de instrucção secundária da provincia, o que mais avulta é o Lycêo da capital, onde sob o regimen de sete Professores se ensina Latim, Francez, Inglez, Geometria, Philosophia, moral e racional, Rhetorica e Poetica, Geographia, Choronologia e Historia e as aulas são occupadas por 136 estudantes. É notavel a falta de alumnos que já de a muito se observa nos estudos de Rhetorica e Philosophia, mas, esse phenomeno, sendo pouco assombroso por ser proporcionalmente reproduzidos em todas as aulas de igual ensino do Imperio, tem sua verdadeira origem na falta de precisão que delles há para a obtenção dos empregos publicos, e para qualquer de industria agricola, ou commercial.” (Directoria da I.P. da Parahyba, 1865, p. 248).

⁴⁸ Fragmento do relatório do Presidente da Província Francisco Araujo Lima: “(...) Vê-se que é exclusivamente litterario o ensino secundario ou superior da Provincia, cuja industria, commercio e artes não auferem os beneficios da instrucção professional. É isto tanto mais deploravel quanto fallecem meios para encetar qualquer melhoramento neste sentido. (...) A causa especial de semelhante desproporção é a visinhança da cidade do Recife, para onde affluem todos os alumnos, que, apenas concluidos os estados de latim e francez, vão preparar-se alli com mais facilidade para a matricula na respectiva Faculdade de Direito.” (RELATORIO, 1863, p. 218).

ordem. Por conseguinte, o discurso parece voltar a outros tons. Há uma renovação de uma defesa do ensino das aulas de línguas. Os liceus nas outras províncias, principalmente na província pernambucana será um apontamento permanente como destino dos alunos paraibanos, tendo em vista estes não encontrarem a instrução proveitosa em sua localidade.

(...) O Lyceu desta cidade, que aliás possui professores inteligentes e habilitados, não tem trazido os benefícios, que se devia esperar de semelhante instituição. Suas aulas, (...) estão sempre despovoadas; em algumas apenas se matriculam um ou dois estudantes, e mesmo estes não as frequentam. Somente nas aulas de línguas há maior concorrência, (...), e ainda assim o número dos matriculados não está em relação com a população da província, nem com o que se observa nos lyceus de outras. Se não há pois algum vício na organização daquelle estabelecimento, que tão máos effeitos tem produzidos, e que merece ser estudado, deve-se convir que contribuem grandemente para isso a especialidade de nos acharmos muito proximos á província de Pernambuco, (...). Aquelle que, morador no centro, tem deliberado que seu filho se forme em direito, manda-o logo estudar os preparatorios no Recife, onde é certo que não encontrará maiores difficuldades, (...). Essa especialidade faz-me crer que será em pura perda a continuação do Lyceu pela forma por que se acha organizado; e assim penso que só devem ser conservadas as aulas de línguas. (...) O moço, que souber bem as primeiras lettras, e tiver conhecimento das línguas latina franceza e ingleza, achar-se-há habilitado para entrar nos umbraes da sciencia. (RELATORIO, 1864, p. 222).

Esse movimento nos discursos será constante e a “crise” no ensinamento das aulas de humanidades, como já afirmamos, se interligava, a nosso ver, ao ensino de História. Vejamos o que o Presidente, Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva afirmou:

(...) Talvez a instrução publica secundária fosse mais vantajosa à Província, se tivesse sido organizada com fins práticos, substituídos os estudos clássicos de humanidades pelos que servem de auxiliarem á industria, ao comércio e a agricultura. Parece-me que haveria menos «letrados», porém augmentaria o numero dos homens uteis ao paiz. Entretanto esse serviço não deve soffrer alteração alguma senão com todas as probabilidades de êxito. (RELATORIO, 1868, P. 327)

Acompanhemos o trecho abaixo de artigo jornalístico, acerca da importância dos estudos de Geografia e História:

(...) vamos nos occupar da indicação do estudo de algumas materias, que, no nosso entender e no daquelles que apreciam, louvam e applaudem todos os melhoramentos introduzidos no ensino primario, - levam ao espirito juvenil grande somma de civilisadores conhecimentos das cousas pátrias, dignas, certamente de serem conhecidas por todos, que nascem sobre a egide das leis, que regem, regulam os povos de nosso bello paiz. Selladas com o cunho dos mais proficuos resultados moraes e intellectuaes, - essas materias,

digamos-lo com toda franqueza e imparcialidade, podem e devem ser introduzidas sem perda de tempo no ensino, (...) ellas, á par das demais materias, formarão a synthese da perfeita, verdadeira e solida educação primaria. (...) Fallamos do estudo de noções de geographia e historia pátria, e lições da constituição do império. (...) será um importantissimo serviço prestado á educação popular desta província, cuja mocidade não convém, que esteja por mais tempo adstricta á receber uma educação incompleta, que bem pouco ou quase nada lhe aproveita. (...) (*Jornal da Parahyba*, 17 de Junho de 1882 - vol I)

Assim, o ensino direcionado à instrução primária já atendia (em termos legislativos) noções sobre a história pátria e sobre a constituição imperial⁴⁹. E observando a notícia acima, do final do século XIX, de um jornal considerado conservador⁵⁰, cabe nesse estudo também a leitura do contexto desses sujeitos e seus discursos, à medida que “sugariam” esses conteúdos que assistem serviços à população e ao país. O que estaria ocorrendo ou quais os descompassos entre as propostas realizadas na legislação educacional e a práxis no “cotidiano escolar” paraibanos?

A preocupação com a aplicação dos conhecimentos históricos desde o ensino primário, nos leva a pensar sobre a sua importância e desdobramentos para o ensino secundário. Um estudo do ensino de História que se daria em processo, a partir das noções e/ou elementos de História até a organização de uma disciplina independente, se comporia de acordo com as localidades, a faixa etária para cada “nível de ensino” e as condições sociais, econômicas e culturais da comunidade que tinha acesso a este saber. O ensino de História indicado como saber necessário para os exames que dariam acesso ao ensino superior das academias e como área de instrumentalizar educandos para uma vida útil pautada no desenvolvimento da nação, seria objeto de interesses familiares, institucionais e governamentais da Paraíba Oitocentista, e consequentemente do Império Brasileiro.

A formação do Estado Nacional, no Brasil, estava em curso em seus vários aspectos. Acreditava-se que era preciso formar cidadãos através da instrução, mas a instrução também estava em formação, assim como seus professores e instituições. Mattos (2000, p. 72), a respeito desse movimento pós-chegada da família real, no Rio de Janeiro, nos diz: “(...) a

⁴⁹ Art. 6º: “[...] Para a leitura dos alunos serão preferidas as constituições do Império, o Resumo de História do Brasil [...]” Lei nº 20 – de 6 de maio de 1837. Art. 46 “[...] as passagens da História do Brasil mais próprias a nos fazer amar a pátria, e conhecer as pessoas célebres pelas suas virtudes, conhecimentos, fatos úteis etc.” (Regulamento – de 20 de Janeiro de 1849).

⁵⁰ Baseamo-nos em resultados do trabalho pesquisa realizada por Peixoto (2013), intitulado “Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na cidade da Parahyba (1822-1889)” - que desenvolveu um quadro indicando os posicionamentos políticos de jornais paraibanos, com dados no estudo monográfico de Souza (2010), “*A Instrução Paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*”. João Pessoa: UFPB.

consolidação do Império permitia a escrita de uma História do Brasil; e o fato de possuir uma História revelava a existência de um povo ou nação.”

Os anos finais do século XIX para o ensino de História no Liceu Paraibano assumiram algumas particularidades, tais como as descritas na Resolução nº 288, de 11 de Novembro de 1885, que traz a indicação da disciplina de História direcionada para a História da Paraíba:

Art. 2º – O plano de ensino do Liceu compreenderá as seguintes disciplinas:

1ª Português

2ª Francês

3ª Inglês

4ª Latim

5ª Matemática

6ª Geografia geral corografia do Brasil e especialmente da Paraíba

7ª História geral e história do Brasil e especialmente da Paraíba

8ª Retórica, poética e literatura nacional

9ª Filosofia

10ª Elementos de ciências físicas e naturais.

§ 1º Para cada uma dessas disciplinas haverá cadeira especial com professor distinto e o programa de ensino será o mesmo que for aprovado pelo governo para ser adaptado ao do Imperial Colégio de Pedro II, salvo o de desenvolvimento exigido quanto à Província da Paraíba nos programas de geografia e história. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 111)

Dessa forma, foi se organizando a escrita da história das localidades (História da Paraíba), frente e unida ao discurso de uma história nacional/do Brasil, universal. O que mais tarde se desdobraria em um sentimento local, que a historiografia legitimou como “paraibanidade”, que segundo Mariano (2009), foi se formando desde os movimentos (revolucionários) do início do dezenove, como por exemplo, o de 1817⁵¹.

As duas instituições, o Liceu Paraibano e a Escola/Externato Normal⁵² tiveram suas histórias entrelaçadas nos primeiros anos da década de 1880, e acerca dessa relação com ênfase na disciplina de História, destacamos:

3º ANO – História - 3 horas. (...) 12h às 13h: Segunda-feira - Quarta-feira e Sábado.

(...) História: Divisão da história. Enumeração dos fatos capitais da história antiga, média, moderna e contemporânea. História do Brasil: planos gerais e fatos capitais. No ensino da história geral o professor ocupará a atenção das alunas com os acontecimentos memoráveis da história da humanidade e a biografia dos grandes homens, limitando o ensino aos fatos que mais concorreram para o progresso moral e social. O ensino da história do Brasil

⁵¹ Reação de insatisfação “popular” que mobilizou as “províncias do norte”, mais precisamente, a de Pernambuco, contra algumas medidas do poder imperial, com objetivo de se proclamar uma república.

⁵² Araújo (2010) nos apresenta uma tese sobre este espaço educacional, trabalho de referência acerca do Externato Normal na Paraíba Oitocentista.

será feito sob o mesmo ponto de vista, de modo a despertar nas alunas o amor a pátria e das instituições políticas. (...) Instruções Especiais para as Lições – (...) §2º São proibidas as lições de cor, a menos que se trate de definições e classificações que convenha reter na memória. As normalistas serão obrigadas a tomar nota das explicações do professor, e reduzi-las a escritos, (...). REGULAMENTO DO EXTERNATO NORMAL DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DE 14 DE JANEIRO DE 1886 (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 136-138).

Naquele momento, o saber histórico encontrava-se em um formato mais independente dos demais saberes que o acompanharam durante o século XIX, possuindo professores⁵³ e exames específicos. Deveriam assumir os mesmos professores para ambas as instituições (Liceu e Externato), já que funcionavam também nas mesmas dependências. O primeiro professor de História foi Thomás de Aquino Mindello, que também ministrava Geografia, sendo seguido por Ernesto Freire, professor somente de História. Segundo a legislação educacional acima, o Ensino de História foi aplicado no terceiro ano, com três horas semanais. Outro fator que chama atenção está interligado ao método das lições de cor, que assumia limites: o ato de decorar deveria associar-se a conhecimentos que conviesse retê-los na memória, o que com o tempo levou a consagração de nomes e datas nacionais.

Trataremos de forma mais aprofundada acerca das questões dos métodos no capítulo seguinte.

⁵³ “§ 2º O atual professor de geografia e história da escola normal fará opção por uma das duas cadeiras em que é dividido o ensino daquelas disciplinas.” RESOLUÇÃO Nº 288, em 11 de Novembro de 1885 (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 112)

3. A CULTURA ESCOLAR E A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO ENSINO DE HISTÓRIA

(...) Segundo penso, são condições de todo o progresso, na instrução publica: bons Professores, compendios apropriados, methodo de ensino, regimento interno das escolas, systema de inspecção efficaz, edificio commodo, e material decente. (RELATORIO, 1855, p.116).

Na Introdução desse estudo abordamos rapidamente os conceitos de *cultura escolar* e *cultura material escolar*, destacamos neste capítulo as inquietações relacionadas ao espaço escolar das aulas, mais precisamente no que diz respeito aos métodos, aos objetos e as obras/livros/compêndios (liceais) relativos ao ensino de História da Paraíba Oitocentista.

Os estudos e pesquisas acerca da instrução do século XIX nos permitem dizer que ela foi erguida com base no ideário de progresso que deveria conduzir a mocidade brasileira ao desenvolvimento que de acordo com alguns discursos proferidos pelas autoridades e textos jornalísticos à época estariam condicionados aos aspectos materiais e imateriais no *locus* educacional.

O ensino de História do espaço liceal na Paraíba Oitocentista prescreveu-se entre permanências - ainda imbricadas aos moldes instrucionais do período colonial, como por exemplo, a manutenção das aulas avulsas e da presença dos padres mestres -, e mudanças, engendrados por novos arranjos confeccionados pela corte imperial, ao que parece os discursos caminhavam na direção de propor que nação e instrução estariam amparadas e dependentes uma da outra, para a criação e manutenção de jovens, que devidamente instruídos passariam a colaborar nesse processo civilizatório. Logo, era necessária a preparação de sujeitos e instituições para implantação desse projeto, que foi tomando características inerentes a cada localidade, a saber:

A instalação do Lyceu Provincial causou uma série de problemas uma vez que, como já foi dito, não houve a intenção da construção de um edifício exclusivo para seu funcionamento. Na verdade, não havia um edifício adequado para a Instituição, visto que se pretendeu criar uma nova forma de organização do ensino secundário, sendo, portanto, necessária a readequação dos prédios existentes para a sua instalação. (FERRONATO, 2012, p. 136)

Instalado inicialmente no edifício do Tesouro da Fazenda, e depois transferido para o Conjunto Jesuítico, o Liceu funcionou ao lado de instituições como o Correio Público e a Assembleia Provincial. Sem possuir um espaço específico para a sua construção, a organização das aulas, seus horários e distribuição de alunos e professores tiveram de ser

planejados de acordo com esse espaço escolar⁵⁴. E para além do espaço da sala de aula, o Liceu na Paraíba Oitocentista contou com uma sala para disposição de livros, que estariam liberados para o acesso de professores e alunos desta instituição, a chamada “Biblioteca Pública”⁵⁵.

Em relatório do ano de 1842, indica-se a realização de uma reforma no Liceu, através do artigo 16, da Lei de 8 de Novembro de 1841. Algumas de suas resoluções foram: o seguimento de que “conviria fazer-se mais uma sala no Lyceu”⁵⁶, como também a aplicação de “diminuição das matérias, melhor escolha dos compêndios, aumento do tempo do ensino distribuído de maneira a não fatigar a atenção e a inação tão nociva ao desenvolvimento intelectual e moral dos alunos, prêmios para excitar a emulação, e uma disciplina mais severa”, o que teriam provocado certa “assiduidade dos Professores, adiantamento dos alunos e o bom comportamento de todos”⁵⁷. A preocupação com a organicidade dos espaços escolares, a escolha dos compêndios⁵⁸, e o desejo de controle do tempo do ensino, dos corpos e das mentes, e dos valores que a instrução se incumbiria de decretar a sociedade, fazem parte dos princípios debatidos por meio dos discursos, falas, relatórios, exposições e leis relativas à instrução pública paraibana.

Para a execução de reformas, entrava em jogo o planejamento orçamentário das despesas públicas e, nesse sentido, encontramos a entrega de parte do ordenado do Diretor para as despesas liceais:

(...) O Lycêo tem continuado a reger-se pelos novos Estatutos, com algumas modificações, que o Exm. Vice-Presidente da Província resolveu fazer (...) autorizado pela Lei N. 9 de 23 de Janeiro deste anno. (...) ficando somente ao Governo e a Congregação dos Professores o direito de aperfeiçoar e emendar com o tempo, tudo que for puramente disciplinar e econômico. O mesmo Director fez dom gratuito a beneficio das despesas miúdas do Lycêo, da décima parte do seu ordenado presente ou futuro, e entendeu a Presidência que deveria aceitar esta generosa offerta. (DISCURSO, 1843, p. 35-36).

⁵⁴ “(...) Bons mestres, bons compendios e escolas materialmente bem preparadas eis a base que repousa todo o progresso do ensino, o mais é secundario.” (RELATÓRIO, 1857, p. 139). Este trecho é mais um exemplo da reiteração dos discursos dos sujeitos educacionais, no caso, pelo diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, como também da permanência dos “velhos” empecilhos na instrução, reclamados por diferentes gestões dos diretores e presidentes de província.

⁵⁵ “(...) He elle regido pelo estatuto que lhe dei em principio de 1846, e foi depois dessa época enriquecido com uma pequena livraria para uso e consulta dos Professores, e mesmo melhor habilitação dos alumnos em algumas doutrinas (...)” (EXPOSIÇÃO, 1850, p. 67).

⁵⁶ O Presidente da Provincia da Parahiba do Norte, Francisco Xavier Monteiro da Franca afirmou: “Esta obra he orçada em 6000\$ rs. traria a utilidade de que as aulas acabassem a horas mais cômodas do que actualmente.” (RELATORIO, 1842, p. 30).

⁵⁷ Idem nota anterior.

⁵⁸ Acerca desses compêndios que passariam por uma permuta, até o momento, não temos os registros que, ao menos, os denominem necessariamente, antes ou após essa lei.

De acordo com o senhor Ricardo José Gomes Jardim, Presidente da Província, a instrução liceal estava inserida no contexto “puramente disciplinar e econômico”. Como uma instituição educacional, possuía uma organização de tempo escolar vinculada a um tempo social (em seus eixos político, econômico e cultural), tendo assim seu funcionamento amplamente pautado em aspectos legislativos, através de estatutos, leis, resoluções e decretos.

Em 1857, através de um relatório, encontramos uma discussão sobre a proposta de conversão do Liceu em um internato⁵⁹. Porém devido à falta de “um edifício apropriado” não foi possível a realização deste intento⁶⁰. E diante dessas circunstâncias, a década de 1860, foi recheada de indagações, tais como: “(...) Quando não temos casas decentes, onde funcionem as escolas, nem estas tem a mobília e utensílios estritamente indispensáveis, o que valem ideias e planos de reforma? (...)”. (ANNEXO G, 1862, p. 204). Essas alocações atingiam tanto a instrução primária, quanto à secundária, como colocava o presidente da província, Antonio Bandeira, em 1886: “(...) O edifício do Lyceu carece de asseio, e o material de ensino é limitadíssimo, para não dizer inteiramente nullo. Só com muita boa vontade podem alguns professores desempenhar seus deveres” (FALLA, 1886, p. 498).

Diante desses contextos, partimos para o diálogo acerca dessa materialidade centrada no ensino de História do Liceu Paraibano do século XIX.

3.1. OS MÉTODOS, OS OBJETOS E AS AULAS DE HISTÓRIA NO LICEU PARAIBANO

A exceção das duas aulas da Capital, todas as mais seguem o ensino individual e simultâneo. Estou bem longe de persuadir-me, que o methodo Lancasteriano esteja n’esta Cidade perfeitamente desenvolvido. Faltão cartas apropriadas, compêndios escolhidos, cazas d’umas construcção particular, á fim de que tão bello sistema tenha o seu perfeito andamento, e instruídos os meninos por um methodo mais fácil, e mais natural, dentro em pouco tempo possão aplicar-se á estudos maiores, ou ás diversas occupações da vida. (FALLA, 1839, p. 28).

Qual(is) seria(m) o(s) método(s) adotado(s) no Liceu da Paraíba Oitocentista? Haveria diferenças de acordo com as disciplinas? Mariano (2013, p. 9) comentando acerca das obras e editoras que atuaram no cenário oitocentista nos afirma: “Os autores utilizavam uma

⁵⁹ Promulgada pela Lei Nº 6, de 4 de Outubro de 1856: “É proveitoso converter o Lyceo desta Cidade em um internato, mas por ora esta idéa está nas condições de ser levada a effeito. Não ha um edificio, onde se estabeleça o collegio. Esta falta tão cedo não será suprida (...)”. (RELATORIO, 1857, p. 134).

⁶⁰ Directoria da Instrução Pública da Parahyba, 1859.

abordagem cronológica e estimulavam a memorização, com o intuito de inculcar determinados valores para a garantia da “ordem e do progresso”, visto que aprender significava memorizar.”

A definição de *methodo* em Pinto (1832) denota: “ordem especial, no modo de fazer alguma cousa”. É preciso estar atento aos significados e sinônimos das palavras no século XIX. Vejamos o seguinte trecho: “(...) O ensino mutuo nunca existio rigorosamente no Brasil, por que a mesma Escola Normal que estabeleceu-se na Corte, em 1823, consta não tê-lo praticado em toda perfeição” (DISCURSO, 1843, p. 34). Ao significado de ensino (PINTO, 1832) estão sinalizadas as ideias de “instrução, educação” e no plural “conselhos e preceitos”.

Dessa maneira, compreendemos a ideia de método a partir da maneira como o professor se portava em sala, e seus procedimentos para com os alunos⁶¹ e os aspectos materiais e imateriais para o ensino da disciplina. Esses pontos estiveram sempre em pauta na documentação redigida pelos presidentes de província, por exemplo, e no caso, do Sr. Agostinho da Silva Neves:

(...) pretendo com mais vagar examinar os methodos, e compêndios pelos quaes ensina, e os estatutos que o regem, para lhes fazer aquellas reformas, que mais azadas forem, para a prosperidade do estabelecimento, e utilidade que deve prestar á Província (...). (RELATÓRIO, 1844, p. 39).

Na documentação pesquisada, encontramos alguns indícios que o método aplicado teria um significado direto sobre o desenvolvimento e a utilidade da instrução. Apresentamos neste trabalho uma leitura sobre os métodos indicados na legislação. Porém, até o momento não encontramos nenhum que fizesse referência direta de aplicação no ensino secundário. Verificamos no relatório do presidente Frederico Carneiro de Campos, do mesmo modo que, a efetuação do método estava unida à questão material:

⁶¹ Trecho do relatório de Manrique Lima: “(...) O methodo de leitura repentina, (...) contribue poderosamente para gravar as primeiras noções no espirito dos meninos. É um verdadeiro prodigio a rapidez com que aprendem a ler e a exprimir-se com a mais correcta pronuncia e o acento conveniente. Mas estes meios têm sido empregados e continuação a ser nas nossas escolas sendo incontestavel sua efficacia. Se os meninos leem, se estudão em voz alta, se recitão a taboada, algarismo, rezas, etc., fazem isto n’uma especie de recitativo, de melopéa natural que lisonjando o ouvido penetra mais facilmente no espirito. (...) especialmente nos meninos cuja attenção deve ser despertada com toda a especie do estímulo. Disto se faz uso nas escolas e ainda melhor se lhes fornecerem compendios cujos preceitos sejam expressos em versos naturaes e simples, como convem, para serem compreendidos pela intelligencia dos meninos. O methodo denominado Castilho, que se é o que entendo, não é uma novidade: e se não é isso, não o compreendo, tem sido abraçado e defendido por uns, outros o tem rejeitado. Os que o sustentam argumentão contra os que o combatem, que essa tem sido a sorte de muitas verdades e inventos a principios rejeitados como absurdos e depois admittidos como grandes descobertas.” (RELATORIO, 1857, p. 140).

(...) Este primeiro e único estabelecimento literário da Província pôde todos os dias prestar maiores benefícios á instrucção da mocidade, se vos dignardes votar anualmente alguma consignação ainda que módica, com que elle seja gradualmente dotado d'aquelles accessórios que certas matérias exigem para serem clara e compreensivelmente explicadas; taes são: bons globos, de dimensões não microscópicas, mappas modernos para o estudo da geographia; (...), e bem assim outros objectos e livros, que vos sabeis quanto convem ao ensino da mocidade, á consulta dos professores, e mesmo pra servir de base á uma biblioteca, cuja criação eu me não constrangeria em rogar-vos, se me não contrariasse tanto a estreiteza dos Cofres Públicos. (...). (RELATORIO, 1847, p. 54).

A ideia de se apresentar um conhecimento claro e compreensível, através da intuição (trabalhando os sentidos) dos educandos, foi uma demanda reincidente na documentação. Compreendemos a apreensão das noções históricas, a partir do atrelamento das noções geográficas, que nesta situação agregava-se a utilização dos globos e mapas para a aula de Geografia, que até o momento era ministrada juntamente a aula de História, pelo mesmo professor. E uma das problemáticas que traziam obstáculos ao atendimento dessa precisão, de acordo com os discursos apresentados, foram os valores econômicos dispensados para a Instrução Pública. Esse “silenciamento” dos recursos públicos refletiria na recorrência também dos pedidos através dos relatórios apresentados a Assembleia Legislativa, no caso, exercida por outro presidente da província, João Antonio de Vasconcellos, um ano depois:

(...) Lembro a necessidade de consignação para prover o Lycêo de alguns objectos necessários, com seião globos, atlhas &c., e mesmo de livros para a sua pequena Biblioteca, onde a mocidade curioza vá achar expozitores das matérias que aprende e de outras, principalmente da História, que tão boa mestre he do presente pelas úteis lições do passado (...) ⁶². (RELATÓRIO, 1848, p. 57).

Este pedido, constantemente renovado, só seria atendido anos depois, em 1850: “(...) meu antecessor tinha mandado vir um jogo de globos, para a Cadeira de Geographia, e alguns livros, poucos, que chegarão durante minha Administração, e cujo pagamento mandei realizar (...)” (RELATÓRIO, 1850, p. 69). Cada cadeira exigia certas necessidades, seja por meio dos objetos específicos, dos compêndios, quantidade de alunos, e algumas declarações foram

⁶² Estava posto o ideal que se tinha acerca do conhecimento histórico e do ensino deste para a mocidade brasileira paraibana oitocentista.

feitas a esse respeito, mas nem sempre se descreviam os utensílios e as cadeiras precisos que estavam sendo atendidas⁶³.

O método foi instrumento de abordagem considerável, e junto a ele, a figura do professor, pois era este personagem que aplicaria ou não o método indicado. Ele não era apenas uma rotina; e para além de sua aplicação estavam colocados os níveis de satisfação dos resultados, como nos retrata Manrique Lima em 1853:

Quanto ao systema de ensino e methodo seguido pelos Professores posso com verdade dizer que pouco ou nada se tem adiantado, particularmente a respeito do methodo que não passa da rotina. Desviando-me um pouco da opinião geral admittida não dou ao methodo tão grande importancia (com quanto não mereça pouca) como commumente se dá, parecendo fazer-se consistir exclusivamente n'elle todo o resultado vantajoso do ensino da mocidade. O methodo vale muito, mas não é tudo: presumo que o vulgarmente seguido e que tem passado pelo crisol do tempo se não é o suprasummo da perfeição, é ao menos um bom methodo e seus rezultados nem sempre são satisfactorios, a cauza depende menos de sua imperfeição intrinseca de que da pessima applicação que d'elle fazem individuos ineptos incumbidos de ensinar o que completamente ignorão. (RELATÓRIO, 1853, p. 89).

No ano seguinte, novamente, Manrique Lima, depõe o seguinte enunciado:

(...) O Lyceo estabelecido na Capital funciona regularmente achando-se provido de habéis Professores e de soffrivel material. (...) Concluo este trabalho reflexionando que no Brazil a instrucção publica em todos os seus grãos carece d'huma vasta organização que a submetta á huma direcção commum, que estabeleça as mais intimas relações entre todas as suas partes, que as subordine e appropriate humas ás outras, que dê uniformidade aos meios e os encaminhe harmonicamente ao grande fim de instruir, moralisar e civilisar o paiz, sem o que, parece-me, teremos de testemunhar por muitos annos os graves inconvenientes que se observão presentemente: (...) D'aquí proveria hu outro beneficio, a uniformidade e melhor escolha nos compendios, sendo a variedade e imperfeição dos mesmos hum inconveniente assaz attendivel, e incontestavelmente prejudicial imbuir no espirito da mocidade noções imperfeitas das sciencias, ou pelos menos que não estejam á par dos progressos feitos nos tempos modernos, não o sendo menos a divergencia d'opiniões que se bebem em differentes autores acerca de doutrinas essenciaes (...) sobre as quaes convem que pensem da maneira mais harmoniosa e concorde os individuos d'hum mesmo paiz, principalmente a mocidade tão afferrada ás primeiras ideias recebidas e sem

⁶³ “(...) Dispendi no fornecimento de utencilios á differentes cadeiras a quantia de quarenta e quatro mil réis (...)” (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 84). O trabalho com valores monetários para a instrução pública é um caminho possível para análise dos investimentos realizados frente às demais necessidades expostas igualmente nos relatórios, falas, discursos e mensagens da Paraíba Oitocentista, tais como a administração pública, a saúde, o policiamento, a igreja, a iluminação pública, a agricultura, as obras públicas, etc.

o discernimento preciso para discriminar em muitos casos as verdadeiras das falsas. (RELATORIO, 1854, p. 103-104).

O tema da uniformidade na instrução, presente neste testemunho do diretor da Instrução Pública é constante na documentação⁶⁴, o que pode estar relacionado às querelas entre centralização e autonomia provincial. Explicamos: numa mesma escola/cadeira de primeiras letras ou de ensino secundário havia uma disparidade na seleção dos livros, como indica o trecho acima. Com uma variedade de opiniões, “o espírito da mocidade” poderia tender a aceitação de ideias falsas, por exemplo. E isso seria de grande prejuízo para a instrução, a instituição e a sociedade paraibana e brasileira.

O diretor da instrução pública Manrique Lima foi bastante ativo no debate sobre método, sempre o relacionando à figura do professor, comparando-o a um método – o método vulgar⁶⁵.

(...) me parece difficil conceber um methodo de ensino melhor de que o vulgar bem applicado. Destinguir os sons (...); conbinal-os (...); traduzir uma oração escripta em lingoagem fallada, e finalmente ensinar a formar caracteres da escripturação, tão é a funcção do mestre. É possível variar um tal ensino? Não ha pois, a meu ver, se não um bom caminho, um verdadeiro methodo vulgar, que, em definitivo, reduz-se a um bom Professor. Estas cousas podem aprender-se mais facilmente, (...) com dados, e cartas de jogar, ou alguns emblemas, que attraião a attenção dos meninos, as regras com auxilio do canto... Minha resposta, é que estes meios já tem sido tentados, e abandonados, e que um bom Professor é a unica invenção, que tem sempre provado bem. Dotada a escola de um Professor, que junte á intelligencia costumes exemplares, que possua esta prudencia que proporciona com justa medida os meios aos fins, que saiba dar a suas lições uma forma agradável, e interessante, evitando tudo o que as possa tornar fastidiosas a seus alumnos incapazes de apreciar-as por sua utilidade; fixados bons compendios, estabelecido um systema conveniente de inspecção a cargo das pessoas mais qualificadas, capazes por seu character e posição de inspirar aos Professores

⁶⁴ A preocupação com a aplicação dos métodos circulou pelos diferentes níveis de ensino e instituições na Paraíba Oitocentista. Reparemos assim, sua colocação para o Colégio de Educandos e Artífices: “(...) Aprenda o discipulo por um methodo expedito e claro a lêr, escrever e contar; saiba grammatica de sua lingua; escolhão-se para sua leitura livros simples e bem apropriados; faça o professor sentir ao alumno o valor das palavras de modo que não as repita sem saber o que significão; aproveite habilmente a occasião de lhe explicar no estylo mais singelo tudo quanto lhe possa ser util na vida; é muito provavel que por estes meios o professor consiga levar suavemente o alumno até o fim dos seus estudos com proveito deste, e com a mais nobre e legitima satisfação para si (...)” (ANNEXO G., 1869, p. 356-357).

⁶⁵ Apreendemos que o método vulgar foi comparado ao ser professor, à medida que o primeiro atrela-se a mistura de diversos métodos, como nos afirma Manrique Lima, a saber: “(...) Neste ultimos tempos tem-se renovado uma disputa, a dos methodos de ensino, a que se tem pretendido dar uma importancia que, a meu ver, está bem longe de merecer; não que o methodo não seja condição essencial em materia de ensino, mas porque penso que o methodo vulgar que é uma combinação do methodo individual simultaneo e mutuo satisfaz as necessidades do ensino cujo progresso depende do zelo, dedicação e sufficiencia do mestre.” (RELATÓRIO, 1857, p. 139-140). Sendo assim, haveria as seguintes ideias: de combinar diversos métodos; o professor que definiria melhor a sua aplicação; e que sem professor não há método, por isso a sua importância.

certo gráo de respeito, que os contenha nos limites de seus deveres, e os excite a desempenha-los com desvello; collocadas as escolas em edificios commodos, arejados, e mantidos com asseio, fornecidos de material sufficiente, e de um regimento interno, que dirija o Professor nos exercicios diarios; a fim de que mantenha a ordem, e decencia, suggerindo-lhe certas maximas, e conselhos derramados em escriptos notaveis que se occupado assumpto; dadas todas estas condições, que não são difficeis de realizar, com tanto que se preste á instrucção da mocidade a attenção, de que é digna, então, e só é que é licito esperar com inteira confiança que ella adquira um desenvolvimento satisfactorio, e proprio para produzir os beneficios que colhem nos paizes civilizados (...). (RELATORIO, 1855, p. 120)

A aplicação do método-professor segundo o trecho acima depende de outros coeficientes, tais como: o já citado fator material, as condições físicas do espaço escolar, o regimento interno institucional e a inspeção por profissional que avalie essa conjuntura, como também o professor, para este realizar seus deveres da melhor forma possível e “satisfatória”.

As afirmações trazidas na documentação indicam a reflexão que cada localidade, instituição, cadeira, professor adotava um método, sem nenhuma uniformidade:

Regimen escolar.— (...) São intuitivos os abusos, que d’ahi podem ter resultado; e, apenas conheci semelhante estado de anarchia, tratei de obvia-lo. Foi este o mais forte motivo da organização dos Estatutos, que V. Exc. servio-se há pouco de approvar. As prescripções nelles contidas sobre o regimen e disciplina das escolas me parecem sufficientes para evitar que a heterogeneidade de methodos, ou de praticas inconvenientes e absurdas possa desviar o ensino do desenvolvimento uniforme e regular, que se lhe deve imprimir. (ANNEXO G, 1862, p. 208).⁶⁶

Entretanto, essa falta de uniformidade, considerada anárquica por alguns presidentes de província, apontam também para a interpretação de que havia uma significativa circulação de ideias. E nesse sentido, as últimas pesquisas têm indicado que o Brasil Oitocentista estava em conexão com suas províncias (entre suas elites) e outros países, do continente europeu e americano (Estados Unidos, por exemplo)⁶⁷. Na citação abaixo, do presidente da Província,

⁶⁶ “(...) Livros e compendios.- Ainda neste assumpto tem predominado a vontade e criterio dos Professores. A uniformidade de compendios recommendada pelo Regulamento, que rege a Instrucção Publica, não tem podido ser attendida.” (...) O estado actual é desolador. (ANNEXO G, 1862, p. 208).

⁶⁷ Verificamos a adoção de uma obra vinda dos Estados Unidos para as escolas do Rio de Janeiro: “(...) lembro que seria conveniente a compra de quatrocentos exemplares da excellente Historia Universal mui resumida de Pedro Parley para uso das escolas dos Estados Unidos d’América do Norte, traduzida pelo Desembargador Lourenço José Ribeiro, que andaré por um conto de réis, segundo o preço por que pode dar cada volume o traductor, como me communica em officio de 8 de fevereiro do anno passado. Estes volumes destruidos pelas escolas a que ficarião pertencendo servirão pelo seu estylo simples, claro e natural, pela importancia da materia. Tão belos escriptos podessemos nós adquirir ácerca de outros assumptos proprios do ensino primario. O distincto traductor desta Historia me informa que ella foi adoptada para as escolas do Rio de Janeiro.”(RELATÓRIO, 1857, p. 145-146).

Sinval Odorico de Moura, observamos alguns apontamentos sobre a relevância do método, como também uma breve consideração sobre métodos de ensino de países europeus:

(...) O verdadeiro methodo de ensino, aquelle que se propõe á preparar a intelligencia e o espirito dos cidadãos para a jornada da civilisação e do futuro, é thema para as mais serias e mais demoradas cogitações dos que governão. Para ter bons discipulos é preciso ter bons mestres, e estes não se podem improvisar de um para outro momento, (...). Da mesma fôrma, para regularisar-se o ensino das escolas, não se póde, a *prima facie*, determinar qual o methodo mais salutar, se o allemão, se o seguido e tão preconisado na França. (...) Defeituosa e cheia de lacunas, a actual lei organica da instrucção publica urge instantemente por uma reforma profunda e radical. Sem isso o Governo Provincial não poderá fazer um bom regulamento para o Lycêo da Capital, (...). A não existencia de um bom regulamento fiscal e auxiliar da lei organica é a causa do dismantelo, em que se acha o ensino da Provincia, sem nexo e nem methodo algum, desde a escolha dos livros para as classes, até a maneira pouco satisfactoria por que é exercida a inspecção do ensino, pelo interior da Provincia. (RELATÓRIO, 1864⁶⁸, p. 223-224).

Os aspectos legislativos e a sua fiscalização são levantados mais uma vez, como causas do desmoronamento da instrução; e a irregularidade dos métodos participaria desse “dismantelo”. Por consequência, constatamos diversas alegações, entre elas:

(...) Entendo, Senhores, que o ensino tanto primario como secundario deve ser uniformisado nos principios e doutrinas com que se tem de instruir a mocidade, escolhendo-se os autores mais adoptados, pelos quaes todos aprendão as materias da instrucção, e adquirão a educação commum, polida e religiosa, e regularisando-se os methodos, que na verdade tem sido, e continuão a ser entre nós os mais defeituosos. (RELATÓRIO, 1867, p. 304).

Dessa forma, como afirmamos anteriormente, até o momento, não encontramos documentos que indiquem qual era o método utilizado para a cadeira de História, no Liceu. Acompanhamos esse debate na documentação e inferimos que a escolha e aplicação do método variavam de acordo com o professor, apesar das recomendações impostas no aparato legislativo.

Podemos afirmar que para a aplicação do método voltado para o ensino primário, uma das ideias fixadas voltava-se ao ato de decorar. E que esta aplicação também estava sendo criticada, pois não havia uma assimilação da criança pelo saber explicitado, a saber:

“(...) Deveria existir uma lei geral, que uniformisasse a instrucção em todo o Brasil, e á cujas regras deprendessem o systema e methodo do ensino

⁶⁸ Neste ano de 1864, a instrução pública passou por uma grande reforma, por meio da seguinte legislação de nº 178, de 30 de novembro.

provincial. Não sou apologista, e pelo contrario repugno com o systema da centralisação, (...) Ardentemente desejo que cesse e desapareça logo esse divorcio prejudicial entre os altos Poderes do Estado, e o ensino e educação da mocidade brasileira. (...) Ensino primario. A educação religiosa vive em completo atrazo, (...). Apenas ensina-se a doutrina christã; e em geral, á excepção de algumas aulas providas de professores mais intelligentes e zelosos, reduz-se esse ensino á decorar a doutrina, sem que preceda a menor explicação. A creança decora materialmente a doutrina; porém ignora esses conhecimentos rudimentaes, adquiridos por simples e claras explicações, e que deverão inicia-lo nos dogmas e preceitos de nossa Religião: quasi sempre até ignorão a religião que professão!!! Para isso concorre, a par da escassez da Lei, a falta de inspecção local regular, e proficua; e não menos e pouco zelo, e ás vezes a negligencia de muitos Professores (...).” (DIRECTORIA DA I.P. DA PARAÍBA, 1864, p. 226-228).

Apesar da crítica realizada, desde o “Regulamento – de 20 de Janeiro de 1849. Para as escolas de Instrução Primária da Província da Paraíba do Norte” é possível observar uma preocupação voltada para isso. Em seu Art. 58, para o ensino do catecismo, por exemplo, é possível visualizar a seguinte ideia que o professor “não se contentará com explicar-lhes o texto, mas procurará faze-lo entender”. No primeiro trecho documental é possível observar, a polêmica da junção do caráter educacional ao político, como também o exemplo da história sagrada.

Conjecturamos que, ao lado da aplicação dos métodos estava também o aspecto disciplinar, no sentido do caráter de formação dos corpos e mentes. E a respeito dessa disciplina, encontramos a seguinte observação legislativa:

Art. 56 – O professor da primeira cadeira poderá castigar os seus discípulos com palmatória.

Art. 57 – As faltas cometidas pelo estudante no recinto do Liceu, ou nas proximidades onde eles se costumam reunir, devem ser punidos condicionalmente pelo Diretor, que por meio de repreensão na aula, ou particular, quer infligindo outras punições corporais, como estar de pé durante todo, ou parte do tempo da aula, ou quaisquer outros que sua decisão julgar apropriadas, tendo atenção a idade, comportamento anterior dos alunos, e a gravidade da falta. Nos casos mais extraordinários o Diretor se dirigirá ao Presidente da Província, a cujo conhecimento levará uma exposição do fato, e de suas circunstâncias, a fim dele providenciar como entender conveniente. CAPÍTULO 6º. Da Economia e Política das Aulas. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103).

Ainda não apreendemos maiores indicações a respeito desta especificação para a cadeira de Latim (1ª), ou seja, os alunos matriculados nas demais cadeiras (inclusive a de História) não poderiam ser castigados com palmatória. Cabia a eles, o exposto no artigo 57. Contudo, pensamos no sentido que, a maioria do total de matriculados estava na cadeira de

Latim. Dessa forma, tendo em mente que as matrículas para a cadeira de História só se davam a partir dos conhecimentos de Latim e Francês, pensamos que alguns alunos (indisciplinados) provavelmente estiveram submetidos aos diferentes tipos de punição⁶⁹.

(...) os espaços (lugares) do Lyceu Provincial eram educativos e disciplinadores, voltados para a formação e para a transformação dos sujeitos aprendizes. Nesse lugar, eram aplicadas estratégias disciplinares, a partir da simples punição, passando pela recompensa e pela oferta da possibilidade de ascensão social. (...) a questão disciplinar se desdobrava em outros aspectos, tais como os relacionados à frequência dos alunos e dos professores, colocando em evidência outro agente importante neste processo, o bedel, responsável pela ordem na Instituição, para quem os professores deveriam remeter o mapa com o número de faltas de cada aluno. (FERRONATO, 2012, p. 176-177).

Partimos agora para a compreensão da cultura material escolar alicerçada nas obras históricas que circularam na Paraíba, os espaços nos quais elas alcançaram brio e as que destinadas ao ensino secundário de História no Liceu Paraibano.

3.2 A CIRCULAÇÃO DAS OBRAS DE HISTÓRIA NA PARAÍBA OITOCENTISTA

(...) Aqui parece lugar próprio de lembrar-vos, que nenhum effeito tem produsido a vossa Lei que mandou criar h~ua Biblioteca Pública, por que estabelecendo os princípios, não proporcionastes os meios para obter o fim. He preciso que ocorraes com alguma providencia para esta obra útil, e athe necessária, attenta a falta de Livros que há n'esta Cidade, e para ajuda d'esta despesa não me parece muito fora de propósito, que os Estudantes paguem h~ua taxa, ainda que módica, no principio de cada anno á titulo de matricula. O Director do Lycêo representou-me a falta de Livros, e mandou-me a relação dos que precisava para o dos Alumnos, cuja relação vos será apresentada; para providenciardes a respeito. (FALLA, 1838, p. 27).

O trecho da Fala do Presidente de Província, Dr. Joaquim T. P. d' Albuquerque, acima referido remete aos problemas dos anos iniciais da instituição já que sua citação data do ano de 1836. Entretanto, antes de tratarmos dos discursos institucionais sobre a falta, ou péssima qualidade dos livros, como também das propostas apresentadas para solucionar ou diminuir esses problemas, dialogamos com Verri (2014, p. 70) que nos apresenta um quadro⁷⁰ com dados de livros enviados para a Paraíba – por volta de 1795, 1796, 1802 e 1808. No conjunto de obras identificamos que a província teria recebido 11 obras, com títulos e exemplares

⁶⁹ Ver anexo nº 5.

⁷⁰ Quadro elaborado por Verri, baseado nas fontes do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa. Real Mesa Censória - IANTT (Lisboa). RMC, Caixas 161, 163.

diversificados. Os assuntos que receberam mais exemplares foram os de Religião/Teologia⁷¹, Belas-Letras, Biografia e História, respectivamente⁷². Essas obras tinham alguns objetivos, um deles era a instrução do “povo”, e por isso mesmo estavam sujeitas à fiscalização. “(...) autores, títulos e quantidades autorizadas pelo corpo de censores encarregados de vigiar as leituras, particularmente as que viriam de França, trazendo questões políticas ou filosóficas.” (VERRI, 2014, p. 88).

Ainda de acordo com Verri (2014), em outro quadro apresentado (especificamente do ano de 1795)⁷³, são destrinchados alguns títulos dos livros entre eles: *Discurso sobre a história universal* de Jacques Benigne Bossuet (Lisboa, 1772. 2 v.)⁷⁴; *Compendio das épocas e sucessos mais ilustres da história geral* de António Pereira de Figueiredo (Lisboa, 1786) - estando também presente nos anos de 1802 e 1808. Em 1808, a província paraibana recebe novamente a obra de Bossuet. Uma novidade foi o *Manual Cronológico que contem as principais épocas da História de cada hum dos povos...* (ordenada por Lucas Moniz Cerafino – Lisboa, de 1788). Obras voltadas para a área da Retórica (de Jean Baptiste Crevier) e de Filosofia também participaram dessa lista. Um fator interessante destes quadros é a indicação de algumas obras para a província de Pernambuco⁷⁵.

É presumível que um único exemplar corresse entre diferentes leitores, fosse pelo conteúdo propriamente dito, fosses pelas informações que poderiam ser repassadas por aqueles que detivessem a posse do exemplar, alcançando pessoas, mesmo analfabetas, pela audição da leitura ou por conversação. (...) A troca de informações e de ideias encontradas nas relações entre leitores corria as capitâneas. Um pequeno espaço intelectual, marcado por alguns autores e leitores, se fez, percorrendo as trilhas da cultura daquele momento. (VERRI, 2014, p. 72, 87-88).

O trabalho de Verri (2014) é bastante significativo, pois caminha na direção de compreender o processo de circulação de obras, e consequentemente de ideias; questões semelhantes vem sendo tratadas pela por estudos e pesquisas sobre o Brasil Oitocentista, e

⁷¹ “(...) livros religiosos representavam o papel histórico da Igreja Católica na vida cotidiana, social, política e letrada, tanto em Pernambuco, na Paraíba, como no Reino.” (VERRI, 2014, p. 71).

⁷² Para uma ideia mais geral dos assuntos tratados nas obras destacamos: Arquitetura, Biografia, Direito, Educação, Filosofia/Moral, Gramática, Matemática, Medicina, Música/Dança, Segurança/Guerra.

⁷³ “Livros enviados para a Província da Paraíba em 19.09.1795 – Por Antonio Moreira Lima.” (VERRI, 2014, p. 73).

⁷⁴ Esta obra estava presente na composição dos livros da Biblioteca do Liceu Provincial. Ver anexo 2.

⁷⁵ “Outra solicitação de remessa, feita no dia primeiro de junho de 1802, por Francisco Jozé Alves, incluiu os mesmos 21 títulos para Pernambuco, Paraíba, Pará e Maranhão (...)” (VERRI, 2014, p. 79).

como reiteramos nesse trabalho, é uma área que só tende a crescer⁷⁶. Nessa direção, autores como Cury e Ferronato (2012) ao tratar dos espaços de leitura, locais de venda e constituição de acervos, baseiam seu estudo a partir de duas possibilidades de discussão ou abordagens: a cultura material escolar e a história da circulação dos livros escolares. Eles nos afirmam que: “No Brasil, somente após a criação dos liceus provinciais, ou seja, a partir de 1825, é que começou a ocorrer uma maior disseminação e instalação de bibliotecas, ou seja, bibliotecas vinculadas a uma instituição escolar, compreendidas como auxiliares do ensino”. (CURY & FERRONATO, 2012, p. 76). Os autores também comparam a lista de obras indicadas no Regulamento nº 36, do ano de 1846 para o Liceu Provincial, e as que estavam presentes na lista das obras da Biblioteca (Pública) anexada a esta instituição⁷⁷.

(...) selecionamos o Ensino de História cujos estudos os alunos do Colégio Pedro II iniciavam em compêndios escritos na língua francesa, tais como: os de *História Antiga*, de Derozoir, e *História de Roma*, de Dumont, que era caracterizado como História Universal, aos moldes das práticas europeias. E, no caso, do Lyceu Provincial paraibano, esse estudo se dava a partir do compêndio de História do Brasil, de Bellegarde. Esse compêndio é resultado de uma tradução do *Resumé de l’histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis feita pelo português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde e publicado no Rio de Janeiro, em 1831. (CURY & FERRONATO, 2012, p.85)⁷⁸

Ferronato (2012, p. 157), indica que a partir de 1849 começa a se formar a biblioteca do Liceu Provincial⁷⁹, com acervo próprio. E sobre as obras dessa biblioteca⁸⁰, em vários

⁷⁶ Peixoto (2013), integrante do GHENO, encerrou um trabalho voltado para a circulação de livros e compêndios escolares pelos espaços de venda e leitura na capital da Paraíba Oitocentista.

⁷⁷ De acordo com Ferronato (2012, p. 142), a Biblioteca foi criada junto com o Liceu através da Lei nº 11, de 24 de março de 1836, e o mesmo assegura “que não pode ser considerada pública, uma vez que a mesma foi montada para cobrir as necessidades de um grupo específico, ou seja, destinada, exclusivamente, aos seus professores e alunos. Nesse sentido, apesar de ter sido nomeada de Biblioteca Pública a mesma não teve esse caráter, já que não era aberta para todos. Na verdade, ela se constituiu apenas como uma biblioteca do Lyceu para o Lyceu. Criar uma biblioteca demandava altos recursos financeiros, e a maioria das províncias brasileiras não se dispuseram a fazê-lo. Na Província da Parahyba do Norte, a criação de uma biblioteca para o Lyceu Provincial se tornou uma verdadeira epopéia.” (FERRONATO, 2012, p. 141).

⁷⁸ “Art. 89 – Os compêndios porque se devem dirigir os professores na explicação das matérias, cujo ensino está a cargo de cada um, são os seguintes: (...) 3ª Cadeira – Retórica do Pe. Marinho, Poética de Pedro José da Fonseca, Geografia por Úrculo, Cronologia pelo Pe. Miguel e História, principalmente a do Brasil, por Belegarde. (...) Art. 90 – Aqueles dos compêndios fixados no artigo precedente, que se não poderem já adquirir, podem ser substituídos por outros designados pela Congregação com aprovação do Presidente da Província.”CAPÍTULO 14. Disposições Gerais. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846 (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 107).

⁷⁹ Regulamentada juntamente com o Liceu, pela Lei Provincial nº 13, de 19 de Abril de 1837.

⁸⁰ “bibliotheca do Lyceo(...), digna de uma atenção particular” organizada para o “progresso das luzes e da civilização.”(EXPOSIÇÃO, 1857, p. 148).

momentos da documentação é indicada a quantidade, porém na maioria das vezes não temos acesso à relação nominal das mesmas⁸¹.

É necessário que habiliteis o Governo com meios indispensáveis para a compra dos primeiros livros, que sirvão de começo à esse estabelecimento: entre tanto não está fora de propósito lembrar, que as Câmaras Municipaes da Província devem ser authorizadas a receber donativos para tão útil Instituição, á exemplo dos que por Lei se acha determinado para a Província do Maranhão. (FALLA, 1839, p. 29).

A questão dos donativos para a compra dos livros da biblioteca tem voz incessante na documentação. O subsídio literário⁸², parte das matrículas do Liceu⁸³ e recursos diretos do orçamento provincial tiveram destino para aquisição de obras⁸⁴. Todavia, a falta destas e as péssimas condições das existentes fizeram parte dos discursos durante todo o século XIX.

(...) Uma grande contrariedade, com que luta a intelligencia nesta Provincia, é a falta absoluta de livros, aonde possa encontrar idéas novas e uteis. Uma biblioteca publica moveria em grande parte esse embraço. Sei perfeitamente que não está nas forças da Provincia uma grande bibliotheca; mas accomodemos os nossos desejos ás nossas faculdades, e procuremos ter no fim de alguns annos uma pequena, mas bem escolhida bibliotheca. Pelo novo Regulamento de 11 de Março a matricula dos alumnos do Lyceo foi elevada á 5\$rs. Podereis decretar, senão toda, ao menos a maior parte dessa renda para a compra de livros. A bibliotheca pode ser confiada ao cuidado do Director e mais empregados do Lyceo. (RELATÓRIO, 1852, p. 82).

⁸¹ “(...) Formulei um *Catalogo de livros*, que devem servir para Biblioteca: alguns deles forão comprados no Recife, e já se achão collocados em seu lugar em numero de 37, os outros só no Rio, ou Bahia se poderá encontrar: e quando não mandarei vir da Europa.” (RELATÓRIO, 1849, p. 63). “Fiz hum novo fornecimento de livros escolhidos para a Bibliotheca do Lycêo, que já mandei collocar há poucos dias (...)” (EXPOSIÇÃO, 1850, p. 66). “(...) A sua livraria ainda é parca, e por isso julgo de summa necessidade que voteis uma quota para compra de livros. Fiz encomenda de alguns, que me forão pedidos pelo Director, e julgo muito breve chegarão (...)” (RELATÓRIO, 1850, p. 69).

⁸² Imposto cobrado desde os tempos coloniais sobre produtos nativos, como a cachaça, para auxílio da instrução pública.

⁸³ “(...) É conveniente que consignes na lei do orçamento quota sufficiente para a aquisição dos livros que devem ir compondo a bibliotheca do Lycêo, a qual certamente está muito reduzida e muito aquém das circumstancias e necessidades da Provincia. O exiguo producto das matriculas das aulas do Lycêo não é bastante para isto; a quantia de 400,00 á 600,00 reis pode ser annualmente applicada para este fim, pois é esta uma instituição de incontestavel utilidade, e digna de vossa esclarecida protecção.” (FALLA, 1856, p. 126). “(...) a contribuição, que pagam os estudantes quando se matriculão em qualquer das aulas do Lyceo. Ella nasceu com esse estabelecimento, e o seu producto foi destinado a compra de livros para a bibliotheca do mesmo. Lei n. 30 de 1855 art. 6.º. O Regulamento de 11 de março de 1852 elevou a 5\$000reis a taxa, que era de 3\$200, mas a lei n. 12 de 8 de julho desse mesmo anno a reduzio a 3\$000.” (RELATORIO, 1857, p. 146). Até o momento não temos informações do porquê da baixa nos valores destinados a compra de livros.

⁸⁴ “(...) eu vos encareço, a necessidade de votardes um credito qualquer par a creação de uma pequena bibliotheca nacional, em que se achem os livros e modelos do ensino primario e secundario, e que sirvão para os exames, e trabalhos do Lyceo e da Secretaria.” (RELATÓRIO, 1863, p. 221).

Observamos que, os discursos dos presidentes de província a respeito do que seus antecessores fizeram ou indicaram como plano para realização das compras e suprimentos dos livros propostos para as bibliotecas aparecem repetidamente, o que nos faz pensar que a efetivação das demandas não se resolvia. Interessante também são as justificativas de não cumprimento de prazos, leis ou recomendações dos legisladores provinciais⁸⁵.

(...) já que o anno passado a Assembléa Provincial não designou uma quota, por pequena que fosse, para enriquecer a bibliotheca do Lyceo, vou recommendar a V.Exc., aquelle importante estabelecimento, indispensável para derramar, como convem, a instrucção entre a esperançosa mocidade Parahybana, afim de que V.Exc., reitere o meu pedido aos Legisladores Provinciaes. O Lyceo possui apenas 93 volumes de differentes obras. (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 84).

Para além de uma biblioteca bem equipada para a província, no geral estava a necessidade específica dos professores e alunos na questão do acesso a essas obras. Tendo em vista os problemas já enunciados, como a falta dos compêndios, a falta de uniformidade da escolha destes, a má qualidade física e de conteúdo dos mesmos, entre outros, elencam o sensível estado que andava o Liceu nos meados do século XIX. Outra questão voltava-se para a possibilidade de não cumprimento da aplicação de parte dos valores das matrículas liceais para a compra de livros:

(...) A bibliotheca d'esse estabelecimento reclama d'esta illustrada Assembléa socorro e protecção. O pequeno numero de volumes que ella encerra; a necessidade que teem os Professores de acompanharem e poremse em dia com o progresso das sciencias que leccionão, unida á falta que ha de livrarias n'esta Capital, vos recommendão a adopção de qualquer alvitre a fim de ser pouco a pouco e insensivelmente para o cofre provincial provida, como convém, essa necessidade em um estabelecimento desta ordem. Lembro-vos de mandar applicar o producto das matriculas dos estudantes á acquisição dos livros mais necessarios para a bibliotheca. (RELATÓRIO, 1855, p. 109).

Em 1888, ainda há denúncias dessa necessidade não atendida:

⁸⁵ “A bibliotheca do Lyceo é um objecto digno da attenção de V.Exc., nada se pôde fazer no decurso do anno findo a favor de uma instituição tão util quanto tem sido abandonada. (...) Os Legisladores Provinciaes, apesar da especial recommendação de V.Exc., nenhuma providencia adoptarão a respeito, talvez porque negocios mais importantes lhes houvessem absorvido a attenção, ou porque entendessem que as rendas da Provincia não supportavão a menor despeza fóra daquellas feitas com o serviço ordinário. Entretanto é dever meu renovar aqui as instancias já feitas, porque em fim, á força de serem repetidas, occasião virá em que sejam attendidas.” (RELATÓRIO, 1853, p. 86).

A Bibliotheca do Estabelecimento é sobremodo reduzida, faltando-lhe obras didaticas e de Expositores das Sciencias que alli são leccionadas, para consultas dos Professores, compendios e dictionarios, assim como mappas e globos de Geographia. Considero de imprescindivel necessidade o fornecimento das alludidas obras, o que já não foi por mim determinado, por ausencia de credito no orçamento vigente. (RELATÓRIO, 1888, p. 523).

Observamos na citação abaixo que o crescimento da Biblioteca liceal contava com certa concorrência de recursos particulares, o que compreendemos como as obras de acervos privados das famílias mais abastadas, como também a maior e mais abrangente oferta de livros oferecida nas províncias vizinhas, como a de Pernambuco:

Resente-se este Estabelecimento da falta de uma Biblioteca, que offereça meios de instrução mais extensos do que os que podem procurar os recursos dos particulares, e tanto mais sensível, quanto é extrema a penuria de livros n'esta Capital, onde se não acha uma casa de negocio, que os forneça, sendo preciso para este fim recorrer a Pernambuco,⁸⁶ o que nem sempre pode fazer-se com commodidade. Existe um começo de livreria, que conta apenas 93 volumes em compendios das differentes aulas, Dictionarios, algumas obras philosophicas, e nada mais. Em alguns relatorios passados tenho feito sentir a conveniencia de augmentar progressivamente esta livreria com o auxilio de uma consignação annual, que ainda, modica, produziria no fim de algum tempo um bom resultado; (...) Quanto ao material acha-se o Lyceo soffrivelmente provido; (...). (RELATÓRIO, 1855, p. 121).

A respeito da quantidade de obras da Biblioteca do Liceu, em 1855 encontramos a indicação de 100 volumes⁸⁷; em 1857 se mantém a quantidade de 100 volumes, o que é considerado por Manrique Lima, um absurdo⁸⁸; em 1859 – 1.010 volumes⁸⁹, em 1867 – 1000 volumes:

⁸⁶ “(...) Convem que a nossa Provincia acompanhe suas irmãs e os progressos moraes e intellectuaes a que neste momento se salve da vergonha de _____ na retaguarda de todas.” (RELATORIO, 1856, p.132).

⁸⁷ “(...) e nisto ficou de sorte que, ha mais de quatro annos, desde então até hoje que não tem feito aquisição d’hum só volume. He superfluo adduzir as considerações obvias que militão a favor desta instituição que em outras Provincias tem merecido particular attenção d’Administração publica.” (RELATORIO, 1855, p. 112).

⁸⁸ “(...) Seria indesculpavel negligencia se não despertasse a attenção dos poderes publicos provinciaes em favor da bibliotheca do Lyceo, que, possuindo apenas cousa de cem volumes comprados em 1849, não fez de então para cá a menor aquisição. Em vão a Lei n. 7 de 23 de março 1850 consignou a quantia de 400\$ rs para a compra de livros: e a Lei de 4 de dezembro de 1855 art. 6º destinou o producto das matriculas ao mesmo fim, estas quotas não tiveram o destino que lhes deu a Lei. A utilidade de uma bibliotheca publica e incontestavel, e, n’uma capital como a nossa de necessidade urgente.” (RELATÓRIO, 1857, p. 145).

⁸⁹ “(...) Existem em uma sala do Lyceo 1:010 volumes: 680 doados por diversas pessoas, e 324 mandados comprar por meu antecessor (...), cuja utilidade que é sempre patente o é ainda mais nesta cidade onde não existem nem livrarias nem gabinetes de leitura á disposição das pessoas que desejam instruir-se. Meu antecessor organisou um regulamento provisorio para o estabelecimento, e encarregou da sua inspecção ao major Manoel Caetano Vellozo, que o auxiliou efficaçmente na aquisição dos mesmos livros. Como vedes, é muito diminuto o numero dos livros, e se entenderdes, como creio, que se deve estabelecer definitivamente a bibliotheca, me autorisareis a comprar novas obras que a enriqueção.” (RELATÓRIO, 1859, p. 160-161). “Com o nome de bibliotheca existe uma estante de livros arruinados da traça na Secretaria do Lyceo.” (DIRECTORIA DA I.P.,

Na livraria do Lyceu⁹⁰ achão-se cousa de 1000 volumes doados pelos particulares, em grande parte deteriorados da traça; converia destes isolar os que se achão em perfeito estado de conservação, á fim de que não venhão os bons a ficar inutilizados, como de facto ficarão, a não serem em breve separados do contacto dos outros (...). (ANNEXO N.2, 1867, p. 312).

A inconstância acerca dos dados relativos à quantidade de volumes de livros do Liceu nos leva a pensar sobre as possibilidades do que proporcionaria tal diferenciação, como por exemplo, acerca do controle de entrada e saída dos livros; de sua quantificação, e da responsabilidade dos pedidos de compra, assim como a cobrança destes pedidos para além dos relatórios presidenciais. Em 1857, é possível contemplar “outra” ideia de biblioteca pública, ou melhor, em um sentido mais abrangente:

(...) Seria conveniente que consignasseis alguns fundos para compra de livros, que servissem para seu uso. Continuando-se neste proposito em breve tempo se conseguiria augmenta-la ao ponto de poder ser convertida em Bibliotheca publica, onde se encontrassem fontes preciosas para beber larga instrucção. Este futuro não estará muito longe, se tiverdes constantemente sob vossa protecção a Bibliotheca do Lyceo. (RELATÓRIO, 1857, p. 135).

Para além do que estava expresso na documentação da Resolução de 26 de fevereiro de 1846, para as aulas de História, encontramos apenas em 1865 a encomenda de outros compêndios:

(...) Á requisição da Directoria da Instrucção Publica, autorizei-a a fazer encomenda para o Lyceu de um Atlas, Cartas corographicas e topographicas do Imperio, e dous compendios, um de historia universal, e outro de historia do Brasil por alguns dos autores mais seguidos. (EXPOSIÇÃO, 1865, p. 243).

E acerca desse processo de escolha dos compêndios, Bandeira (2014, p. 3) nos coloca: “Como visto, o nome do compêndio não é citado, nem o seu autor, fato não raro nos relatórios dos presidentes da província da Paraíba, que sempre que possível, abriam mão da escolha pessoal do compêndio a ser adotado nas escolas públicas da Província”. A autora não insere

1864, p. 236). Acerca desses trechos de relatórios, ficam-nos as seguintes indagações: O termo “sala do Lyceu” seria assim uma crítica? Para a complementação do documento de 1864 denominando a biblioteca de estante de livros corresponde-nos como uma condenação do espaço que estava em péssimas condições. As colocações nos sugerem igualmente uma compreensão renovada da ideia de Biblioteca Pública (ideia que exploraremos mais tarde). Nos chama a atenção também a criação de “Regulamento provisório” e de indicação de novas compras para o *estabelecimento definitivo* de uma biblioteca, já que nessa localidade não contava com estabelecimentos comerciais ou outros espaços de leitura e instrução com estes fins.

⁹⁰ Segundo Ferronato (p. 145, 2012): “O termo livraria, nesse contexto, refere-se ao conjunto de livros que formavam a Biblioteca”.

maiores explicações sobre a ideia do “abrir mão” da escolha dos livros. Pensamos que “este abrir mão” poderia estar associado a alguns fatores apresentados igualmente na documentação, entre eles, a busca pela uniformidade do ensino, os poucos recursos provinciais, o não atendimento das expectativas de acordo com a linguagem e os elementos que faziam parte da inspeção nos livros, entre outros. Essa ideia de se adotar os “autores mais seguidos” volta-se para uma preocupação constante presente na documentação, que é a uniformidade do ensino.

Algumas pesquisas iniciais têm demonstrado que, para o ensino secundário havia algumas diferenças na escolha das obras adotadas para o ensino de História - em relação ao ensino na Corte e na Paraíba - como também as tentativas de aproximação⁹¹, tendo em vista um fator - referido de forma ampla pelos estudos que vem sendo realizados sobre a temática da instrução secundária no Brasil do Oitocentos, qual seja, a da equiparação de liceus e ateneus ao Colégio de Pedro II⁹². Esse último, indicado como modelo para as demais instituições escolares.

Conjecturamos que este processo pode ter mantido algumas discrepâncias, tendo em vista a criação do Liceu Paraibano em 1836, ou seja, anterior ao do Rio de Janeiro (1837) e até mesmo as diferenças de pensamento entre os ideais das elites provinciais. Ponderamos inicialmente acerca das dificuldades de comunicação entre as províncias, contudo sabemos por meio das pesquisas já realizadas por pesquisadores paraibanos e de estudos sobre outras províncias que havia circulação e adoção de livros similares tanto para a instrução de primeiras letras em diferentes províncias, como por exemplo, *O Livro do Povo*, para as províncias do Maranhão e Paraíba. Outra questão que pode ser levantada está vinculada aos poucos recursos dos cofres públicos para a compra de livros, materiais e compêndios escolares⁹³. É possível encontrar pedidos de substituição de obras, por seu caráter dispendioso

⁹¹ Alguns compêndios adotados pelo Colégio de Pedro II também circularam nas escolas paraibanas. Dentre eles podemos citar as *Cartas Seletas*, e o *Novo Método da Gramática Latina*, ambos do Padre Antonio Vieira; *Lições Elementares de Poética*, por F. Freire de Carvalho; obras de *Emilio Sevenne*; *Compêndio da Historia da Idade Media*, por João Baptista Calogeras; e as obras clássicas, *Ilíada*, de Homero, as *Fábulas de Fedro*, e a *Eneida*, de Virgílio. (BANDEIRA, 2014, p. 4).

⁹² “Quanto ao Ensino de História, no Colégio Pedro II, os alunos iniciavam os seus estudos em compêndios escritos na língua francesa, tais como: os de História Antiga, de Bezout, e História de Roma, de Dumont, que era caracterizado como História Universal, aos moldes das práticas europeias. No Lyceu Provincial paraibano, esse estudo se dava a partir do compêndio de História do Brasil, de Bellegarde. Esse compêndio é resultado de uma tradução do *Resumé de l'histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis, feita pelo português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, e foi publicado no Rio de Janeiro, em 1831.” (FERRONATO, 2012, p. 155).

⁹³ “É sobremodo injustificável não possuímos ainda nesta capital uma modesta bibliotheca, onde a população encontre meios fáceis de adquirir conhecimentos, de que vê-se privada em grande parte pela falta de livros, nos quaes os consiga. Entretanto qualquer pequena consignaçon annual na lei do orçamento provincial bastaria para

ou mesmo justificativas relativas ao fato das obras precisarem ser revistas porque não atendiam as necessidades da mocidade paraibana. Passamos agora para o diálogo com a cultura escolar a partir dos sujeitos educacionais, mais precisamente os professores e alunos relacionados ao Ensino de História.

facultar-nos tão útil melhoramento, por que insto e a há muito se reclama. Convem fazer alguma cousa neste sentido.” (ANNEXO. N. IV, 1871, p. 379)

4 - OS ALUNOS, AS MATRÍCULAS E OS EXAMES DO LICEU OITOCENTISTA

Apezar da reconhecida sufficiencia dos Professores do Lyceo, do seu zelo e assiduidade, este Estabelecimento não é tão frequentado como poderia sel-o. Algumas causas bem conhecidas explicão a pouca concorrência dos Estudantes: a mais geral é falta de gosto pelas letras, que se observa em toda a sociedade pouca adiantada nas vias da civilização. Como apreciar o encanto, e as vantagens da cultura das sciencias e das artes quem ou bem as não conhece, ou as ignora absolutamente? Podemos fazer esforços por um bem que não conhecemos? (...) Alguns homens abastados, mesmos ricos, deixão de educar convenientemente seus filhos sob o pretexto de que para fazer fortuna o saber é inutil, (...). Esta maneira de pensar afasta do unico Estabelecimento de ensino secundário da Provincia a muitos individuos, que n'elle virião cultivar seu espirito, e formar seu coração. Para o mesmo effeito não deixa de contribuir tambem a circunstancia de não serem válidos (...) os exames feitos no Lyceo. Muitos Estudantes, os do interior da Provincia principalmente, em vez de frequentarem aqui as aulas preparatorias, vão fazel-o em Pernambuco, onde tem a vantagem de se tornarem conhecidos dos Professores, que os leccionão, que os olhão com benevolencia, e que na occasião dos exames, como examinadores, devem ser-lhes menos rigorosos. Quanto aos que pretendem seguir os estudos superiores, exceptuando os que se votão ao Sacerdocio, (...) limitão-se conforme seu gosto ou conveniencia, ao estudo d'uma lingua, d'uma sciencia, que aprendem ligeiramente, e em dous ou trez annos despedem-se das aulas para estabelecerem-se em alguma profissão, commumente e de empregado publico, e as vezes de commerciante etc. (RELATORIO, 1855, p. 120-121).

A citação acima expressa um pouco do cenário no qual o Liceu e a disciplina de História estavam associados, entre eles: o quadro de matrículas e a frequência dos alunos; a relação com a província pernambucana; as tensões com relação ao ensino das letras da formação clássica, a utilidade da instrução e os exames preparatórios; e o diálogo que envolve os diferentes sujeitos educacionais, que neste caso, destacaremos os estudantes liceais. Esta seção tem a intenção de dialogar acerca desses fatores, associados entre si, que configuraram o ensino secundário na Paraíba Oitocentista. E acerca da importância do ensino de História, Toledo (2005, p.19) nos coloca a seguinte afirmação:

(...) determinações a que as províncias estavam submetidas, bem como a forma como o ingresso nas faculdades do Império se davam, foram decisivas para a consolidação das cadeiras de História nessas instituições. (...) a existência do curso secundário através das aulas avulsas determinava que o interesse de alunos e a existência de professores, para concretizar as aulas da cadeira de História naquelas instituições de ensino, fossem marcantes em sua constituição e manutenção. (...) a presença dessa matéria escolar nos exames marcava, da mesma forma, sua procura. Ou seja, os estudantes só se interessavam pela cadeira de História caso ela estivesse sendo exigida entre as matérias que precisavam ser aprovados para ingressar no curso cuja vaga estavam disputando.

Segundo Haidar (p. 22, 1972), sabemos que a disciplina de História estava indicada no curso regular do Colégio de Pedro II e, conseqüentemente classificada para os exames preparatórios desde 1838. Conjecturamos que a existência de uma instituição como o IHGB influenciou a composição de instituições e sujeitos, tendo em vista a elaboração de conhecimentos históricos e geográficos com fins sociais e visando a constituição de uma determinada identidade nacional. Procuramos assim, compreender o contexto do ensino de História no Liceu da Paraíba Oitocentista, diante dos dilemas das matrículas, exames e sujeitos relacionados ao saber histórico.

4.1 AS MATRÍCULAS NA CADEIRA DE HISTÓRIA E OS SEUS ALUNOS

(...) O Lyceo é frequentado no corrente anno por noventa alumnos, (...). Este numero de alumnos, apenas excedeo no anno de 1850, e nunca igualado em nenhum dos outros dez últimos annos, mostra que o estabelecimento vai em prosperidade. (...) Assim a Provincia dá presentemente instrucção a 1:353 jovens, recebendo instrucção secundária 114, e primaria 1:239. (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 83).

Os dados de matrícula e frequência no Liceu da Paraíba do século XIX são uma constante na documentação, informando geralmente algumas situações da instituição em relação ao quadro local e nacional, ou seja, comparação com outras províncias. O não reconhecimento dos exames, que feria a elite provincial e seus anseios educacionais, frente à inserção nas escolas de Direito e Medicina, é um dos pontos cruciais que circundou toda a documentação referente ao ensino secundário. A descrição da conjuntura da instituição liceal também era mencionada com regularidade com tais sentenças – *vai em prosperidade; prossegue com a necessária regularidade; continua em boa ordem; este estabelecimento de tanta esperança, não satisfaz completamente o fim de sua instituição; marcha de uma maneira regular; é o unico estabelecimento publico de instrucção secundária que convem manter; está decadente*; entre outras. O que, como vimos, nem sempre eram boas notícias.

O curso regular dos estudos estabelecidos pelos estatutos para que se possa obter diploma conferido pelo Lyceo não tem atrahido pretendentes. Os estudantes seguem nas matriculas a ordem que cada julga mais conveniente ao fim a que se propõe. Em verdade a submissão por seis annos a uma regularidade que pode contrariar ás conveniências individuaes, não pode ser acceita se não em vistas de uma compensação que o título conferido pelo Lyceo não offerece. Esta compensação poderia ser a admissão em nossas academias dos alumnos que o tivessem, assim como é permittido aos

Baxareis do Collegio Pedro Segundo. Este favor porem depende da Assembléa Geral, (...) Os Lyceos Provinciaes porem tem cada um a sua norma, uma direcção individual. No meio das familias os estudantes contam com protecções valiozas; suas approvações seriam suspeitas dessa intervenção, ao contrario porem examinados fóra desse circulo, e em outro lugar onde não lhes é tão fácil a immediata protecção dos parentes, tem maior empenho em seus estudos para que possam ser bem succedidos nos exames que tem de habilita-los para os estudos superiores. Estas considerações me impedem de suscitar-vos a pretensão da providencia em questão. Ella prejudicaria ao aproveitamento real dos alumnos, e desmoralisaria o próprio Lyceo. (RELATORIO, 1854, p. 99).

Segundo Cunha Jr (2008, p. 51), o ensino secundário no Colégio Pedro II duraria 7 anos “previstos de estudos”. Em 1862, encontramos a indicação que havia províncias com prestação de exames depois de 2 anos⁹⁴. No Liceu da Paraíba, nos meados do século XIX, estaria submetido a um regime de 6 anos de estudo. Todavia, como veremos mais adiante, esse prazo não suspendia a prestação de exames antes do término de todas as cadeiras/matérias/disciplinas. A questão do patronato⁹⁵ e redes familiares na instrução pública é tema frequente de discussão nos relatórios presidenciais, assim como a preocupação com a imagem do Liceu diante dessas famílias, da sociedade em geral e da fiscalização província/Corte.

A prosperidade da instituição liceal da Paraíba Oitocentista⁹⁶ estaria intimamente relacionada à quantidade de alunos matriculados: “(...) a differença pois de 50 alumnos obtidos no periodo de quatro annos de favor do corrente, prova que a instrucção secundária na Provincia prospera, senão com a rapidez que seria para desejar, ao menos de modo satisfactorio e animador”. (FALLA, 1856, p. 126-127).

⁹⁴ “(...) Na falta de outras fontes de instrucção a nossa mocidade aspira exclusivamente á matricula na Faculdade de Direito do Recife, e por excepção na de Medicina da Bahia; e ainda com os maiores sacrificios, prefere ir habilitar-se nessas Cidades com o estudo dos preparatórios necessarios, cujos exames devem prestar em dous anos (...)” (ANNEXO GG, 1862, p. 215).

⁹⁵ Prática esta que perduraria durante todo o século XIX: “(...) a leviandade com que pediam inscripções para exames, acreditando a maior parte d’elles mais no poder dos protectores, que não menos levianamente os recommendavam á approvação, do que na consciencia de suas habilitações e na seriedade dos examinadores perante quem iam comparecer. (...) Largas horas eram consagradas, para bem dizer, ás provas da ignorancia. Para os péssimos effeitos dos exames geraes não pouco contribuia a circumstancia de se comporem as commissões, em regra, de pessoas extranhas ao magisterio do estabelecimento em que elles se prestavam (...). Entretanto é tempo de reagir prudentemente contra a onda dos abusos que tantos escandalos arrancaram a condescendencia das bancas examinadoras, ferindo profundamente a opinião publica (...)” (FALLA, 1887, p. 516). A expressão “patronato” aparece nesta referida documentação oito vezes.

⁹⁶ “(...) O ensino secundario, quer publico, quer particular, é assim quase nullo, e este mesmo exclusivamente litterario. Nada temos para a industria, para o commercio, nem para a agricultura, fonte principal da nossa riqueza. (...) mesmo insufficiente e mal encaminhado como existe na Provincia, está decadente, segundo mostra o limitado numero de alumnos que frequentão as respectivas aulas.” (ANNEXO GG, 1862, p. 213).

Em 7 de janeiro de 1853, um estudante de Geografia, Epaminondas de Souza Gouveia, foi premiado de acordo com o Regulamento vigente⁹⁷, por ter demonstrado “mais aplicação e adiantamento durante o anno lectivo” (EXPOSIÇÃO, 1853). Seria ele também aluno na cadeira de História? Estaria o ensino de Geografia associado ao de História também em termos de premiação de seus estudantes? Até o momento, não encontramos maiores informações acerca destas indagações. Com base no aparato legislativo, o ensino de História, assim como o de Cronologia estaria associado, nesse momento, ao de Geografia. Isto é, esta premiação, apesar de não citar essas disciplinas ou mesmo destacar a de Geografia, estaria incorporando esses demais saberes.

O debate entre o Liceu da Corte e os das demais províncias no tocante à aceitação social dos exames preparatórios foi constante. A validade dos exames foi um ponto de partida e de chegada de todos os malefícios e/ou benefícios produzidos no ensino secundário da Paraíba Oitocentista.

O Lyceu é pouco frequentado, o que procede, tanto nesta, como em outras Províncias em que se dá o mesmo facto, de não serem validos os exames preparatorios feitos nellas para a matricula dos alumnos nas Faculdades e outros Estabelecimentos do Imperio. Realmente é para estranhar, que quando são aceitos e merecem inteira fé de todas as corporações e Tribunaes de Paiz, os actos do mais humilde serventuário publico, qualquer que seja a natureza e importancia desses actos, não gozem de igual favor os estabelecimentos de instrucção secundaria das Províncias creados por Lei, e cujos actos são muitas vezes assistido pela primeira autoridade d'ellas. (...) Já se vê quanto é incomplecto, e defeituoso o plano de ensino adoptado neste Estabelecimento, que por este modo só pode satisfazer aspirações scientificas. As artes, as profissões industriaes, que devião encontrar ali os conhecimentos proprios e indispensaveis ao seu exercicio e desenvolvimento, forão inteiramente esquecidos; (...). (ANNEXO J, 1861, p. 200).

Não podemos esquecer igualmente o discurso com a utilidade da instrução, apresentada e discutida na sessão 2 deste trabalho, tendo em vista que a questão envolve as solicitações das matrículas⁹⁸. Os elos entre o ensino primário e secundário são cruciais para o entendimento do ensino de História⁹⁹.

⁹⁷ No caso, o Regulamento de 1852, que ainda não tivemos acesso, nem notícias de sua existência material nos arquivos paraibanos.

⁹⁸ “(...) as cadeiras de latim, pelo qual começa a nossa instrucção classica, terem ainda alguma frequencia. Não dever-se-hia deplorar o abandono das demais cadeiras de instrucção secundaria existentes no Lyceo desta Capital, se estivessem abertas e frequentadas outras em que fossem ensinados os elementos, ao menos, das sciencias necessarias á industria agricola, manufactureira e commercial.” (ANNEXO GG, 1862, p. 215).

⁹⁹ “(...) Se a instrucção publica primaria na provincia não é boa, ou antes não é como seria para desejar, a secundaria, de que vamos tratar, não se acha em melhores condições.” (ANEXO B, 1869, p. 348). “(...) O secundário, porém, não está em melhores circunstancias, (...)” (FALLA, 1871, p. 366).

(...) No intuito de prevenir o abuso de matricularem-se alumnos sem saberem as vezes nem escrever, como acontecia, restabeleci com aprovação de V.Exc., (Portaria de 23 de Janeiro do corrente anno) a pratica de exigirem-se previamente provas de habilitação nas matérias do ensino primário. (ANNEXO G, 1862, p. 210).

Se os alunos estariam com dificuldades no processo da escrita, certamente apresentariam isso de forma evidente na disciplina de História, por exemplo, que tinha como uma de suas atividades a apresentação de dissertações, como destacamos na sessão anterior. Não tivemos acesso a Portaria de 23 de Janeiro de 1861, para observar se a presente ordem legislativa denotava algum prazo para adaptação e regularização da situação dos alunos.

Tenho ouvido dizer á pessoas sisudas e qualificadas que ali nunca mandarão estudar a seus filhos, e, de certo, as algazaras, disturbios e descommedimentos que no Lycêo se praticão, apoiados sobre tudo na faltta de leis disciplinares o tornão um pouco repillante a todos aquelles que sympathisão com a subordinação, acatamento e uma conducta bem apurada. É de urgente necessidade que se ponha termo a taes irregularidades, e n'outro lugar, quando tratar deste assumpto, indicarei algumas medidas, que tendão a remover esses excessos, e afastar a paralisação em que este estabelecimento se conserva. (ANNEXO N. 8, 1866, p. 285).

Notamos semelhantemente que o comportamento dos alunos liceais interferiu no processo de matrículas desta instituição. A questão comportamental dos alunos liceais foi ponto de discussão nos jornais paraibanos:

(...) ao director interino da instrucção publica. – Tendo por despacho de hoje concedido, de conformidade com a informação d'essa directoria, que seja de novo admittido a frequentar as aulas do Lyceu o estudante Guilherme Rogers filho de Ricardo Rogers, que o anno passado foi com outros expulso do dito estabelecimento, o communico a Vmc. para os devidos effeitos.” (Jornal *A Regeneração* - 28/08/1861 - Expediente do governo / dia 23). (...) ao director interino da instrucção publica. – Cumpre que Vmc., em vista do resultado que se houver obtido das communicações feitas pelos professores do Lyceu aos pais dos respectivos alumnos, me dê o seu parecer a respeito.” (Jornal *A Regeneração* - 09/10/1861 – Expediente do governo / 1 de outubro).

Outro fator que acompanhou o dilema da quantidade e manutenção das matrículas liceais, também viria de dentro da instituição para fora: o padrão comportamental de seus estudantes, regido por regulamentos e estatutos internos.

Independente da existência de leis para regulamentação do Liceu, notamos igualmente que a execução das mesmas estava cotejada a personagens políticos, como os presidentes da

província: “O Lyceu vegeta quasi sem alumnos. (...) O melhoramento da Instrucção Publica depende essencialmente de providencias legislativas; no entanto as luses de V. Exc., muito poderão benefical-a”. (EXPOSIÇÃO, 1870, p. 365).

Como já anunciamos na sessão anterior, as matrículas eram feitas no mês de fevereiro (de acordo com a Resolução de 1846). Porém esse prazo foi sendo questionado ao longo do século dezenove, tendo em vista que os exames liceais também foram mudando a data de sua realização, de novembro para junho, julho ou outubro, por exemplo.

Quer para o ensino primario quer para o secundario, acho demasiado o praso das férias. Seria mais conveniente que o feriado no fim do anno, começasse a 7 de Dezembro e terminasse a 7 de Janeiro (...), que as ferias da Semana Santa principiasssem na quarta feira de trevas e terminassem no Domingo de Paschoa. Este longo praso de férias produz o grave inconveniente da interrupção dos estudos, quando a frequencia e assiduidade são necessarias ao progresso dos mesmos estudos. Conventambem que a matricula do lyceu esteja aberta a todo tempo, o que è hoje vedado pelo Reg. Vigente. (RELATORIO, 1880, p. 450-451).

A realização de exames em mais de um mês por ano trouxeram algumas colocações presidenciais, a saber:

De accordo com as informações do digno delegado resolvi não fazer annunciar exames para o mez de Julho, ficando todos adiados para o periodo de Novembro. A experiencia tem demonstrado que esses exames de Julho concorrem para perturbar a marcha dos estudos, favorecendo e despertando pretenções imprudentes de môços que, sacrificando os proprios interesses aspiram ser aprovados nas materias que ignoram, empregando para tal fim os esforços de seus amigos e parentes, que os protegem. (FALLA, 1886, p. 503).

Esta citação nos encaminha para a “velha” questão do patronato no meio educacional, todavia nos anos subsequentes observa-se a continuação da prática (apesar das “denúncias”) no caso, de se realizar os exames por mais de uma vez ao ano.

A partir dos mapas, é possível estabelecer comparações com o número de matrículas em relação às outras disciplinas, ao longo dos anos. Os alunos que repetissem a matrícula por mais de duas vezes, não poderiam mais ser admitidos na ‘matéria’ que ocorreu a reprovação¹⁰⁰. Reunimos aqui alguns dados para o ensino de História que foram retirados do quadro intitulado “Relação dos alumnos do Lyceo que fizeram requerimento ao reitor para

¹⁰⁰ “Art. 47 – O que for reprovado em qualquer matéria, não pode ser admitido a exame dela sem nova frequência. Não é permitido terceira matrícula na aula em que se tiver sido duas vezes reprovado.” (CAPÍTULO 5º. Das Habilitações e dos Exames. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846).

inscreverem-se nas matérias colegiais (1884 e 1886)”¹⁰¹ (FERRONATO, 2012) que, para o ano de 1884 temos:

Candido _____ de Pinho. Idem em Historia – como requer; Germano Monteiro da Franca - como requer; João de Andrade Pereira Borba - como requer; Ricardo Filipe da Rocha - como requer; Alfredo J. do Nascimento - como requer; Januncio Salustiano de Nobrega F^a - como requer; Alfredo Ro^s Vianna - como requer; João Baptista de Vasco^s Maia - inscreva-se; Eduardo Marcos de Araujo - inscreva-se; Adolpho Eugenio Soares Filho - inscreva-se; Carlos Franco de Assumpção Carv^o de Alb. – inscreva-se; Manoel Florentino Carneiro da Cunha - inscreva-se; João _____ - inscreva-se; Olimpio Agnello de Souza Vianna - inscreva-se.

E para o ano de 1886:

Rugério Ferreira da Silva – inscreva-se; Joaquim _____ Pereira de Brito - inscreva-se; José Carlos Pereira de Brito – matricule-se; Francisco Peregrino de Albuquerque Montenegro – matricule-se.

Não temos informações sobre as discrepâncias entre os termos “como requer”, “inscreva-se”, “matricule-se”. Uma indicação documental é que a disciplina foi suspensa / “excluída” sendo renovada apenas em 1887, tendo em vista que as disciplinas e seus programas estavam distribuídos pelos programas de estudos, e o saber histórico constava no 3º ano¹⁰². No ano de 1886, na estruturação de Externato Normal, foi designado professor de História, o Bacharel Ernesto Augusto da Silva Freire. Teria esse fator influenciado na queda da procura da disciplina de História? Uma vez que, em 1887, encontramos apenas 3 alunos matriculados na disciplina de História, enquanto Geografia contava com 13 alunos, tendo como seu regente o antigo professor Thomás Mindello.

Podemos dizer que o universo dos estudantes liceais, e mais precisamente, da disciplina de História, são questões interligadas as quais expomos ao longo deste trabalho. Observamos que mesmo nos anos de baixa frequência, havia sempre uma representação nas disciplinas que faziam grupo com a História.

¹⁰¹ Arquivo Estadual da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, 1884. Retirado de: FERRONATO, P. 244-250.2012.

¹⁰² Com o programa de disciplinas do Externato Normal e a alteração de disciplinas durante os três anos, é possível observar mudanças nas despesas anuais: “(...) Quanto ao exercício de 1887, que é quando deve funcionar o 3.º anno do Externato Normal, e por conseguinte serão preenchidas todas as cadeiras, a despeza total com os novos serviços será de 36:950\$000, isto é, mais 600\$000 além da autorização, cuja applicação depende de vossa approvação. Esse accrescimo corresponde á cadeira de historia, que não funcionou este anno. Devo, porem, com toda franqueza prevenir-vos de que a bôa organização do ensino reclama essa despeza, e não deveis regateal-a á uma instituição florescente, que tem por alvo a restauração do ensino primario tão decadente em vossa bella provincia (...).” (FALLA, 1886, p. 505).

4.2 OS EXAMES LICEAIS PARA A CADEIRA DE HISTÓRIA

História para quê? Ora, a resposta parece óbvia: a história compunha o conjunto dos exames preparatórios para as faculdades de Direito e de Medicina. Logo, a história deveria compor o currículo dos cursos preparatórios (secundários). Mas, em que medida a história requerida no secundário (seriado ou parcelado) propiciava melhoramento na formação do bacharel em Direito e em Medicina? As pesquisas ainda não avançaram nesse sentido. Sabe-se, porém, que o próprio currículo dos cursos de Direito, por exemplo, destinava parcela significativa do seu tempo para os estudos históricos, uma vez que a compreensão do Direito (saber, prescrição, instrumento de organização social) era inconcebível sem o conhecimento das “civilizações” que o geraram e que o aperfeiçoaram. À compreensão da lei, sua finalidade, situações e terreno de aplicação, em suma, tornava indispensável o conhecimento de história, notadamente, da história “universal” – o conjunto (das contribuições) das histórias de todos os povos civilizados e por civilizar ou, numa segunda acepção, cristianizados ou por cristianizar. (FREITAS, 2008, p. 135-136).

Diante da colocação de Freitas (2008), o ensino de História foi galgando sua importância ao longo do século XIX no Brasil, à medida que seus conhecimentos estavam na base da formação de um cidadão, que comporia as posições sociais da nação em desenvolvimento. Além de servir de base para formações mais específicas, como era o caso do Curso de Direito, conforme nos informa Freitas (2008).

Na primeira metade do século XIX, não é possível encontrar maiores dados sobre as disciplinas e quantidades de alunos aprovados, reprovados ou ausentes nos exames preparatórios¹⁰³. A “deliberação” dos estudantes que deveriam ser examinados partiria da escolha do professor? Compreendemos que, a partir do momento que o aluno fosse considerado apto, de acordo com a autorização do professor, ele poderia se candidatar a prestação dos exames. Sabemos que o tempo de exame da disciplina de História duraria uma hora¹⁰⁴.

No Lyceo são ensinadas as seguintes disciplinas em 6 cadeiras: Latim, Francêz, Inglês - Geographia, Chronologia e Historia, Rhetorica e Poetica, Arithmetica, Geometria, e Pilosophia racional e moral. 78 alumnos frequentão as aulas do Lycêo. É de certo pequeno, abstractamente considerado, o n.º de alumnos, mas comparado com os que em outras

¹⁰³“os exames do Lyceu Provincial tinham grande repercussão na Cidade da Parahyba, por serem altamente reprovadores.” (FERRONATO, 2012, p. 185). Ver anexo 3.

¹⁰⁴ “Art. 32 – Logo que se tiver deliberado quais os estudantes que devem ser examinados, formar-se-á a relação deles, segundo a ordem das cadeiras, e antiguidade das matrículas, sendo afixada na porta de uma das salas do Lyceu, e marcando-se nela dia e hora para o exame de cada um. Esta relação será assinada pelo Diretor. (...) Art. 43 – A duração dos exames não pode exceder a hora e meia para cada um na primeira e segunda cadeira, nem a uma hora nas outras.” (CAPÍTULO 5º. Das Habilitações e dos Exames. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846).

grandes Províncias do Império frequentão taes estabelecimentos, considerando-se ainda, que os moços que se dedicão aos estudos de nossas Academias querem antes habilitar-se em seus estudos preparatórios na Cidade de Olinda, cujos exames academicos são acceitos nos estabelecimentos scientificos do Império, vê-se que se não deve com justiça tirar desse pequeno n.º de alumnos argumentação contra a moralidade e utilidade do estabelecimento. (RELATORIO, 1852, p. 81).

A partir desse breve trecho do Relatório do ano de 1852, é possível observar as primeiras alterações entre os termos disciplinas/cadeiras; as inquietações frente às matrículas liceais (local e em relação a outras províncias), o debate em torno dos estudos/exames preparatórios¹⁰⁵, como também os discursos de “moralidade e utilidade” da instituição, entre outros elementos¹⁰⁶.

(...) O anno passado assisti aos exames em Novembro, nos quaes se distinguirão alguns moços hábeis. Os exames de Rhetorica não forão completos, por lhes faltar a analyse de alguns exemplares clássicos, latinos, e da nossa lingoa, onde o estudante mostrasse praticamente a theoria da arte da oratória: (...) Alguns Professores do Lycêo não forão examinados, quando nomeados, nas matérias respectivas, sujeitei-os a esses exames, e conforme o que mostrarem pela habilitação no concurso, que tenho marcado, os confirmarei ou não. (RELATORIO, 1849, p. 63).

Não encontramos, até o momento, os nomes dos professores avaliados nem o resultado desses exames, como também quem seriam os formadores da banca para avaliação dos próprios professores do Liceu, para além do Presidente da Província.

¹⁰⁵Baseado em Haidar (1972), Ferronato (2012) nos afirma: “O ensino secundário tomou, nesse período, uma função meramente preparatória, e isso fez com que os estabelecimentos públicos e particulares ficassem limitados a oferecer os conhecimentos que eram exigidos pelos Estatutos dos Cursos Superiores para o ingresso nas Academias do Império. As condições necessárias para o ingresso nessas Academias foram prescritas na lei, que criou os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, em 11 de agosto de 1827. As prescrições eram as seguintes: - Idade mínima de 15 anos, devidamente comprovada pelas certidões de idade; - Certidão de aprovação nos exames de preparatórios de Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria. (...) Os Novos Estatutos dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império foram instituídos pela lei de 07 de novembro de 1831. Esses Novos Estatutos determinavam a incorporação, às Academias, de seis cadeiras que já eram ensinadas para a realização dos exames de preparatórios. Essas eram: Latim, Francês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia, de acordo com o que se prescrevia no artigo 1º, do capítulo 1 da lei acima mencionada.” (FERRONATO, 2012, p. 107).

¹⁰⁶ Expressava-se Menezes (1983, p. 194): “O colégio era a praça e era a sala, a tribuna e a assembléia, dos convívios culturais, das encenações dos talentos, como uma Ágora Nordestina. Conversava-se, debatia-se, polemizava-se, brigava-se, negociava-se partidariamente; com eloquência, faziam-se proclamações cívicas e ideológicas. O socialismo e o Positivismo alimentavam os compromissos com a abolição e a República. Nas aulas de Retórica, Filosofia Moral, História e Literatura, a melhor oportunidade para essas iniciações.” Procuraremos apresentar no final deste trabalho o quão próximo ou o quão distante estava a disciplina de História, em relação as expectativas criadas acerca desse ensino e o “cotidiano” escolar através dos diversos discursos interligados a essa disciplina.

A conveniência de se apresentar exame de primeiras letras para se matricular no ensino secundário (1860), é apresentada como proveitosa nos anos subsequentes¹⁰⁷.

A década de 1860, também é preenchida com a importância do ensino de Latim, que continuou muito forte¹⁰⁸. É interessante descrever que no final do século, o Latim permaneceu como disciplina frequentada, mas perdeu um pouco de seu número de matrículas, agora direcionadas para o ensino do Português. O Francês perdurou como disciplina bem recomendada.

A instrução oferecida pelo Liceu que teria como um de seus fins a introdução nos empregos públicos estaria justificada:

(...) seja porque os estudantes que se preparam no Recife, encontram mais facilidade em fazer seus exames; ou seja ainda, porque a actual instituição do Lyceo, é a mesma de sua origem primitiva; o certo é que as aulas de sciencias do Lyceo são mui pouco frequentadas, resultando dahi, que este estabelecimento aliás importante, se acha desacreditado, e bem longe de offerecer as vantagens, que delle devera auferir a provincia, e que poderão compensar as despesas feitas para sua conservação. (...) em quanto o Lyceo for apenas um estabelecimento de mera habilitação, (...) nunca mais será arrancado deste estado de marasmo e abatimento em que o vemos. Mas logo que for transformado em um curso de estudos, donde saião os moços habilitados para os empregos provinciaes e geraes, independente de mais concurso, e de preferencia a outro qualquer que compettir em idénticas circunstancias; e onde tambem se habelitem os que quizerem se dedicar ao commercio e agricultura (...). (Directoria da Instrucção Publica da Parahyba, 1864, p. 234).

Observamos que, essa formação liceal era tão significativa que poderia chegar à interferência nos processos que deveriam funcionar por meio de concursos públicos, gerando uma “habilitação de preferência entre os candidatos”¹⁰⁹. Freitas (2008) já nos advertiu sobre o uso da disciplina de História a esse respeito¹¹⁰.

¹⁰⁷ “Tem sido proveitosa a exigência de exame de primeiras letras para os que pretendem matricular-se; providencia approvada por portaria de 7 de Maio de 1860.”(RELATORIO,1861, p. 181).

¹⁰⁸“(…) O actual Lyceo está decadente; e muito concorre para esse resultado o curto lapso de tempo marcado para a validade dos exames de preparatórios nas faculdades de direito. (...) Os daqui apenas concluem o estudo de latim, e as vezes antes d’isto correm para a cidade do Recife. É óbvio que o remédio mais fácil à esse inconveniente seria a validade dos exames (...); mas os poderes geraes, talvez com razão teem negado esse favor às províncias.”(RELATORIO,1861, p. 181-182).

¹⁰⁹ (...) o alumno, que exhibisse um titulo de plena approvação, em todas as aulas, ou em certas e determinadas materias, ter preferencia para os empregos publicosprovinciaes, independente de concurso, (...). (ANEXO B, 1869, p. 348).

¹¹⁰ O Lyceu (...) não presta, é verdade, o serviço que devia (...); o defeito porem não vem da instituição, e sim de causas estranhas. Os seus exames não valem (...); É preciso garantir aos estudantes do Lyceu algumas vantagens para seus estudos, e exames. Entendo que o Lyceu deve ser conservado, e melhorado; é um estabelecimento util, e que com reformas adequadas pode prestar serviços importantes. (RELATORIO, 1869, p. 343).

A vigilância e justiça¹¹¹ durante os exames, igualmente, foi conteúdo documental das décadas finais do oitocentos: “(...) Assisti a todos esses exames, em cujas decisões se houverão os juízes com a maior imparcialidade e justiça (...)” (RELATORIO, 1860, p. 171). Era realizado um acompanhamento do número de alunos que fariam os exames pelos comissários da Instrução Pública¹¹².

Em relatório de 1866 é apresentado uma listagem dos exames dos últimos cinco anos (1861 a 1865), e a disciplina de História não é apresentada (RELATORIO, 1866, p. 268). O diálogo dos estudos de História e Geografia nos levou a seguinte indagação: Já que nos exames as disciplinas se apresentavam de forma separada, teria o ensino de História ficado sem prestação de exame durante a primeira metade da oitocentista década de 60? O Liceu colocado como “o estabelecimento mais importante da Província”, não estava num estado animador. A cadeira que exprimiu maior número de candidatos a exames, no ano de 1866, foi a de Francês¹¹³. Já em 1871, temos o seguinte quadro: “(...) Aulas do lycêo, que funcionam regularmente, são a de Latim, frequentada por 38 alumnos, a de Francez por 22, a de Inglez por 4, a de Geographia por 4. As mais estão desertas, e os professores sem exercício.” (FALLA, 1871, p. 367).

Os baixos índices de alunos que se prestaram aos exames¹¹⁴ nos fazem refletir sobre diversos pontos colocados ao longo do texto: a “proximidade” e concorrência da província pernambucana¹¹⁵, a invalidade dos exames até 1873, a “indisciplina” dos alunos; o problema

¹¹¹ (...) Funcionaram as bancas no mez de Novembro de 1885, e para cada disciplina foi nomeada uma comissão independente, na conformidade das ordens em vigor, e por proposta do digno delegado do Inspector Geral da Instrucção da Côrte (...). Si os julgamentos não foram tão severos quanto é indispensavel para levantar o nivel tão rebaixado dos estudos, ao menos não houve que lamentar enfraquecimento do espirito de justiça. (FALLA, 1886, p. 503).

¹¹² Neste intento expedi a circular de 10 de Março na qual pedi aos Commissarios os esclarecimentos seguintes: « Quantos alumnos de instrucção publica secundaria se derão por promptos, e prestarão exame por ocasião do encerramento das aulas em Dezembro do anno passado; (...) e contrista-me dizer que apenas 5 ou 6 me responderão e quasi todos tão laconicamente que não augmentarão ideia á minha pretensão. (...) No corrente anno achão-se matriculados nas diversas aulas, que ali se prestão ao ensino 129 estudantes, e por ocasião do encerramento das mesmas no anno passado, comparecerão a exame 19; 2 de Latim, 9 de Francez, 3 de inglez, 2 de Geographia e 3 de Rhetorica, os quaesforão plenamente aprovados. (ANNEXO N. 8, 1866, p. 282-283 e 285).

¹¹³ Francez 28, Latim 9, Inglez 10, Geometria 0, Geographia 3, Philosophia 0, Rhetorica 3.

¹¹⁴ “(...) O anno passado suas sete cadeiras foram frequentadas por 94 alumnos. (...) D’esses alumnos só 10 fizeram exames, á saber: De Latim 2, De Francez 5, De Inglez 1, De Geographia 2.” (RELATORIO, 1868, p. 326).

¹¹⁵ “(...) Em minha opinião e de todos meus dignos antecessores uma das causas deste estado de couzas é a grande proximidade do curso juridico de Recife.” (ANEXO B, 1869, p. 348). “(...) Não é á falta de habilitações nos professores, nem a indiferença da população, que impede a frequência das aulas; mas sim a invalidade dos exames feitos aqui para os alumnos que se destinam aos estudos superiores, e as dificuldades e incerteza de êxito dos exames na cidade do Recife para os estudantes de fora.” (FALLA, 1871, p. 366). Reparamos que para a relação com a província pernambucana havia os que apresentassem certa facilidade, como também o contrário para os estudantes inscritos para os seus exames.

da escassez de compêndios ou sua uniformidade; a relação com os professores das disciplinas; o patronato que ao acolher alguns, excluiria os demais; entre outros.

Se havia disparidades em relação à quantidade de matrículas e as frequências, a escala dos exames também não foi satisfatória, a saber: “(...) Já se vê que nenhum desenvolvimento toma o Lyceu pelo lado da frequencia. Quanto ao aproveitamento em o anno proximo passado um só alumno não foi dado para exame (...)”. (ANEXO B, 1869, p. 349).

Um relatório de diretor da I.P. nos direciona a outro destino que os estudantes já diplomados poderiam seguir - a carreira docente:

(...) Entendo tambem que se não deve conceder licença para ensinar particulamente ás aulas de instrucção secundaria, senão áquele que exhibir attestados de exames no Lyceu, nos quaes tenha sido plenamente aprovados, ou outros tituloslitterarios, que o habilite para o exercicio de tão importante magisterio. (ANEXO B, 1869, p. 349).

Essa colocação de Silvino Cunha nos conduz ao receio em torno dos cuidados para a formação dos professores. Sobre o Decreto n. 5429, de 2 de Outubro de 1873:

(...) que tornou valiosos, perante os cursos superiores do Império, os exames de preparatórios feitos nas Provincias, veio levantar o nosso Lyceu do abatimento, em que jazia. Nos annos anteriores áquelle Decreto as aulas do Lyceuerão frequentadas por um numero muito diminuto de alumnos-, depois da sua promulgação, porém, a affluencia de estudantes tem sido louvável. (RELATÓRIO, 1876, p. 427).

A situação dos exames pós-decreto n. 5429, a relação Paraíba-Pernambuco toma nova conotação:

(...) Para os exames geraes, assim de sciencias, como de linguas, occorridos em Novembro preterito inscreveram-se 313 estudantes, dos quaes não poucos vindos de Pernambuco, onde n’esse tempo não há exames de sciencias. Foram examinados 271 estudantes, sendo aprovados 206 e reprovados 65. (RELATÓRIO, 1877, p. 430).

Para os exames¹¹⁶ notamos uma classificação para as disciplinas que se dividiam em duas partes: a de *sciencias* e a de *linguas*. Estaria História participando deste “campo das

¹¹⁶ “No que concerne à realização dos exames, eles eram o momento mais importante do processo de aprendizagem no Lyceu Provincial. Eram revestidos de tamanha importância que contaram, em alguns anos, com a presença do Diretor da Instrução Pública, com membros da Congregação dos professores e até com a presença do Presidente da Província (...)” (FERRONATO, 2012, p. 182-183).

ciências”?. Esta indagação nos transporta para a apreensão da disciplina como ciência, em aperfeiçoamento durante o oitocentos.

Os exames liceais teriam sofrido uma indicação de suspensão dos exames no ano de 1877, porém não sabemos o porquê da não autorização dos exames. Como também fica a interrogação do por que desse pedido não ter sido atendido¹¹⁷.

O curso de preparatórios, existente no Lyceu, compreende 8 cadeiras: 1 de Portuguez, 1 de Latim, 1 de Francez, 1 de Inglez, 1 de Geometria, 1 de Geographia e Historia, 1 de Rhetorica, e 1 de Philosophia. (...) Por aviso circular de 27 de Março ultimo determinou o Exm. Sr. Ministro do Imperio, que não se effectuassem n’esta Provincia, até ulterior deliberação, os exames geraes de preparatorios, de que trata o Decreto n. 5429 (...), exigindo, ao mesmo tempo, informações á respeito do modo porque correram os mesmos exames, e da observancia das prescripções á elles relativas. (RELATÓRIO, 1877, p. 433).

Para o ano de 1879, localizamos os exames para os meses de julho e novembro, que “deram elles o seguinte resultado”:

(...) JULHO DE 1878. **Geografia:** Aprovados com distincção1. Aprovados plenamente 7. Aprovados6. Reprovados 3. Não fizeram o exame 1. **História:** Aprovados com distincção2. Aprovados plenamente 7. Aprovados4. Reprovados 1. Não fizeram o exame 2.
NOVEMBRO DE 1878. **Geographia:** Aprovados plenamente 13. Idem 12. Não compareceram as chamadas 3 = 28. **Historia:** Aprovados plenamente 17. Idem 9. Reprovados 4. Levantaram-se sem escrever a prova 4. Não compareceram ás chamadas 4 = 38. (RELATÓRIO, 1879, p. 437).¹¹⁸
[negritos nossos]

¹¹⁷ “Tiveram lugar em Novembro do anno passado os exames geraes de preparatorios, assim de linguas, como de sciencias, para os quaes inscreveram-se 81 alumnos para 193 exames. Os trabalhos respectivos correram regularmente, como eu mesmo observei, sendo prezididos pelos Drs. Aristides Cezar d’Almeida, Felix Antonio Pereira Lima e Commendador Lindolfo José Correia das Neves, sob a direcção do Delegado Especial interino do Inspector Geral da instrucção publica, da Côrte, Dr. Antonio de Souza Gouvêa. Dos alumnos inscriptos, foram aprovados com differentesgrãos 134. Reprovados...31. Deixaram de comparecer...28.” (Relatório, 1878, p. 435).

¹¹⁸ Resultado dos exames para 1880 “durante o mez de junho ultimo”: “Foram aprovados: Em *geographia*: Aprovados plenamente 7. Idem simplesmente 8. Reprovados 2. Abandonou o exame 2. Em *historia*: Aprovados plenamente 5. Idem simplesmente 6. Reprovado 1. Abandonou o exame 1.” (RELATORIO, 1880, p. 455-456). Resultado dos exames para o mês de novembro: “*Geographia*: Aprovados plenamente 9. Reprovados 2. *Historia*: Aprovados plenamente 14. Em julho do corrente anno o resultado dos exames foi o seguinte:*Geographia*: Aprovados plenamente 7. Aprovados 8. Reprovados 2.*Historia*: Aprovados plenamente 4. Aprovados 7. Reprovados 1.(...).” (RELATÓRIO, 1881, p. 458-459). De acordo com esses documentos, no ano de 1880 houve exames durante 3 meses (junho, julho e novembro). Esses dados nos fornecem informações que podemos comparar o crescimento ou diminuição do número de estudantes que se candidataram aos exames nas diferentes disciplinas e suas diferentes quantificações face as suas classificações.

Com a agregação do ensino de História com o de Geografia poderiam esses alunos que prestaram exames para a disciplina de Geografia ser os mesmos para a de História, e vice-versa, ou não. O que levaria a aprovação de um estudante com distinção? Constatamos que havia diferentes classificações para o desfecho que levaria a aprovação ou reprovação do educando, que de acordo com a resolução de 1846, trata de algumas delas e nos diz:

Art. 44 – No fim do exame, fechadas as portas, votarão os professores porescrutínio secreto com as letras – A ou R -, sinal de aprovação ou reprovação, e da decisão levará logo o secretário o competente termo, que será por todos assinados.

(...) Art. 45 – Entender-se-á plenamente aprovados, os que reunirem em seu favor a totalidade dos votos, e simplesmente aprovado os que tiverem um voto contra si.

Art. 46 – Quando forem unicamente dois os examinadores, e um voto contra A, e outro com R, entender-se-á que o estudante foi simplesmente aprovado. (CAPÍTULO 5º. Das Habilitações e dos Exames. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846).

Em “Quadro demonstrativo dos exames de preparatórios effectuados n’esta Provincia, em Novembro de 1887” (RELATÓRIO, 1889, p. 524) é possível observar nova “nomenclatura” como *Exames Aproveitados* e *Exames Não Aproveitados*¹¹⁹.

A presença de um Delegado Especial seria uma ordem geral para os liceus provinciais? Esse personagem surgiu na província paraibana após 1873, como consequência da aplicação do Decreto 5429, colocado como sinônimo de justiça durante a execução dos exames¹²⁰.

Partimos agora para a análise de outros sujeitos a quem foram distribuídas as expectativas de formar a mocidade paraibana: os professores do ensino de História.

¹¹⁹INSCRIÇÕES: Em línguas 118, Em sciencias 135. Total 253

RESULTADO EM LINGUAS: Aprovados com distincção3, Aprovados plenamente 29, Aprovados 41, Reprovados 10, Retirados do exame 29, Não compareceram ao exame 5. 118.

RESULTADO EM SCIENCIAS: Aprovados com distincção1, Aprovados plenamente 38, Aprovados 42, Reprovados 10, Retirados do exame 4, Excluidos do exame 34, Não compareceram ao exame 6. 135

EXAMES APROVEITADOS: Em línguas 73, Em sciencias 81, Total 154

EXAMES NÃO APROVEITADOS: Em línguas 45, Em sciencias 54, Total 99..... 253

¹²⁰ “(...) Nos estreitos limites de sua esphera de acção o Delegado Especial tem-se esforçado para que os julgamentos dos exames sejam a mais fiel expressão da justiça, indicando para as presidências das bancas pessoas de moralidade e de confiança. É forçoso, porém, confessar que, a despeito de tudo ainda não conseguiu elle banir a benevolência mal entendida que nos julgamentos se ostentou algumas vezes em demasia, como tive occasião de observar. Este sentimento tão natural ao caracter brasileiro, constitue no julgamento das provas um grande mal, porque rebaixa o nível dos estudos e falsêa a sua base, para os cursos superiores.” (RELATÓRIO, 1888, p. 525).

5 – OS PROFESSORES DE HISTÓRIA DO LICEU OITOCENTISTA

(...) os Relatórios dos Inspectores da Instrução Pública que incidem sobre o Lyceu Provincial insistem em ressaltar e elogiar as qualidades dos Professores do Lyceu como homens preparados para a tarefa, cumpridores de seus deveres e altamente capacitados para ministrarem suas aulas. (CURY, 2003, p. 4116)

A citação acima nos inspirou a examinar a documentação, inicialmente, identificando algumas das expressões utilizadas para definir os professores do Liceu paraibano: “As cadeiras do Lyceo achão-se preenchidas, e seus professores teem as devidas habilitações e assiduidade.” (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 83). “(...) desempenhão satisfactoriamente os seus deveres.” (RELATORIO, 1853, p. 95). “(...) Os Professores tem a conveniente assiduidade e aptidão para bem exercer o magisterio.” (...) (RELATORIO, 1854, p. 99). “(...) habeis, morigerados e dedicados ao cumprimento de seus deveres tem merecido toda minha consideração e são dignos de estima de que gosão entre seus concidadãos pelos serviços que prestão á instrucção e educação de seus filhos.” (EXPOSIÇÃO, 1857, p. 148). “(...) continuam a mostrar-se dignos por sua illutração, seu zelo e assiduidade exemplar no desempenho de suas obrigações, como sua dignidade pessoal e reconhecida moralidade (...)” (ANEXO B. Relatório, 1859, p. 164-165). “(...) reconhecidamente habilitado e idôneo. Os lentes do Lyceu distinguirão-se sempre na sua melindrosa missão de preceptores da mocidade; e muito me ufano de ter recebido de alguns d’elles as primeiras noções litterarias.” (RELATORIO, 1861, p. 182). “(...) dignos a todos os respeitos dos lugares que exercem.” (ANNEXO J, 1861, p. 196). “Nos professores do Lyceo sobraão as precisas habilitações, e todos preenchem satisfactoriamente os seus deveres.” (RELATORIO, 1863, p. 218). “(...) justiça seja feita, não pode ser mais apto nem mais zeloso o professorado, especialmente o do Lyceu” (ANEXO B, 1869, p. 348). “O pessoal deste estabelecimento é importante, e, em geral, honra a provincia.” (RELATORIO, 1880, p. 444-445).

Neste tópico procuramos apresentar o corpo docente da disciplina de História para o ensino secundário na Paraíba Oitocentista problematizando os discursos proferidos sobre eles. Isto é, sua atuação como professores que na cadeira de História e similares, disciplina esta que perpassava mentes e corpos, seja pelas suas noções pátrias, morais e religiosas.

5.1 O CORPO DOCENTE DE HISTÓRIA

(...) Senhores, não ha especie de vida publica em que se deva exigir do funcionario tanta dedicacão ao serviço, mesmo tanta indole para elles, como no magisterio. A tarefa de ensinar e educar nossos filhos não deve ser confiada a quem não dê sobejas provas de saber e moralidade, (...). (RELATORIO, 1859, p. 156).

Ao longo do oitocentos, a figura do professor foi sendo constituída por meio dos discursos oficiais e jornalísticos somada a um perfil de cidadão quase perfeito, a quem a mocidade brasileira paraibana deveria seguir o exemplo. De acordo com essa concepção, todas as vezes que algo não saísse de acordo com esse padrão estabelecido, os professores foram colocados no centro das críticas. Aos homens que atuaram como professores do Liceu Paraibano durante o século XIX atribuíram-se características que foram louvadas e julgadas indispensáveis para a profissão.

Nesse sentido, o professor da instrução secundária deveria dar exclusividade à carreira docente:

Art. 17 – É incompatível com o magistério qualquer emprego público, sob pena de perda da cadeira.

§ 1o – É igualmente proibido ao professor ocupar-se em qualquer gênero de negócio e indústria, ou em qualquer outro serviço, que implique com as horas do ensino, sob as penas do artigo antecedente. Lei nº 178 – de 30 de novembro de 1864. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 46)

Entretanto, percebemos que as coisas nem sempre aconteciam como o desejado. Identificamos na documentação prescrições e na historiografia questionamentos sobre o acúmulo do exercício de diferentes funções, a saber:

Dessa forma, ocorreu, não raras vezes, de um mesmo homem letrado ocupar simultaneamente a direção de mais de um órgão público, como foram os casos de Manrique Victor de Lima, Manoel Porfírio Aranha e Diogo Velho que ocuparam ao mesmo tempo a diretoria da instrução pública e a direção do Lyceu Provincial. (FERRONATO, 2012, p. 202).

Dessa forma, a participação desses sujeitos em diferentes cargos foi cabível, desde que não afetasse sua carga horária de ensino. Conforme nos alerta o mesmo autor:

(...) A atuação desses professores, tanto na direção do Lyceu, quanto na Diretoria da Instrução Pública, foi importante, uma vez que eles intermediaram permanentemente os interesses da referida instituição secundária junto à estrutura mais elevada de poder, ou seja, a presidência da Província. Vale ressaltar que parte do corpo docente e auxiliares das atividades internas do Lyceu, tais como o secretário, os bedéis, o contínuo etc., eram nomeados por determinação dos presidentes da província,

formando uma grande teia de relações, não raras vezes pautada pelos laços afetivos, de parentesco e/ou políticos. (FERRONATO, 2012, p. 170).

A presença do presidente da província no exercício docente fortalecia as redes de relações entre os professores e a sociedade dentro e fora dos muros liceais.¹²¹ Assim, a partir da citação abaixo, também pensamos nesse papel e influência que o professor exercia assente nos espaços escolares:

Art. 67 – O Diretor lerá o relatório dos trabalhos do Liceu durante o ano findo, e o professor de Retórica, ou aquele que tiver sido designado pela Congregação recitará um discurso análogo ao objeto, depois da que seguir-se-á a leitura dos nomes dos premiados, e a distribuição dos prêmios. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. CAPÍTULO 7º. Dos Prêmios. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 104)

Naquele ano de 1846, o professor de Retórica era o mesmo que ministrava o ensino de História. O momento de distribuição dos prêmios possuía um simbolismo que elevava a imagem dos alunos, de seus professores e da instituição, partindo dos limites das paredes liceais para a sociedade oitocentista (paraibana e brasileira). Em relação aos discentes, por meio dos “mapas” pudemos observar quantitativamente as disparidades numéricas em relação aos anos e as diversas *cadeiras/matérias* oferecidas.

Esses mapas, no geral, eram remetidos com as seguintes informações: nomes dos Professores (de 1.^{as} letras, secundários, particulares, do interior da Província, de Latim, etc); a natureza de seus títulos ou a natureza de seus provimentos (provisão vitalícia, provido interinamente, aposentado, por portaria, provida em, ensina com licença); as matérias ou a “declaração das faculdades que nelle se ensinão” e o número das cadeiras; cadeiras de instrução primária e secundária, públicas e particulares; os “empregados do Lyceo desta Cidade” da Província da Parahyba; declaração das localidades. É possível observar um quadro dos alunos que frequentaram diversas aulas (em termos quantitativos); declaração do número de alunos referentes a cada ano. Enfim, através dos mapas podemos apreender diferentes caminhos, entre eles, por exemplo, quantos alunos estavam matriculados na cadeira de História, em diferentes períodos.

Passamos agora a apresentar alguns desses homens.

¹²¹ Com base no *Banco de dados dos registros de batismos da Freguesia Nossa Senhora das Neves / Parahyba, 1833-1860*, encontramos nomes de professores que ora se apresentavam como padrinhos, ora como pais das crianças. Este banco de dados nos mostra, para além do âmbito educacional, as relações de aspecto político e religioso desses docentes.

5.1.1 MANOEL PORFÍRIO ARANHA

Provido em 5 de Julho de 1839 e em 25 de Fevereiro de 1842. Cadeiras de Retórica, Poética e Geografia. (FERRONATO, 2012, p. 172).

O Sr. Manoel Porfírio Aranha, um dos chamados mestre-escola e literato, teria ministrado a aula de História nos anos de 1846, 1847, 1848 e 1850, bem como esteve à frente das cadeiras de Retórica, Poética, Geografia e Cronologia. Em 1851, com a aprovação da lei que separava as cadeiras, já mencionada anteriormente, Manoel Aranha assumiria apenas os saberes de Retórica e Poética.

O Sr. Dr. Francisco d'Araujo Lima - Presidente da Província e Barão de Mamanguape – assinalou sobre Aranha as seguintes palavras:

(...) Tendo seguido no vapor de 16 de abril para a côrte, à tomar assento na camara dos Srs. deputados, como um de seus representantes por este 1.º districto eleitoral, o digno Director, nomeei em 17 do mesmo mez para exercer este cargo interinamente o professor do Lyceu, o Sr. Manoel Porfírio Aranha. As habilitações do nomeado, que são bem conhecidas por V. Exc. são seguros garantes de que a instrucção publica continuará á receber aquelle impulso, que se faz necessario ao seu desenvolvimento e conveniente direcção. (EXPOSIÇÃO, 1861, p. 191).

Ao longo da documentação consultada, é notável o encontro de descrições desses homens de letras, relacionando-os e atribuindo-lhes cargos, ressaltando a contribuição e competência desses sujeitos para a instrução paraibana. Destacamos assim, um trecho de relatório da Instrução Pública, redigido por Manoel Porfírio Aranha, em 1861:

Em minha opinião todas essas cadeiras avulsas devem ser suprimidas logo, que vaguem afim de que a instrucção secundária se concentre no Lyceo, como é de summa conveniência. Além de que é manifesto e nenhum proveito que da existência dessas cadeiras pode resultar para a população, cuja vida e profissão nada tem de comum com os estudos clássicos. Em lugar dessas inuteis cadeiras de Latim, muito converia que se creassem nêssas localidades, ou nas que se julgasse mais apropriadas algumas escolas, onde se ensinassem os rudimentos indispensaveis ás opiniões industriaes. O conhecimento déssas noções seria sem duvida de summa vantagem para os habitantes déssas localidades, que ahi vivem abandonados sem a menor educação profissional; mas infelizmente os nossos fracos recursos tornão por ora impossivel a adopção dessa medida e forçoso é por tanto esperar para melhores tempos. (ANNEXO J, 1861, p. 200).

Observa-se nessa passagem do relatório, produzido por Manoel Aranha, certo teor para o significado dado aos saberes que estavam sendo aplicados no Liceu,

aos quais ele encontrou-se vinculado. A discussão sobre os saberes clássicos, de Humanidades e científicos estavam em pauta pela extensão territorial, no que concerne aos debates a respeito da instrução do Império Brasileiro. Também observamos a preocupação com os propósitos/utilidade do ensino em crítica aberta ao ensino propedêutico, mas que ao final é substituída pelo discurso dos fracos recursos.

Como já alertado, a prática de assumir diferentes funções/cargos públicos foi bastante frequente, inclusive entre os professores de História do Liceu da Paraíba do século XIX:

Será contado para a antiguidade do lente de Retórica do Liceu desta Província, Manoel Porfírio Aranha o tempo em que esteve fora do exercício de sua cadeira, por circunstância independente de sua vontade a contar de 18 de junho de 1849 a 30 de março de 1850 e o que decorreu de 10 de abril de 1857 a 18 de outubro do mesmo ano, em que esteve no Rio de Janeiro tratando de sua eleição pelo antigo quarto distrito eleitoral desta Província. Lei nº 122 – de 24 de dezembro de 1863. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 161)

O professor, diretor interino da Instrução Pública¹²², deputado da Assembleia Legislativa, Manoel Porfírio Aranha era um homem de recursos e produziu um relatório da Diretoria da Instrução Pública da Parahyba, em 29 de Junho de 1861: “O prédio da Câmara, segundo consta, pertencia ao Sr. Manoel Porfírio Aranha, que recebeu uma renda de 360 mil reis, relativo ao aluguel do andar térreo, e ao primeiro piso, onde havia funcionado a cadeia, no período de 1862 a 1867.”¹²³

Jubilado por meio do art. 23 da lei n.º 371 de 20 de Abril de 1870, e do art. 1º da de nº 421 de 29 de Novembro de 1870, (ANNEXO N. II, 1872, p. 390), assumiu o seu lugar, o Sr. Manoel Pedro Cardoso Vieira:

(...) Tenndo-se jubilado os professores (...) foram as respectivas cadeiras postas em concursos, e providas, a de latim no cidadão Antonio Alfredo da Gama e Mello, para a de Inglez Antonio Thomaz Carneiro da Cunha Junior, a de Rhetorica e Poetica no cidadão Manoel Pedro Cardoso Vieira. (FALLA, 1872, p. 387-388).

A nomeação de Manoel Pedro Cardoso Vieira foi realizada dois anos depois; ele também assumiria outras “matérias”, a saber:

¹²² “O presidente da provincia designa o professor do lyceu Manrique Victor de Lima para servir interinamente o lugar de director da instrucção publica, em substituição ao outro professor Manoel Porfirio Aranha, que passa a tomar assento na Assembleia legislativa provincial.” (Jornal *A Regeneração* - 14/08/1861 - Expediente do Governo / Dia 2 de agosto).

¹²³ Retirado de <http://cgretalhos.blogspot.com.br>. Criado por Adriano Araújo e Emmanuel Sousa.

Tendo completado mais de 30 annos no exercício do magistério o Professor de Geometria, Manrique Victor e Lima, foi elle jubulado por acto da Presidencia de 17 de Novembro do anno passado. Para leccionar esta matéria foi, por acto da mesma data, removido da cadeira de Rhetorica o Bacharel Manoel Pedro Cardoso Vieira, sendo nomeado para seu lugar o Bacharel Eneas de Arrouchellas Galvao independentemente de concurso, em virtude de autorisação. (RELATÓRIO, 1876, P. 427)

Em 20 de setembro de 1879, uma portaria indica a sua substituição, em virtude de seu falecimento. (RELATÓRIO, 1880, P. 445).

5.1.2 CLAUDIANO JOAQUIM BEZERRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Claudiano Albuquerque¹²⁴ - foi nomeado em 9 de abril de 1842. Seu vínculo com a disciplina de História concerne a sua responsabilidade de professor substituto das cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Poética, Geografia, Cronologia e História.¹²⁵

(...) Por Portaria de 4 do mez findo forão concedidos ao Substituto do Lyceu desta Cidade Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, trez mezes de licença sem vencimento, em continuação do que obteve em data de 11 de Fevereiro passado. (ANNEXO J, 1861, p. 196).

As licenças foram uma questão presente nos relatórios dos presidentes de província por todo o oitocentos. A legislação apresenta uma diversidade de situações em que as licenças são concedidas ora com ordenado, ora sem, e também no que se refere aos diferentes períodos de licença.¹²⁶ A relação das discussões entre as licenças e os professores substitutos se associa ao ponto de justificar que os excessos de licenças diminuiriam caso se colocasse fim, a adoção dos professores substitutos. Esta temática será melhor desenvolvida no próximo tópico.

Ferronato (2012) elaborou um quadro sobre os alunos do Liceu¹²⁷ no qual aparece o nome de Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti duas vezes. Na primeira menção no ano de 1846, para a disciplina de Latim e Filosofia, tendo como origem a Cidade da Parahyba, provavelmente com 18 anos. Na segunda vez, no ano de 1848 (com a indicação da idade de

¹²⁴ A variação da escrita do nome desse professor (e dos outros apresentados posteriormente) se dá por toda a documentação por nós pesquisada.

¹²⁵ Encontramos em 23 de Março de 1850, a Lei nº 4 – nela é reintegrada a Claudiano Albuquerque a substituição das cadeiras supracitadas.

¹²⁶ “(...) O presidente da provincia concede ao professor de rhetorica do lyceu Manoel Porfirio Aranha trinta dias de licença com vencimento, como elle requereu, para tratar de sua saude.” (Jornal *A Regeneração* - 26/10/1861 - Governo da província / Expediente do governo).

¹²⁷ Do período de 1844-1867. (FERRONATO, 2012, p. 240).

20 anos) ele teria se matriculado em Latim, Francês e Filosofia. Neste segundo momento também há a informação de sua filiação paterna – Leonardo Bezerra Cavalcante (deputado provincial nas legislaturas de 1838-1839, 1842-1843, 1844-1845, 1850-1851, 1852-1853), e que também apareceu como pai de Leonardo Bizerra Cavalcanti Junior, também relacionado ao ensino de Latim.

O mesmo autor (2012, p.187) identifica um Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti, ex-aluno do Liceu como deputado provincial nas décadas de 50, 60 e 70 do século XIX. Até o fechamento dessa dissertação não encontramos maiores informações para o cruzamento de dados, mas fica a possibilidade desse professor ter sido o mesmo que atuou como professor substituto e secretário do Liceu Oitocentista da Paraíba.

5.1.3 THOMÁS DE AQUINO MINDELLO

Thomás (Tomás ou Thomaz) de Aquino (d'Aquino) Mindello (Mindêllo) - provido em 19 de Janeiro de 1852, atuou nas cadeiras de Geografia, Cronologia e História.

“(...) contando, pois, 37 annos de effectivo exercício, e cousa admirável! Durante todo esse período deu apenas 15 faltas! E não foi somente a cadeira de Geographia que o distincto professor illustrou durante o seu longo tirocínio, pois até 1885 esteve esta cadeira ligada a de Historia, sendo desmembradas naquelle anno e nomeado para esta ultima o não menos distincto Dr. Ernesto Freire que continuou a illustrar-a honrando assim o seu antecessor.” (Jornal *Gazeta* Volume 2 - O commendador Mindello - 13/03/1889)

Identificado pelo Presidente da Provincia o Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque como “moço intelligente e estudioso” (RELATORIO, 1852, p. 81) ministrou igualmente aula de Latim na Capital para o sexo masculino (com 15 alunos); em 1866, tinha 20 alunos, e em 1867, 27. Também foi secretário da Instrução Pública da Paraíba nos anos de 1853¹²⁸, 1854, 1856¹²⁹, 1858, 1859 e 1872. Quando o mesmo assume o cargo de secretario (recebendo assim uma gratificação para isso), os mapas que contém a sua participação no item do conjunto de saberes que compõe Geografia, Cronologia e História é colocado apenas o termo

¹²⁸ “(...) Tendo pedido demissão do cargo de Secretario da instrucção publica o Substituto do Lyceo Rufino Olavo da Costa Maxado, dei-lh’a, e nomeei em data de 11 de Fevereiro ultimo para exercer aquelle cargo o Professor de Geographia Thomaz de Aquino Mindêllo.” (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 84).

¹²⁹ “(...) Tendo partido a Côrte o Secretario Bacharel Lindolfo José Corrêa das Neves, nomeei para substituil-o o interinamente o Professor do Lycêo Thomaz d’Aquino Mindello, que já por outras vezes tem satisfactoriamente exercido o referido lugar. Estas são as informações que n’este momento posso dar-vos; vossas luzes e patriotismo supprirão o que n’ellas falta.” (FALLA, 1856, p. 127).

Geografia. Em 1884, foi nomeado para compor o Conselho do Ensino Provincial, criado pelo Artigo 188 do Regulamento nº 30, do mesmo ano. (OFFICIO, 1884, p. 484).

Segundo Ferronato (2012) também participou de muitas bancas de exames (p. 191), secretário do Liceu nos anos de 1854, 1855 e 1856 (p. 232) e diretor do Liceu nos anos de 1886, 1887¹³⁰ e 1888 (p. 229)¹³¹. Jubilado em 1871, através da lei nº 421, de 29 de novembro. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103). A citação abaixo nos infere acerca da ligação entre os professores do Liceu e da Escola Normal:

Por portaria de 16 de Novembro foi nomeado Reitor o professor Thomaz de Aquino Mindello. Era professor antigo, e pessoa respeitavel por seu saber e virtudes. (...), e para a de historia o Bacharel Ernesto Augusto da Silva Freire, ambos por portarias de 16 de Novembro. O professor Thomaz Mindello fez em tempo opção pela cadeira de geographia. Todos os antigos professores da Escola Normal foram conservados nas cadeiras do Lyceu, que tinham a mesma designação. (FALLA, 1886, p. 497).

Uma das atribuições dos cargos desse professor que exercia diferentes cargos públicos (secretário, diretor e reitor), era a produção de um quadro que indicava as escolas e colégios do ensino primário e secundário, para ambos os sexos, e que deveria ser remetido à secretaria da instrução, “declarando no mesmo quadro os nomes dos professores, directores, condições do provimento, numero dos alumnos matriculados e dos frequentes. (...)” (RELATORIO, 1880, p. 444-445).

Intitulado igualmente de comendador, Mindello, “o mais antigo dos professores do Estabelecimento”, receberia a gratificação anual de 600\$000 réis. (RELATÓRIO, 1888, p. 522). Uma questão relevante é a atuação de seu filho Thomaz d’Aquino Mindello Junior¹³²

¹³⁰ “(...) Continua como reitor o commendador Thomaz d’Aquino Mindello, illustrado professor de geographia e cidadão muito conhecido por suas virtudes, prestigio e sympathias no estabelecimento a que pertence. (...) Tenho inteira confiança no espirito justiceiro da corporação dos professores do Lycêu, em cuja independencia e illustração descança a regeneração dos exames n’esta cidade e o desenvolvimento dos estímulos na juventude para os conhecimentos preparatorios, sem os quaes os estudos superiores, como é sabido, carecerão de base, e o pergaminho será uma irrisão.” (FALLA, 1887, p. 516-517).

¹³¹ Art. 10 – No impedimento do Diretor, servirá como Vice-Diretor o professor mais antigo, e neste caso, e durante o tempo da Diretoria se observará a regra estabelecida no Art. 7; (...). RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. CAPÍTULO 1º. Do pessoal do Liceu. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 99).

¹³² Segundo a página eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o mesmo foi denominado de: “EDUCADOR E POLÍTICO. Nasceu aos 30 de maio de 1860, na capital da então Província da Paraíba. Recebeu o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas, em 1884. Já em 1885, foi nomeado Promotor Público da capital. Em 1889, substituiu como professor catedrático de Geografia, no Liceu Paraibano, o seu próprio pai, o Comendador Tomás d’Aquino Mindelo, então jubilado. Dirigiu aquele estabelecimento de ensino por mais de uma vez. Exerceu ainda o magistério na Escola Normal Oficial do Estado. Eleito Deputado, tornou-se um dos Constituintes de 1892. Foi ainda advogado da outrora Estrada de Ferro Conde d’Eu e da The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd. Distinguiu-se como um dos fundadores do Montepio do Estado e do Clube Astréa. Seu nome patrocina o primeiro Grupo Escolar criado na capital. Faleceu a 3 de dezembro de 1934.”

também como professor nos espaços escolares da Paraíba Oitocentista, atuando juntamente ao pai, nos anos finais do século, mais precisamente na década de 80 do XIX.

A atuação de Thomaz Junior foi criticada pela imprensa da época¹³³, - Commentava-se ontem... que o negocio da cadeira de Geographia está engasgado e o concurso so encalhado...” (Jornal *Gazeta* - Volume 2 - 04/09/1889). Dessa forma, em 7 de setembro de 1889 (Jornal *Gazeta* - Volume 2) foi nomeado o Sr. Dr. Cícero Brasiliense de Moura, como professor de geographia e historia do Externato Normal. Encontramos referência deste professor sendo examinador da cadeira de Retórica nos exames do ano de 1889. E apesar de sua indicação para assumir a cadeira de História, não encontramos maiores referências sobre o devido professor.

5.1.4 ERNESTO AUGUSTO DA SILVA FREIRE

Pernambucano, (1846 – 1911), professor de História e desenho do Liceu Paraibano e do Externato Normal, formado pela Faculdade de Direito do Recife¹³⁴. Para além do plano docente, esteve atrelado a outros cargos como: Juiz Municipal da Capital, Chefe de Polícia, Juiz de Direito da Capital e membro do Superior Tribunal de Justiça. Também foi sócio do Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), criado em 1905.

O Bacharel, Ernesto Freire, estudou Direito na década de 70 do século XIX, e em 1886, foi nomeado para ministrar a cadeira de História do Liceu Paraibano:

§ 1º. LYCEU PARAIBANO. (...) Para a cadeira (...) historia o Bacharel Ernesto Augusto da Silva Freire, ambos por portarias de 16 de Novembro. O professor Thomaz Mindello fez em tempo opção pela cadeira de geographia. (...) Por quatro vezes funcionou, depois da reforma, a congregação dos professores, e em uma das sessões foi eleito o professor Ernesto Freire

http://ihgp.net/socios_fundadores2.htm. Thomaz Junior foi mais um exemplo de personagem que assumiu diferentes posições, entre elas, políticas e educacionais.

¹³³ “Depois da remoção do Dr. Mindello Junior do cargo de promotor (...) para lente vitalício (...), comquanto só possa ser feito mediante concurso (...) o provimento das cadeiras daquelle estabelecimento, depois desse rápido – *passe* – produzido pela varinha mágica do Barão que, enquanto o diabo esfrega um olho, fez o Dr. Mindello Junior voar do tormentoso e temporário cabo da Promotoria para o bonançoso e vitalício lago da Geographia, em que mais se falla é nas gratificações, com grande desespero do D. Luiz que até esta data não conseguiu uma *lista exacta* dos primeiros gratificados e já andamos na duodecima lista! (...)” – Manda quem póde. (Jornal *Gazeta* - Volume 2 - 17/03/1889 - Folhetim / Aos domingos).

¹³⁴ Art. 1º E' autorizado o Governo para mandar admittir á matricula do 5º anno da Faculdade de Direito do Recife, o estudante ouvinte Ernesto Augusto da Silva Freire, depois de feito o exame das materias do 4º anno. Decreto nº 2.408, de 17 de Setembro de 1873. Retirado de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2408-17-setembro-1873-550939-publicacaooriginal-67006-pl.html> e <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/191194-autoriza-o-governo-para-mandar-admittir-a-matricula-do-5-anno-da-faculdade-de-direito-do-recife-o-estudante-ernesto-augusto-da-silva-freire.html>

para fazer parte do Conselho Superior do ensino, na forma do art. 7.º da Resolução de 31 de Março ultimo. (FALLA, 1886, p. 497).

Professor também do Externato Normal¹³⁵, ministrou igualmente aula de desenho, chegando a produzir algumas obras: “Na parede, emparelhados, e com espaço regular entre ambos, estavam dois retratos, pintados a óleo pelo Dr. Ernesto Freire, indiscutível valor mental, professor, vocação artística completamente esquecida na memória dos seus conterrâneos.”¹³⁶

Outros cargos atribuídos ao Bacharel foram o de diretor geral¹³⁷ e o de representante do Conselho Superior do Ensino Provincial¹³⁸.

Salientamos ainda acerca dos mestres vinculados à disciplina de História, a respeito do Frei, Professor e Diretor da Instrução Pública Fructuoso da Soledade Sigismundo, temos a informação de que:

(...) em 1849, foi provido interinamente na referida cadeira na qual seguiu por seis meses, no mesmo ano também ministrou as aulas de retórica, poética, geografia, cronologia e história onde permaneceu até março de 1850, quando foi reintegrado na cadeira de inglês e permaneceu até o ano de 1871 quando foi jubilado. (SILVA, 2013, p. 34).

A referida autora também destaca alguns artigos da Reforma Geral da Instrução de 1864, que foram ressaltados pelo Frei Fructuoso. Entre eles estava o “Art.1. º§ 3: Nas escolas da instrução superior o ensino compreenderá, além das matérias do parágrafo antecedente: elementos de geometria, e noções do evangelho, e da geografia e história do Brasil.”

Passamos agora a dialogar acerca desses sujeitos no universo do quadro dos discentes liceais substitutos e suas necessidades como professores, e professores de História do ensino secundário oitocentista.

¹³⁵ “§2º. EXTERNATO NORMAL. (...) Foram conservados nas respectivas cadeiras os professores que estavam servindo. Para a de desenho nomeei o bacharel Ernesto Augusto da Silva Freire. (...) Não foi provida a cadeira de historia, porque só deve funcionar no terceiro anno do curso, no qual ainda não há alumnas matriculadas.” (FALLA, 1886, p. 498).

¹³⁶ http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/pequeno_d.pdf

¹³⁷ § 3º. INSTRUÇÃO PRIMARIA. (...) De 1 de Dezembro até 30 de Janeiro serviu interinamente o cargo de director geral o professor Ernesto Freire (...). (FALLA, 1886, p. 500).

¹³⁸ CONSELHO SUPERIOR. (...) A congregação do Lyceu elegeu seu representante o professor Ernesto Freire (...). (FALLA, 1886, p. 503).

CONSELHO SUPERIOR DO ENSINO PROVINCIAL. (...) Para representar o lyceu parahybano foi reeleito pelos professores desse estabelecimento, em congregação de 6 de Maio, o bacharel Ernesto Augusto da Silva Freire (...). (FALLA, 1887, p. 519).

5.2 A QUESTÃO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS DE HISTÓRIA

A formação do quadro de professores substitutos é provida em lei desde a organização inicial do Liceu Paraibano, em 1836. A lei que definiu o seu papel e ordenado foi a Lei de 15 de outubro de 1827¹³⁹. A proposta inicial foi de dois professores substitutos, porém dois anos após essa lei preliminar, no quadro dos professores apareceu a necessidade de inserir outros docentes:

N'esta Capital ha hum Lycêo, (...). Mas, ou por que seja hum novo estabelecimento, e seja da condição das cousas novas encontrar embaraços, (...), considero que este estabelecimento inda não nos offerece todas as vantagêns. Duas são as Substituições únicas que existem para todas as Aulas; e me parece pouco possível que, no caso de faltarem dois, ou mais Lentes das Cadeiras para as quaes ha hum Substituto, o que bem pôde acontecer, e de facto acontece, o Substituto competente possa preenxer todas estas faltas; julgo pois conveniente a criação de mais hum substituto, que possa, no caso apontado, sanar o mal, de que é para recear; (...). (FALLA, 1838, p. 26).

Como já indicado no tópico anterior, o professor substituto da cadeira de História, era o Claudiano Albuquerque. Os professores responsáveis pelas demais áreas do saber ao longo do século XIX foram, o professor José Lourenço Meira, Rufino Olavo da Costa Maxado, Francisco Lucas de Souza Rangel.

Observa-se o “revezamento” do cargo de secretário entre os substitutos:

Art. 8º – A secretaria do Liceu fica a cargo do segundo substituto, no impedimento deste servirá o primeiro, e no impedimento, ou falta de ambos o Diretor encarregará a qualquer dos professores, segundo a ordem direta e numérica das cadeiras. O que estiver efetivamente encarregado deste expediente perceberá a gratificação mensal de 6\$400 réis, a qual cessa durante as férias.” CAPÍTULO 1º. Do pessoal do Liceu. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 99)

Destacaremos algumas questões que perpassaram o universo educacional dos professores substitutos, entre eles: os seus salários e a necessidade ou não da existência dos professores substitutos.

(...) Para ter bons professores, não basta, como entendem alguns, augmentar-lhes os ordenados. Esta medida applicada aos que já existem, seria em pura

¹³⁹ “Art. 1º – Fica estabelecido nesta Cidade um Liceu, que será composto dos professores das cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia, e primeiro ano Matemática, já criadas na mesma Cidade, de dois substitutos, um para estas duas últimas cadeiras, e outro para as três primeiras; e finalmente em porteiro. (...) Art. 6º – Os substitutos, de que trata o mesmo artigo 1º serão providos na forma da Lei de 15 de outubro de 1827, e perceberão o ordenado anual de quatrocentos mil reis cada um.” Lei nº 11 – de 24 de março 1836. (PINHEIRO & CURY, 2004, p.5)

perda, e aos futuros trará muito pouco proveito, se por ventura não for acompanhada de outras providencias. Cumpre antes de tudo crear professores, educa-los convenientemente, prepara-los em fim para essa tão cheia de cuidados e sacrificios, como é a do verdadeiro mestre. (...) (EXPOSIÇÃO, 1855, p. 113).

A discussão sobre os valores dos ordenados dos professores, ao longo do século XIX, foi uma constante no universo dos professores primários e secundários. Destacaremos nesse subtópico, esta questão para os professores secundários intitulados pela documentação como substitutos. Porém antes, uma visão geral do quadro docente do Liceu Provincial da Paraíba apresentada por Ferronato (2012):

(...) Nos primeiros dez anos de funcionamento do Lyceu, observamos que as questões de ordem administrativas e disciplinares tomaram mais tempo dos seus administradores e professores, ficando, por conseguinte, as preocupações didáticas e pedagógicas relegadas a um segundo plano. (FERRONATO, 2012, p. 161-162).

Considerando os dados legislativos de 1827, a respeito dos salários dos professores substitutos, observa-se um aumento de 100\$000, para o ano de 1840, porém continua inferior aos professores “oficiais” das cadeiras, que receberiam de 600\$00 a 700\$000:

Nº 17. A Assembléa Legislativa Provincial Decreta. (...) Título 4º. Instrucção Publica. § 11 com o Licêo nesta cidade 9:100\$000. (...) O ordenado dos Lentes das cadeiras de sciencias e artes será de ora em diante de 700\$000, e o das línguas 600\$000. Alem das substitutas já creadas haverão mais dous com o ordenado cada um dos quatro de 500\$000. Um dos substitutos servirá para as cadeiras de gramática de Língua Nacional, e comercio; outro para as de Francês e Inglês, outro para as de Latim, História e Geografia; e o quarto para as de Filosofia e Geometria. Vagando a qualquer das duas cadeiras de História, ou de Geografia não será mais provida; e o governo da Província as reunirá como antes, sob a regência do Lente que ficar. (...). Paço d’Assembléa Legislativa Provincial da Paraíba do Norte 19 de novembro de 1840. (...) Palácio do governo da Província da Paraíba 28 de novembro de 1840. (FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA IMPERIAL: DOCUMENTOS DIVERSOS (1821-1860), 1840, p. 71-72)

Este documento também nos traz a indicação sobre a reunião das cadeiras, que atrelaria ao professor substituto - no caso para o ensino de Latim, História e Geografia. Relevante é a separação destacada para o grupo de disciplinas (ciências, artes e línguas). Estaria assim, a cadeira de História no campo das ciências e artes. Nos estudos de LORENZ; VECHIA (2011, p. 123) para o plano de estudos do Colégio Pedro II é apontada a seguinte classificação: estudos clássico-humanísticos, ciências, matemática e estudos sociais. História e Geografia

faziam parte da última parte desta divisão, e estariam no plano dos estudos complementares (ano de 1838); tendo a primeira 12h de aula, e a segunda 11h. No ano de 1841 e 1857, História já se apresenta com 15h. Em 1862, constavam 30h. (LORENZ; VECCHIA, 2011, p. 124, 130 e 132). Um detalhe é a distribuição dessa disciplina e suas subdivisões, explico: para cada ano havia uma relação do “rol” das disciplinas, tais como História, História Antiga, História da Idade Média, Corografia e História do Brasil, História Moderna e Contemporânea e História Universal que só aparece em 1890.

Com a Resolução 26 – de fevereiro de 1846, retorna-se para a quantidade de dois substitutos¹⁴⁰, porém aparece o fator da vitaliciedade tanto para professores quanto para os substitutos. O ordenado decai novamente para 400\$000 mil réis, porém, “Art. 7º – O substituto que estiver no exercício de qualquer cadeira por mais de trinta dias perceberá o ordenado do professor, quando este o não tenha. Esta disposição não terá lugar em tempo de férias.” CAPÍTULO 1º. Do pessoal do Liceu. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 98). Em 1858, esta disposição é repetida em lei, mas com o prazo do exercício diminuído e acréscimo da gratificação, isto é: “Art. 4º O substituto do Liceu, no exercício de qualquer cadeira, por mais de quinze dias, terá direito, além de seus vencimentos, a gratificação do professor por ele substituído.” Lei nº 9 – de 29 de outubro de 1858. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 36)

Em 1846, igualmente, o 1º substituto, que atendia a cadeira de História, ministraria também aula de Retórica, poética, geografia, cronologia e história; – Filosofia racional e moral.

A década de 50 do século XIX nos traz uma tonante sobre o quadro de substitutos e a relação com os concursos:

(...) Forão declaradas vagas e postas a concurso pelo meu Antecessor a Cadeira de Rhetorica, e Substituições. Hum dos substitutos sugitou-se a concurso, e foi provido na Substituição; o outro porém, assim como Professor de Rhetorica, negou-se a comparecer em concurso. A Cadeira foi provida pelo meu Antecessor independente do concurso, não assim a Substituição, que ainda esta vaga. Pesso-vos que tomeis em consideração este negocio, e que delibereis o que entenderdes justo, para que Vos prestarei

¹⁴⁰ “Art. 1º – O pessoal do Liceu compõem-se de sete professores, cinco proprietários, dois substitutos, classificados 1º, 2º e de um Bedel. A reunião dos professores forma a Congregação que será presidida por um Diretor nomeado pelo Presidente da Província. (...) Art. 3º – Fica restabelecida a vitaliciedade dos professores e substitutos. (...) Art. 4º – Os professores perceberão o ordenado anual de setecentos e vinte mil réis, os substitutos de quatrocentos mil réis, e o Bedel de quatrocentos mil réis. O Lente, em quem recair a nomeação de Diretor terá a gratificação de oitenta mil réis por ano.” CAPÍTULO 1º - Do pessoal do Liceu. RESOLUÇÃO 26 – DE FEVEREIRO DE 1846. (PINHEIRO & CURY, 2004, p.98)

os esclarecimentos necessários os documentos que Vos serão apresentados. (RELATÓRIO, 1850, p. 68).

Segundo a documentação consultada, o professor substituto de Retórica (Claudio Albuquerque), naquele ano, estaria na função de secretário. Não temos conhecimento, até o momento da razão de impedimento ou de negação para o mesmo se submeter ao concurso.

Para o ano de 1854, o “ordenado dos professores do Lyceu é elevado a oitocentos mil réis fixos e duzentos mil réis de gratificação: o dos substitutos a quatrocentos e cinquenta mil réis (...)” Lei nº 18 – de 23 de junho de 1854 (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 164).

O Presidente da Província, Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, em 3 de maio de 1852 nos coloca o seguinte:

(...) creei o lugar de Director accumulado por algum dos Professores do Lyceo com a gratificação de 480\$000 rs., (...) Tenho a convicção de que os professores do Lyceo são mal pagos; mas curvado diante da penuria sempre constante dos cofres provinciaes, não pude melhorar a sorte desses habéis professores. Se á vós coubesse a fortuna de dar á intelligencia o seu verdadeiro valor, praticareis um acto meritorio. (...) É preciso fazer do professorato uma carreira de vida honesta e util, só trilhada por homens moralizados, trabalhadores e devotados á educação da mocidade, e certo esse fim não será conseguido sem conceder-se á vida alguma vantagem. (RELATORIO, 1852, p. 80).

São nos meados do século XIX que começam a aparecer as indicações (negativas) a respeito dos ordenados dos professores liceais. A fala do presidente, acima, também chega a denotar uma relação da questão qualitativa dos professores estarem associadas à questão quantitativa de seus salários. No ano seguinte, o diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, assinala:

(...) Exigir de um homem, não digo d’um anjo, bons serviços e decretar-lhe uma recompensa mesquinha e, segundo penso, uma vontade contraditória, uma violação palpavel das leis da logica, (...). Não foi esquecida a sorte dos Professores do Lyceo por V. Exc., que, reconhecendo a insufficiencia dos seus ordenados, recomendou seu melhoramento á Assembleá Legislativa Provincial na sessão do anno passado. Nenhuma providencia comtudo foi adoptada no sentido de tornar menos desfavoravel a situação dos Empregados. (RELATÓRIO, 1853, p. 87).

Ao longo dos anos, os discursos acerca dos salários inferiores às habilidades dos professores tomaram conta das expressões dos presidentes, diretores da instrução pública, e até mesmo dos professores¹⁴¹.

O 2.º Vice-Presidente da Província da Parahyba, o Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em 7 de outubro de 1853, destaca:

(...) Si muito ainda há que reformar n'esse ramo da administração publica da mais alta utilidade e importancia para que d'ella possamos colher todos os resultados eminentemente vantajosos e beneficos; (...) É porem da mais reconhecida utilidade augmentar os vencimentos dos professores publicos, (...). (EXPOSIÇÃO, 1853, p. 95).

Cada vez mais, foi reconhecida a necessidade de se aumentar os vencimentos dos professores do Liceu. “(...) O diretor conclue o seu relatorio lembrando as seguintes providencias: (...) 2.º Remuneração condigna aos professores da instrucção publica, incluidos os da instrucção secundária; (...) 10.º Supressão das duas substituições do lyceu; (...)” (RELATORIO, 1858, p. 149-151).

Outra questão que envolveu esses sujeitos foi a sua relação com o ensino particular, tendo em vista que os professores liceais deveriam dar privilégio à docência no ensino dentro das paredes do Liceu: “(...) É preciso augmentar os vencimentos dos professores do Lycêo até 2:000\$00 rs, prohibindo-se absolutamente o ensino particular seja na matéria de sua cadeira, seja em qualquer das outras.” (RELATÓRIO, 1874, p. 406).¹⁴² Dez anos depois, encontramos a seguinte colocação pelo diretor Eugenio Toscano de Brito:

(...) Si não hoje, amanhã será uma necessidade elevar o ordenado dos professores do Lyceu á 2:400\$000 rs, annuaes, necessidade esta que já era reconhecida, em 1875, pelo ex-Presidente desta Província, Commendador Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, (...). Seja como for, há hoje mais gosto para-o ensino do Lyceu, e os lentes sem excepção cumprem com muita regularidade os seus deveres. (...) Para remediar esses males só conheço dous correctivos: augmento dos vencimentos e Escola Normal. (ANNEXO E, 1884, p. 488-492).

¹⁴¹ Trecho de relatório do Presidente, Exm. Sr. Dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio, em 4 de Outubro de 1882: “(...) No dia 23 do corrente recebi um requerimento dos lentes do Lycêo pedindo augmento de vencimentos. Nenhum despacho proferi sobre essa pretensão aliás muito justa, porque estava próxima a vossa reunião e sois os competentes para augmentar as despesas publicas.” (RELATÓRIO, 1882, p. 472). Esse pode ser um dos motivos que a imagem dos professores do Liceu foi sendo alterada até os anos finais do século XIX. Ou melhor, não mais elogiada quanto antes.

¹⁴² “(...) no caso específico da Província da Parahyba do Norte, ocorreu o desestímulo para que professores do Lyceu oferecessem aulas particulares. Essa foi uma das bases da política implementada pelos conservadores no que tangeu ao ensino secundário (...).” (FERRONATO, 2012, p. 67).

Sobre “o problema” das substituições, o Presidente da Província Antonio da Costa Pinto Lisboa, em 5 de Agosto de 1856, afirma:

(...) algumas medidas para as quaes chamo a vossa attenção por me parecerem adoptaveis. É uma d’ellas a extinctão do actual systema de substituições que a experiencia tem mostrado ser improficuo e mesmo prejudicial; devendo ficar definitivamente estabelecido por lei que, em seus impedimentos, os Professores se auxiliem mutuamente, sendo designado pela Directoria, d’entre os que estiverem em effectividade o mais apto para o exercicio da Cadeira vaga, mediante uma gratificação condigna a esse trabalho additional. (FALLA, 1856, p. 127).

Para o caso do professor substituto que atendia as necessidades do ensino de História no Liceu Paraibano, podemos dizer que o mesmo se manteve até os anos finais do século XIX, ora assumindo o cargo de secretário, ora o de “professor proprietário”, tendo em vista as licenças dos professores titulares da cadeira/disciplina.

Em âmbito legislativo foi elaborada a seguinte lei: “§ 6º – Ficam extintos os lugares de substitutos do Liceu, logo que forem jubilados ou demitidos os atuais.” Lei nº 12 – de 8 de agosto de 1860. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 39), o que como já colocamos, não atingiu diretamente a pessoa de Claudiano Albuquerque.

Acompanhamos que a presença dos professores substitutos, ora foi defendida¹⁴³, ora foi atacada pelos presidentes e diretores da instrução pública¹⁴⁴. Seus salários, inferiores aos professores “oficiais” também sofreram modificações ao longo do século.

¹⁴³ (...) Se o Professor proprietario vence mensalmente, além de 100\$000 rs. de ordenado mais 16\$000 rs. de gratificação, não se comprehende a razão porque ao mesmo serviço prestado accidentalmente por um substituto se marque apenas 50\$000 de gratificação! Quando se lhe não dêem os mesmos vencimentos que percebe o professor, ao menos com justiça se lhe não póde recusar o simples ordenado. (ANNEXO N.2., 1867, p. 310).

¹⁴⁴ Manrique Victor de Lima, Diretor da Instrução Pública, adiciona: “O systema mais proficuo e economico é o das substituições dos Professores uns pelos outros, designando o Director d’entre os effectivos o mais idoso para reger a cadeira vaga. (...)” (RELATÓRIO, 1857, p. 144).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertar acerca da disciplina de História no Liceu da Paraíba Oitocentista foi uma tarefa interligada a diferentes e amplas temáticas e objetos de pesquisa, com os quais fomos nos deparando ao longo da pesquisa. Objetos, sujeitos, métodos – foram alguns dos caminhos percorridos para o diálogo com as disciplinas escolares e o ensino de História no século XIX, que já apresenta vasta discussão por parte da historiografia brasileira. Porém, faltava-lhe a escrita paraibana, sua formação e desenvolvimento, assim como seu posicionamento no cenário nacional.

Saber que nasce atrelado a um plano educacional e político: seja pela organização da legislação e construção do aparato físico para a instalação do campo escolar, e de sua relação com outros saberes, principalmente o geográfico; seja pela montagem burocrática de formação do Estado Nacional Brasileiro. A disciplina de História permeou entre essas composições dentro e fora das instituições escolares, nesse caso, o Liceu Paraibano.

O objeto aqui discutido se apresentou como disciplina escolar na segunda metade do século XIX, com uma gênese, objetivos e características de funcionamento. Em 1886, com a publicação do Regulamento de 14 de Janeiro do Externato Normal identificamos que se colocava clara a divisão de conteúdos a serem ensinados, incluindo o que se destinava para o ensino de história. Os métodos e as obras indicadas para o ensino de História no âmbito da instrução secundária paraibana formaram um universo de conexões com o ensino primário, assim como a circulação de obras com outras províncias que apresentaram recomendações semelhantes, o que permite a releitura e organização de outros estudos sobre a temática.

O ensino de História, da Paraíba Oitocentista esteve atrelado ao modelo proposto pelo Governo Imperial através dos parâmetros do IHGB, porém possuiu suas particularidades. Observamos que no Colégio Pedro II a participação dos “conteúdos históricos” possuem uma maior relevância em comparação com o de Geografia; o que se difere do caso paraibano, que a cadeira de Geografia acabou ganhando maior destaque ao longo da documentação; a História Sagrada é outro fator – presente no ensino secundário no RJ e ausente na província paraibana.

Destacamos também que apesar das cobranças e críticas realizadas aos professores da instrução secundária do Liceu da Paraíba Oitocentista frente aos problemas do quadro docente, das questões materiais e salariais e de sua missão de direcionar a mocidade, eles tiveram a sua imagem resguardada pelos discursos jornalísticos e das autoridades provinciais, como profissionais exemplares para a sociedade e seus educandos. Esses sujeitos

eram pessoas importantes e de posses no contexto paraibano, como também possuíam influência política, o que possivelmente proporcionou uma maior comunicação com outras províncias.

Tratamos aqui de traçar uma investigação que envolveu diversas perspectivas, sejam de fontes, de leituras e de leitores. A busca de cada documento, o cruzamento de dados, a separação de cada sessão, entre outros momentos, ao longo desses dois anos, permitiu-nos mais uma vez compreender que a História é formada por processos, assim como sua escrita.

Sendo assim, essa pesquisa foi um desafio desde seu momento inicial, pois se tratou de um anseio desde os primeiros contatos com a pesquisa de iniciação científica. Algumas lacunas permaneceram, porém, apesar da dissertação apresentada refletir as dificuldades documentais e, conseqüentemente, interpretativas, reflete também a possibilidade de uma leitura e escrita sobre o ensino de História na Paraíba Oitocentista, como um pontapé para outras visões e narrações acerca da História da Educação e das Disciplinas Escolares ao longo do século XIX no Brasil Oitocentista.

Por fim, a historiografia paraibana tem dado passos significativos no sentido de dialogar com a produção da História do Brasil. Dessa forma, nosso trabalho segue na direção de contribuir para a escrita da história do ensino de História na Paraíba no caminho de compreendermos a complexa história do Brasil ao longo do século XIX.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. A história nossa de cada dia: Saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: GASPARELLO, Arlete Medeiros. et. al. (Orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.p. 107-117.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: Gonçalves, Marcia de A.; Rocha, Helenice Ap. de B.; Resnik, Luís; Monteiro, Ana M. F. da C. (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. Tese. JP: PPGE-UFPB, 2010.

ARIAS NETO, José Miguel. (org.) **Dez Anos de Pesquisas em Ensino de História – VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: Atrito Art, 2005.

BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto. BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **A influência francesa nas escolas da província da Paraíba no Século XIX**. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. 2013. Disponível em: http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Sara_Cavalcanti%20-%20Socorro_Barbosa.pdf.

BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto. **Uma História da Leitura: Os Livros Didáticos na Paraíba no Segundo Reinado**. 2014. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_142.pdf.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOUX, Jean-Pierre (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa. 1998. p. 349-364.

BEZERRA, Alcides. A Imprensa na Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Ano XIV. Vol5. Parahyba do Norte. 1922. p. 51-64.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Disciplinas escolares: História e Pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda. RANZI, Serlei Maria Fischer. **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. “História e política: laços permanentes”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol 12, No. 23/24, 1991/2, p. 7-18.

BURKE, Peter, 1937 - **O que é história cultural?** Tradução Sergio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa. Novas conversas e antigas controvérsias: um olhar sobre a historiografia do ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. CAIMELLI, Marlene Rosa. OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

CASTRO, C. A. **Leitura, Impressos e Cultura Escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. **Teoria e Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n. 2, 1990. p. 177-229.

COSTA, Aryana L. e OLIVEIRA, Margarida M. D. de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. IN. **SAECULUM, nº 16 – Dossiê “História e Cultura Histórica”**. João Pessoa, jan/jun. 2007. p. 147-160.

CUNHA, André Victor C. Seal. Diálogos com o cavaleiro inexistente: o Ensino de História enquanto campo de pesquisa. IN. **Revista História & Ensino**, Londrina, v.2, n. 17, p. 219-234, jul./dez. 2011.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CURY, Cláudia Engler. As práticas instrucionais no Liceu Paraibano (1836-1889): a configuração dos planos de ensino e o ensino de História. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de Hist. da Educ.** - Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de Hist. da Educ. Uberlândia: Digital CDVD Ltda. Alan Petrônio, 2006. v. 01. p. 01-08.

CURY, Cláudia Engler. FERRONATO, Cristiano de Jesus. Em busca de leitores e suas práticas na Parahyba dos Oitocentos: espaços de leitura, locais de venda e constituição de acervos. In: BERGER, André Miguel e NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas C. do. **Imprensa, impressos e práticas educativas: estudos em história da educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. A Escola Pública de Instrução Primária Brasileira. Província da Parahyba do Norte: 1822-1849. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 54, p. 115-127, dez. 2013.

FALCON, Francisco. História e Poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os projetos de Brasis e a questão da instrução no nascimento do Império. In: VAGO, Tarcísio Mauro; INÁCIO, Marcilaine Soares; HANDAN, Juliana Cesário; SANTOS, Hercules Pimenta dos. (orgs.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira**. 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf.

FELGUEIRAS, Margarida L., & VIEIRA, Carlos E. (Eds.). **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: SPCE, 2010.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. (Tese de doutorado). João Pessoa: PPGE-UFPB, 2012.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREITAS, Itamar. **A pedagogia histórica de Jonathas Serrano: uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913/1935)**. São Cristóvão: Editora UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Historiografia Didática e Pesquisa no Ensino de História. In: **X Encontro Regional De História – ANPUH-RJ. História e Biografias** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. O ensino de História no século XIX: a contribuição de historiadores/professores para uma pedagogia da história. In: **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza, 2009. 2013. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1068.pdf>

GATTI JR, Décio. **A História das Disciplinas Escolares no Brasil: análise dos aspectos teórico-metodológicos e da historiografia educacional**. 2014. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/1b_1.pdf.

LORENZ, Karl Michael; VECHIA, Ariclê. O debate ciências *versus* humanidades no século XIX: reflexões sobre o ensino de ciências no Collegio de Pedro II. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio. **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (século**

XIX e XX). (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil). Vitória, ES: EDUFES, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.** Estudos Históricos, RJ, Nº 1, 1988. P. 5-27.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Escrita da história - ensino da história. Tensões e paradoxos.** In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar: memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de Fontes de Historiografia Brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857.** Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ; Anpuh, 2011.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro.** São Paulo, Grijalbo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

JULLIARD, Jacques. “A Política”. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens.** Tradução de Henrique Mesquita. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, pp. 180-193.

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval.** Lisboa: Edições 70, 1983. pp. 221-242.

LE GOFF, Jacques. História. In: **Enciclopédia Einaudi.** Memória – História. Volume I. Edição portuguesa. 1984.

LIMA, Jocilene Pereira. BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Uma História da Leitura: A Virtude e a Moral em História de Simão de Nantua.** II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. 2014. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Jocilene_P_Lima.pdf>

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Collégio de Educandos Artífices – 1865-1874: A infância desvalida da Parahyba do Norte.** Dissertação de Mestrado. PPGH – UFPB. JP, 2008.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.

MARIANO, Nayana R. C.. **Ordenar, Civilizar e Instruir: Os Livros Didáticos e a Construção do Saber Escolar no Brasil Oitocentista.** 2013. Disponível em:

http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Nayana%20R.%20C.%20Mariano.PDF

MARIANO, Serioja R. C. A Paraibanidade aqui se fixou como um culto permanente: um balanço historiográfico sobre a insurreição de 1817 nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/serioja_rodrigues_cordeiro_mariano.pdf

MARTINS, Maria do Carmo. **A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares: Quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MATTOS, Selma Rinaldi. **O Brasil em lições: A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo.** Rio de Janeiro: Access, 2000.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba.** João Pessoa: Imprensa Oficial. 3ª Edição. 1996.

MENEZES, José Rafael de. **História do Lyceu Parahybano.** João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, [1982 ou 1983].

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889).** Dissertação em História. JP: PPGH-UFPB, 2012.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias.** (Subsídios para a história da Educação no Brasil: 1834-1889). 1º Vol. Companhia Editora Nacional. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1939. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/88/A-instrucao-e-as-provincias-vol-1>. Acesso: 23/06/2015.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. Ensino de História e história cultural: diálogos possíveis. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.) **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005. pp. 433-452.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MORAIS, Maday de Souza. **Artefatos escolares e espaços sociais do saber na província da Paraíba do norte oitocentista: diálogos acerca da cultura material escolar.** Monografia. UFPB: João Pessoa, 2013.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Pato (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos.** Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009. p. 9-37.

MOURA NASCIMENTO, Maria Isabel. **O Império e as primeiras tentativas de organização da Educação Nacional (1822-1889)**. 2013. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Estado, nação e escrita da História: propostas para o debate. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PERES, Tirsia Regazzini. **Educação Brasileira no Império**. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/105/3/01d06t03.pdf>. Acesso em: 01/10/2014.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. (orgs.) **História Nova**. Tradução Eduardo Brandão. 5ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na cidade da Parahyba (1822-1889)**. Monografia (graduação em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Permanências e mudanças nas prescrições destinadas à Instrução Pública da Parahyba do Norte (1852 a 1864). In: **Anais Eletrônicos do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana: educação, autonomia e identidades na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2009. (CD-ROM).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. As primeiras letras e a instrução secundária na Província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação. 1836-1884. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 238-252, mar. 2010.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. História do Ensino de História na Paraíba: história pátria e o ensino de história da Paraíba (1837 a 1914). In: **Anais do X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. 2014. p. 1-15.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. In RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. (Org.). 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.13-36.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. Seleção de conteúdos e procedimentos no ensino de História. In: **História ensinada e a escrita da História**. ANDRADE, João Maria Valença. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. (orgs.). Natal, RN: EDUFRN, 2009.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; SP: UNISO; Ponta Grossa, UEPG, 2007.

SANTOS, Lays Regina Batista de Macena Martins dos. **“A Instrução Illumina o Espirito”: a escolarização da população pobre na Província da Parahyba do Norte. (1860 - 1874).** Monografia. UFPB. João Pessoa: UFPB, 2013.

SILVA, Michele Lima da. **Padres mestres na Paraíba oitocentista: uma narrativa sobre Frei Frutuoso da Solidade Sigismundo (1839 – 1871).** Monografia. UFPB. João Pessoa, 2013.

SOUZA, Renato João de; PIRES, João Ricardo Ferreira. **Os desafios do ensino de história no Brasil.** Professores em Formação. ISEC/ISED. Nº 1. 2º semestre de 2010. Disponível em: <http://www.funedi.edu.br/revista/files/edicoesanteriores/numero1/OsdesafiosdoensinodehistorianoBrasil.pdf>. Acesso em: 13/10/2014.

SOUZA, Thiago Oliveira de. **A Instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889).** Monografia (graduação em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de História através dos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. CAIMELLI, Marlene Rosa. OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. (orgs.). **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços.** Natal, RN: EDUFRN, 2008.

TAMBARA, Elomar. **Bosquejo de um Ostensor do Repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil.** Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

TEIXEIRA, Mariana Marques. **Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba Oitocentista (1822-1864).** Monografia em História. JP: DH-UFPB, 2009.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **A Disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e a história ensinada (1876-1905).** Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A Disciplina de História no Império Brasileiro. In: IV Congresso Do Histedbr. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.17, p. 1 - 10, mar. 2005. 2013. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis17/art01_17.pdf

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina.** 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a02v2312.pdf>.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. Livros na capitania da Paraíba no século XVIII. In: BARBOSA, Socorro de Fátima P. (org.). **Livros e Periódicos nos séculos XVIII e XIX.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonora Maria. Sobre cultura escolar e História da Educação: questões para debate. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonora

Maria. (orgs.). **História das Culturas Escolares no Brasil**. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil). Vitória: EDUFES, 2010.

SANTOS, José Ozildo dos. **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. (pesquisas e notas). DEPUTADOS ESTADUAIS POR LEGISLATURAS – I**. <http://ozildoroseliafazendohistoriahhotmail.blogspot.com.br/2010/12/assembleia-legislativa-da-paraiba.html>. 2015.

FONTES

DICIONÁRIOS

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. 1775-1869. Ouro Preto. Typografia de Silva. 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.subject:%22Dicion%C3%A1rios+-+S%C3%A9c.+XIX+-+Brasil%22>. Acesso em: 28/10/2014.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. 8ª edição revista e melhorada. Volume I. A-E. Editora Empresa Litteraria Fluminense de A. A. da Silva Lobo. Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro. Succursal – Lisboa, Rua dos Retrozeiros. 1890. _____ Volume II. F-Z.

DOCUMENTOS BUROCRÁTICOS DE CUNHO OFICIAL

Documentos Diversos - administrativos da Instrução na província paraibana – Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte – FUNESC. 1822-1889.

Relatórios dos Presidentes de Província da Instrução Pública da Parahyba do Norte (1837-1889). Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>.

Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J.pdf>>.

PARAHYBA DO NORTE. In: PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2004.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PARAHYBA DO NORTE – DISCURSOS, FALAS E RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA (1837-1889). In: FERRONATO, Cristiano. (org.). - 1. ed. Vitória, ES : SBHE/Virtual Livros, 2015. (Coleção documentos da Educação Brasileira).

Falla com que exc., Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Dr. Joaquim T. P. d'Albuquerque installou a 1.ª Sessão da 2.ª Legislatura d'A.L.P. no dia 24 de Junho de **1838**. P. 26, 27.

Falla com que o Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Dr. João José de Moura Magalhaens, abriu a segunda sessão da 2.^a legislatura da A.L. da mesma Província em o dia 16 de Janeiro de **1839**. P. 28, 29.

Falla com que o Exm. Presidente da Provincia da Parahiba do Norte, Francisco Xavier Monteiro da Franca, installou a 2.^a sessão da 3.^a legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.^o de Outubro de **1840**. P. 30.

Relatorio que á A.L. da Parahiba do Norte apresentou na sessão ordinária de **1842** o exc. Presidente da mesma Província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. P. 31.

Discurso recitado pelo exc. Sr. Ricardo José Gomes Jardim, Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, na abertura da A.L.P. no dia 4 de Agosto de **1843**. P. 34, 35, 36.

Relatório que á A.L. da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de **1844** o exc. Presidente da mesma Província, Agostinho da Silva Neves. P. 39.

Relatório apresentado á A.L.P. da Parahiba do Norte pelo exc. Presidente, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em Maio de **1845**. P. 44.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo exc. presidente da Provincia, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em Maio de **1847**. P. 54.

Relatório apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo exc. Presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1.^o de Agosto de **1848**. P. 57.

Relatorio apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo exc. presidente da Provincia, o bacharel João A. de Vasconcellos, em o 1.^o de Agosto de **1849**. P.63.

Exposição feita pelo Exm. Sr. Dr. João A. de Vasconcellos, Presidente da Provincia da Parahyba do Norte ao Exm. Presidente della Sr. Coronel José V. de A. Bizerra, no acto de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 23 de Janeiro de **1850**. P. 66.

Exposição feita pelo tenente-coronel de engenheiros Frederico Carneiro de Campos, na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, ao Exm. Vice-presidente della, no acto de passar-lhe a administração da Provincia em 16 de Março de **1850**. P. 67.

Relatório apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo exc. Presidente da Provincia, o coronel José V. de A. Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 24 de Fevereiro de **1850**. P. 68.

Relatório apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo exc. Presidente da Provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de Agosto de **1850**. P. 69.

Exposição feita pelo commendador Frederico de Almeida e Albuquerque na qualidade de Primeiro Vice-Presidente da Provincia da Parahyba no acto de passar a Administração da Provincia ao segundo Vice-Presidente o Exm.^o Snr. Coronel Francisco Antonio d'Almeida e Albuquerque em 8 de Maio de **1851**. P. 71.

Relatorio apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Exc. Presidente da Provincia o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 2 de Agosto de **1851**. P. 72.

Relatorio apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Exc. Presidente da Provincia o Dr. Antonio C. de Sá e Albuquerque em 3 de Maio de **1852**. P. 80, 81, 82.

Exposição feita pelo Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque na qualidade de Presidente da Provincia da Parabyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao 2º Vice-Presidente, o exc. Sr. Dr Flavio Clementino da Silva Freire, em 29 de Abril de **1853**. P. 83, 84.

Relatório. Directoria da Instrucção Publica da Parahyba, 2 de Março de **1853**. Manrique Victor de Lima. Director da I.P. P. 86, 87, 89.

Relatorio apresentado á Assembléa Provincial da Parahyba do Norte pelo exc. Vice-Presidente da Provincia o Dr. Flavio C. da S. Freire na abertura da sessão ordinária em 5 de Agosto de **1853**. P. 95.

EXPOSIÇÃO - Feita pelo Exm. 2.º Vice-Presidente da Provincia da Parahyba o Dr. Flávio C. da S. Freire no acto de passar a administração da Provincia ao Exm. 1.º Vice-Presidente da Provincia o Commendador Frederico de A. e Albuquerque. Em 7 de Outubro de **1853**. P. 95.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo exc. presidente da Provincia, o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de Maio de **1854**. P. 99.

Relatorio. Directoria da I.P. da Parahyba, 3 de Abril de **1854**. Illm.º e Exm.º Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello. Presidente desta Provincia. Manrique Victor de Lima. Director da I.P. P. 100, 103-104.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo exc. Vice-Presidente da mesma, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de Outubro de **1855**. P. 109.

RELATORIO DA I.P. Directoria da I.P. da Parahiba 18 de julho de **1855**. Illm.º e Exm.º Sr. Dr. Flavio Clementino da Silva Freire. Vice-Presidente da Provincia. Manrique Victor de Lima, Director da I. P.^a. P. 112.

EXPOSIÇÃO feita pelo Doutor Francisco Xavier Paes Barreto na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao excellentissimo segundo Vice-Presidente o Doutor Flavio Clementino da Silva Freire 16 Abril de **1855**. P. 113.

RELATORIO. 26 de Janeiro de **1855**. Ill. ^{mo} e Ex. ^{mo} Snrº Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente da Provincia - Manrique Victor de Lima, Director da I.P. Conforme, Lindolfo J. C. das Neves, Secretario. P. 115, 116, 118, 120-121.

Falla recitada na abertura da A.L. da Parahyba do Norte pelo Presidente da Provincia o Dr. Antonio da C. P. Silva, em 5 de Agosto de **1856**. P. 126-127.

RELATORIO DA INSTRUCCÃO PUBLICA. Manrique Victor de Lima. Director da Instrucção Publica. **1856**. P. 132.

Relatorio recitado na abertura da A.L. da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente da Provincia, o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de Agosto de **1857**, p. 134, 135.

Relatorio. Directoria da I.P. da Parahyba 10 de julho de **1857**. Illmo. e Exm. Sr. Dr. Manoel C. C. da Cunha, Vice-Presidente da Província. Manrique V. de Lima. DIRECTOR DA I.P. P. 139, 140, 144, 145-146.

RELATORIO DO INSPECTOR DO THESOURO PROVINCIAL. Em 1 de julho de **1857**.- Illm. e Exm. Sr. Manoel Carneiro da Cunha, Vice Presidente da Provincia. O Inspector, José Carlos da Costa Ribeiro, p. 146.

Exposição. Palacio do Governo da Provincia da Parahyba em 9 de Abril de **1857**. Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel C. C. da Cunha, Dignissimo Vice-Presidente desta Provincia. O PRESIDENTE, Antonio da C. P. Silva. P. 148.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de **1858** pelo Presidente Henrique de B. Rohan. P. 149-151.

Relatorio apresentado a A.L. da Parahyba do Norte pelo Presidente da Provincia, o Dr. Ambrozio L. da Cunha, em 2 de Agosto de **1859**. P. 156-160, 161.

ANEXO B. Relatório. Directoria da I.P. da Parahyba, 4 de julho de **1859**. Illm.º e Exm. Sr. Dr. Ambrozio L. da Cunha, presidente da Provincia. Manrique V. de Lima, Director da I.P.P. 164-165.

Relatorio apresentado a A.L. da Provincia da Parahyba do Norte em 15 de Junho de **1860** pelo presidente, Dr. Luiz A. da S. Nunes. P. 171.

RELATORIO. Directoria da I.P. da Parahyba em 1 de Março de **1861**. O Director da I.P., Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. P. 176-180, 181, 182.

Exposição feita pelo Exm Snr. Barão de Mamanguape ao Exm. Sr Francisco D'Araujo Lima no acto de passar a administração desta Provincia no dia 18 de Maio de **1861**. P. 191.

ANNEXO J. Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco de Araujo Lima, Presidente desta Provincia. Directoria da I.P. da Parahyba em 29 de Junho de **1861**. O Director interino da I.P., Manoel P. Aranha. P. 196, 200, 201.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte, no dia 31 de Maio de **1862**, pelo Presidente, Dr. Francisco Araujo Lima. P. 203.

ANNEXO G. O Director da I.P. Diogo V. C. d'Albuquerque. 3 de Abril de **1862**. P. 204, 208, 209, 210.

ANNEXO GG. Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco de Araújo Lima, Presidente da Província. Diogo V. C. de Albuquerque. Directoria da I.P. da Parahyba, 3 de Janeiro de **1862**. P. 213, 215.

Relatorio apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Dr. Francisco Araujo Lima na abertura da sessão ordinaria de **1863**. P. 217-218, 221.

Relatorio apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto, por ocasião de tomar posse do cargo de Vice-Presidente da Provincia da Parahyba do Norte pelo Dr. Francisco d'Araujo Lima. Palacio do Governo da Parahyba 18 de Maio de **1864**. Illm. e Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura, presidente da Provincia. P. 222

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1º de Outubro de **1864** pelo Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura. P. 223-224.

Directoria da Instrucção Publica da Parahyba. Illm. e Exc. Sr. Dr. Sinval O. de Moura, Presidente da Provincia. O Director da I.P., João F. M. de Vasconcellos. Directoria da I.P. da Parahyba 31 de Agosto de **1864**. P. 226-228, 234, 235, 236.

Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração da Provincia da Parahyba ao Exm. Sr. Dr. Felizardo Toscano de Britto em 29 de Julho de **1865**. P. 243.

Directoria da Instrucção Publica da Parahyba, 30 de Junho de **1865**. P. 248.

ANNEXO N. 8. Directoria da I.P. da Parahyba, 22 de Junho de **1866**. Secretaria da I.P. Fr. Fructuoso da S. Sigismundo. Director interino. P. 282-283 e 285.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo 1.º Vice-Presidente, Exm. Sr. Dr. Felizardo T. de Brito, em 3 de Agosto de **1866**. P. 268.

ANNEXO N. 8. Directoria da I.P. da Parahyba, 22 de Junho de **1866**. Secretaria da I.P. Fr. Fructuoso da Solidade Sigismundo. Director interino. P. 289.

Relatorio apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Barão de Maraú em 5 de Agosto de **1867**. P. 304.

Relatorio apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Barão de Maraú em 5 de Agosto de **1867**. P. 307.

Exm. Sr. Barão de Maraú—Vice-Presidente da Provincia. O Director interino. Padre João do R. Moura. ANNEXO N.2. Directoria da I.P. da Parahyba, 28 de Junho de **1867**. P. 310, 312.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte no dia 1 de Novembro de **1868** pelo Exm. presidente, Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. P. 326 (No doc original o termo é Geografia. Na publicação está Geometria.), 327.

Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte, no dia 2 de Outubro de **1869**, pelo Exm. Presidente Dr. Venancio J. de O. Lisboa. P. 343.

ANEXO B. Illmo. e Exm. Sr. Dr. Venancio J. de O. Lisboa, Presidente da Provincia. O Director da I.P. Silvino E. C. da Cunha. Directoria da I.P. da Parahyba, 31 de Agosto de **1869**. P. 348, 349.

ANEXO G. Collegio dos Educandos Artifices da Parahyba, em 31 de Agosto de **1869**. Illmo. e Exm, Sr, Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, Presidente da Provincia. O Director Antonio de Souza Gouvêa. P. 356-357.

Exposição feita pelo Exm. Sr. Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, Dr. Venancio J. d'Oliveira Lisboa, ao passar a administração da mesma ao Exm. Sr. Senador Frederico de A. e Albuquerque em 24 de Outubro de **1870**. P. 365.

ANNEXO. N. IV. Illm. e Exc. Sr. Dr. José E. da C. Gouvêa, vice-presidente da província. O Director. Joaquim M. Lima. DIRECTORIA I.P. DA PARAHYBA 25 DE JULHO DE **1871**. P. 372, 377-378.

Falla dirigida á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Provincia, Dr. José E. da C. Gouvêa em 16 de Outubro de **1871**. P. 366, 367.

Falla dirigida á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Província, Dr. José E. da C. Gouvêa em 7 de Junho de **1872**. P. 387-388.

ANNEXO N. II. Directoria da I.P. da Parahyba 18 de maio de **1872**. Manrique V. de Lima. Director interino da I.P. P. 390.

Falla dirigida á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco T. de Sá, em 6 de Setembro de **1873**. P. 393.

Relatório apresentado á A.L. da província da Parahyba do Norte em 7 de Agosto de **1874** pelo presidente, Exm. Sr. Dr. Silvino E. C. da Cunha. P. 406.

Relatório apresentado á A.L. da província da Parahyba do Norte pelo Presidente, Exm. Sr. Senador Barão de Mamanguape, em 21 de Maio de **1876**. P. 427.

RELATÓRIO. Parahyba, 9 de Janeiro de **1877**. Illm. e Exm. Sr. Dr. João da Matta C. Lima, 2.º Vice-Presidente da provincia. Barão de Mamanguape. P. 430.

Relatório apresentado á A.L. da Província da Parahyba do Norte pelo Presidente, Exm. Sr. Dr. Esmerino G. Parente, em 12 de Agosto de **1877**. P. 433.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Esmerino G. Parente passou a administração da Província ao 1.º Vice-Presidente, Dr. José P. de Figuerêdo, em 1 de Março de **1878**. P. 435.

Relatório apresentado á A.L.P. da Província da Parahyba do Norte pelo presidente, Exm. Sr. Dr. Ulysses M. P. Vianna, em 1.º de Janeiro de **1879**. P. 437.

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr. Gregorio J. de O. C. Junior pelo Director da I.P. Dr. Ivo Magno B. da Fonseca em 27 de Agosto de **1880**. P. 444-445, 450-451.

Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Gregorio J. d'Oliveira C. Junior, presidente d'esta Província ao Primeiro Vice-Presidente Bacharel Antonio A. da Gama e Mello em 3 de Setembro de **1880**. P. 455-456.

Relatório apresentado á A.L. da Província da Parahyba em 21 de Setembro de **1881** pelo Presidente Dr. Justino F. Carneiro. Delegacia Especial da Inspectoria Geral da Instrucção primaria e secundária do município da Corte, n'esta Província. P. 458-459.

Relatório apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Presidente, Exm. Sr. Dr. Manoel V. de B. L. Sampaio, em 4 de Outubro de **1882**. P. 472.

ANNEXO D. Directoria da I.P. da Parahyba do Norte em 1º de Setembro de **1883**. V. Exc.— Illm. e Exm. Sr. Dr. José A. do nascimento. —M.D. Presidente d'esta Província. O DIRECTOR, Eugenio T. de Britto. P. 477.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José A. do Nascimento abriu a A.L.P. desta Província no dia 1 de Agosto de **1884** e officio com que passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio S. do Monte. P. 484.

Officio com que o Exm. Sr. Dr José Ayres do Nascimento passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. Antonio Sabino do Monte. Palacio do Governo da Província da Parahyba, 31 de Agosto de **1884**. P. 484.

ANNEXO E. Directoria da I.P. da Parahyba, em 30 de Junho de **1884**. Deus Guarde a V. Exc,-Illm.º e Exm, ° Sr. Dr. José A. do Nascimento, M. D. Presidente da Província. O Director. Eugenio Toscano de Brito. P. 488-492.

Falla com que o exm. Sr. Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, Presidente da Província, abriu a primeira sessão da 26.^a Legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de Agosto de **1886**. P. 495, 497, 498, 500, 503, 504, 505.

Falla com que o Exm. Sr. Dr. Geminiano Brazil de Oliveira Góes, Presidente da Província, abriu a segunda sessão da 26.^a Legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 3 de Agosto de **1887**. P. 516, 517, 519.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Pedro Francisco Correa de Oliveira em 9 de Agosto de **1888**. P. 522, 523, 525.

FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA IMPERIAL - DOCUMENTOS DIVERSOS (1821-1860). In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos. (orgs.). - 1. ed. Vitória, ES : SBHE/Virtual Livros, 2015. (Coleção documentos da Educação Brasileira).

MAPPAS CONSULTADOS:

N. 5. **MAPPA** dos Professores do Licéo d'esta Cidade, e do numero de Alumnos que frequentão o mesmo Licéo em o anno de **1842**. Secretaria do Governo da Parahiba 15 de Novembro 1842. O Secretario interino — José Antonio Baptista.

N.º 2. **MAPPA** dos Empregados do Lyceo desta cidade, e do numero de Alumnos que frequentão as diversas Aulas do mesmo Lyceo no anno de 1843. Secretaria do Governo da Parahyba 3 de Agosto de **1843**. O Secretario Interino. José Antonio Baptista.

N. 6. **MAPPA** dos Empregados do Lyceo desta cidade, e do numero de Alumnos que frequentão o mesmo Lyceo no presente anno. Secretaria do Governo da Parahyba 2 de Maio de **1844**. — No impedimento do Secretario. José Antonio Baptista, Official maior.

IV. Mappa dos Empregados do Lycêo desta Cidade, das Cadeiras, materias que n'ellas se ensinão, e do numero dos alumnos, que cada um actualmente tem. Secretaria do Governo da Parahyba em de Abril de **1846**. — No impedimento do Secretario Felinto Leoncio Victor Pereira, Official Maior.

5. Mappa dos Empregados do Lycêo desta Cidade, com declaração dos seus nomes, Cadeiras, materias que ensinão, e numero de alumnos de cada um. Secretaria do Governo da Parahyba 21 de Abril de **1847**. O SECRETARIO DO GOVERNO, Felizardo Toscano de Brito.

N. 5. **MAPPA** dos Empregados do Lyceu desta Cidade, com declaração dos seus nomes, Cadeiras, materias, que ensinão, e numero de alumnos. Secretaria do Governo da Parahiba em 28 de Julho de **1848**. No impedimento do Secretario, Felinto Leoncio Victor Pereira.

MAPPA N. 5. MAPPA dos Empregados do Lyceo desta Cidade, com declaração dos seus nomes, Cadeiras, materias, que ensinão, e numero de Alumnos. Secretaria do Governo da Parahyba em 28 de Julho de **1849**. Dr. Polycarpo Lopes de Leão.

MAPPA dos Empregados do Lyceo da Cidade da Parahyba, com declaração das materias que nelle se ensinão, e do numero de Alumnos que cada uma Cadeira actualmente tem. Secretaria do Governo da Provincia da Parahyba do Norte em 26 de Julho de **1851**. O Secretario do Governo Lindolfo José Corrêa das Neves.

MAPPA dos Empregados do Lyceu com declaração das faculdades que nelle se ensinão, do numero das cadeiras, e dos Alumnos que os frequentão no corrente ano de **1852**. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba em 5 de abril de 1852. O Secretario, Rufino Olavo da Costa Maxado. Está Conforme. Lindolfo José Corrêa das Neves. Secretario do Governo.

MAPPA dos Empregados do Lyceo da Cidade da Parahyba com declaração das faculdades que nelle se ensinão, do numero das Cadeiras, e dos Alumnos que até a presente data se achão nas differentes aulas inscriptos. Secretaria do Governo da Provincia da Parahyba em 10 de Março de **1853**. João da Matta Corrêa Lima. Secretario interino.

MAPPA dos Estabelecimentos Publicos, e Particulares da Instrucção Secundaria da Provincia da Parahyba do Norte, com declaração das aulas, numero de alumnos do ensino de 1854, e dos que forão inscriptos em Janeiro do corrente anno, e bem assim dos nomes dos Professores, natureza das materias que ensinão, e das datas dos seus provimentos. Secretaria

do Governo da Parahyba 15 de Abril de **1855**. - O Secretario - Lindolfo Jozé Correia das Neves.

MAPPA dos alumnos que até a presente data se achão inscriptos nas differentes aulas do Lycêo desta Provincia (N. 2.). Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, 5 de julho de **1856**. Gervazio Victor da Natividade, Amanuense extraordinario da Instrucção Publica.

MAPPA das aulas do Licêo da Parahyba do Norte com declaração do numero de alumnos n'ellas matriculados desde o anno de 1852, até o de 1855 assim como dos que em cada um desses annos forão examinados - Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba 5 de Julho de **1856**. Gervazio Victor da Natividade, Amanuense extraordinario da Instrucção Publica.

N. 3. =Quadro dos alumnos que frequentarão as diversas aulas do lyceu no anno de 1858. Secretaria da Instrucção publica da Parahyba em 25 de junho de **1859**. Gervazio Victor da Natividade. Amanuense extraordinario da Instrucção publica.

N. 4. =Quadro.____ dos alumnos que até a presente se estão inscriptos nas differentes aulas do lyceu. Secretaria da Instrucção publica da Parahyba em 25 de junho de **1859**. Gervazio Victor da Natividade. Amanuense extraordinario da Instrucção publica.

N. 2. —Mappa demonstrativo das aulas do Lyceu, contendo os nomes dos professores, numero de cadeiras, natureza do ensino, e o numero de alumnos que frequentarão no anno de 1860. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, em o 1º de Março de **1861**. O Secretario, José Cavalcanti d'Albuquerque Vasconcellos Junior.

N. 3. MAPPA dos Empregados do Lycêo da Parahyba com declaração das faculdades que nelle se ensinão, do numero das cadeiras, e dos alumnos que até a presente data frequentarão as differentes aulas. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, 31 de Agosto de **1864**. O Secretario. Carlos Auxencio Monteiro da Franca.

N. 4. MAPPA dos Empregados do Lyceo da Parahyba, com declaração das faculdades que nelle se ensinão, do numero de cadeiras, e dos alumnos que as frequentão no corrente anno. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, 30 de Junho de **1865**. O Secretario, Carlos Auxencio Monteiro da França.

N. 4. Mappa dos empregados do Lycêo da Parahyba, com declaração das faculdades, que nelle se ensinão, do numero de cadeiras, e dos alumnos, que as frequentão no anno de 1866. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, 22 de Junho de **1866**. O Secretario - Carlos Auxencio Monteiro da Franca.

N. 6. Mappa das aulas particulares da instrucção secundaria da Provincia, com declaração dos nomes dos professores, e numero de alumnos, que as frequentão no corrente anno de 1866. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, 22 de Junho de **1866**. O Secretario - Carlos Auxencio Monteiro da Franca.

N. 3. Mappa das aulas publicas e particulares de latim da Provincia, com declaração dos nomes dos Professores, e o n. de alumnos que as frequentão no corrente anno de **1867**. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, 28 de Junho de 1867. O Secretário, Carlos Auxencio Monteiro da Franca.

N. 4. Mappa dos Professores do Lycêo da Parahyba, com declaração das faculdades que nelle se ensino do numero de cadeiras, e dos alumnos que as frequentão no corrente anno de 1867. Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba, 28 de Junho de **1867**. O Secretário, Carlos Auxencio Monteiro da Franca.

CASTRO, Augusto César. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Parahyba, 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Parahyba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM)

SOUZA, Thiago O. Material organizado em Projeto de Iniciação Científica. **JORNAIS.** IHGP, Fundação José Américo, Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte – FUNESC. *Gazeta da Parahyba e Jornal da Parahyba*.

SITES

<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/41/mode/1up>> ou
 <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.subject:%22Dicion%C3%A1rios+-+S%C3%A9culos+XIX+-+Brasil%22>>
 <<http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/>>
 < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2408-17-setembro-1873-550939-publicacaooriginal-67006-pl.html>>
 <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/pequeno_d.pdf>
 <<http://cgretalhos.blogspot.com.br>> <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>
 <<http://www.dicio.com.br>>
 <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XN13-72R>>
 <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario.html>>
 <http://ihgp.net/socios_fundadores2.htm>
 <<http://ozildoroseliafazendohistoriahotmail.blogspot.com.br/2010/12/assembleia-legislativa-da-paraiba.html>>
 <<http://sbhe.org.br/e-books/para-imperial/index.html>>
 <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/arquivos/cartas_com_recortes_de_jornais_ordem_cronologica.pdf>
 <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>>

APÊNDICES

1. Quadro 1: A DISCIPLINA DE HISTÓRIA EM SEUS RESPECTIVOS ANOS - NOME DOS PROFESSORES (TITULARES E SUBSTITUTOS), NÚMERO DE ALUNOS¹⁴⁵

ANO	Nº	CADEIRA	PROFESSOR	ALUNOS	MATRÍCULAS (TODAS AS DISCIPLINAS)
1842	4 ^a	Rhetorica, Poetica e Geografia	Manoel Porfírio Aranha	9	47
	-	-	Claudiano Joaquim Bizerra Cavalcante de Albuquerque	-	
1843	4 ^a	Rhetorica, Poetica, e Geographia	Manoel Porfírio Aranha	4	66
	-	-	Claudiano Joaquim Bizerra Cavalcanti de Albuquerque	-	
1844	4 ^a	Rhetorica, Poetica, e Geographia	Manoel Porfírio Aranha	6	72
	-	-	Claudiano Joaquim Bizerra Cavalcanti de Albuquerque	-	
1845	4 ^a	Rhetorica, Poética e Geographia	-	-	-
1846	3 ^a	Rhetorica, Geografia, Chronologia, e Historia	Manoel Porfírio Aranha	8	85
	-	-	Claudiano Joaquim	-	

¹⁴⁵ Este quadro foi produzido a partir dos mapas na tentativa de apresentar uma sequência cronológica para a “construção do saber histórico” da Paraíba Oitocentista, destacando as expressões para os “programas de ensino”/áreas do saber, as quantidades, substituição e divisão dos professores para diferentes cadeiras e seus respectivos alunos. O primeiro mapa encontrado foi do ano de 1842.

			Bizerra Cavalcanti de Albuquerque		
1847	3 ^a	Rhetorica, Geografia, Chronologia, e Historia	Manoel Porfírio Aranha	16	94 ¹⁴⁶
	-	-	Claudiano Joaquim Bizerra Cavalcanti de Albuquerque	-	
1848	3 ^a	Rhetorica, Geographia, Chronologia e Historia	Manoel Porfírio Aranha	11	84
	-	-	Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcante de Albuquerque	-	
1849	3 ^a	Rhetorica, Geographia, Chronologia e Historia	Vaga em Concurso ¹⁴⁷	5	80
	-	-	Vaga em Concurso	-	
1850	3 ^a	Rhetorica, Geographia, Chronologia e Historia	Manoel Porfírio Aranha	2	102
	-	-	Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti de Albuquerque ¹⁴⁸	-	
1851 ¹⁴⁹	3 ^a ¹⁵⁰	Rhetorica,	¹⁵²	2	96/102 ¹⁵³

¹⁴⁶ Essa soma daria 74. Porém reproduzimos aqui o que está de acordo com a publicação da documentação disponível no site: www.crl.edu/brazil/provincial

¹⁴⁷ Com a cadeira “vaga em concurso”, perguntamo-nos como ficaram os 5 alunos, assim como os professores Manoel P. Aranha e Claudiano Albuquerque.

¹⁴⁸ Neste ano, o professor Claudiano Albuquerque também serviu na função de secretário.

¹⁴⁹ Em 1851, pela Lei Provincial n.12 de 27 de Setembro, a cadeira é separada, deixando-se unido o Ensino de História ao de Geografia e de Cronologia, e formando outro grupo (Retórica e Poética, com Manoel Porfírio Aranha na direção).

¹⁵⁰ Com o processo de separação dos conhecimentos com a área de Retórica, é possível observar alguns choques de informações, como também uma indefinição quanto à disposição das cadeiras e respectivas matrículas: “(...) O Lyceo, este estabelecimento de tanta esperança, não satisfaz completamente o fim de sua instituição. Se se considerar somente o numero de 102 alumnos que o frequentão, talvez se pense que elle floresce; mas attendendo-se a Aula de Philosophia racional moral não conta hum só alumno, que a de Rhetorica e Geographia

		Geographia, Chronologia e Historia ¹⁵¹			
1852	4 ^a	Geografia, Chronologia e Historia	Thomaz de Aquino Mindello ¹⁵⁴	2 ¹⁵⁵	78 / 82 ¹⁵⁶
	-	-	Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti de Albuquerque	-	
1853	4 ^a	Geographia, Chronologia e Historia	Thomaz de Aquino Mindello	7	90 / 93
	-	-	Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti de Albuquerque	-	
1854	?	Geographia	Thomaz d'Aquino Mindello	7	102 / 106/135 ¹⁵⁷
	-	-	¹⁵⁸	-	

apenas 2 conta, a de Inglês 5 e a de Geometria 7, ver-se-há que o seu estado não é lizongeiro, que as Aulas frequentadas são somente a de Francez por 22 alumnos e ade Latim por 65. (...) O Lyceu consta de 5 cadeiras, sendo a 1.^a de Latim, a 2.^a de Francez e Inglês, a 3.^a de Philosophia racional e moral; e a 4.^a de Rhetorica e Geographia; a 5.^a de Geometria, as quaes são frequentadas por 102 alumnos: o seu Director é o Professor mais antigo.” (RELATORIO, 1851, p. 72).

¹⁵² Com a ocorrência do concurso no ano de 1849, e no caso, supomos, não havendo concorrentes, ficou-se o professor Manoel P. Aranha (novamente no ano de 1850); no ano seguinte (1851) há igualmente nova avaliação de concurso. Na documentação consultada não existem mapas para todos os anos em questão, e nos mapas existentes nem todos revelam os nomes dos professores. Neste ano, por exemplo, não sabemos se Manoel P. Aranha realmente assumiu a disciplina, como também não encontramos referências sobre o professor Claudiano Albuquerque.

¹⁵³ Dados referentes a diferentes datas com registros das frequências dos alunos, explicitados nas notas anteriores (36 e 37).

¹⁵¹ Outro exemplo da disparidade de dados relacionada ao quadro de alunos e dos termos para o título das cadeiras, a saber: “O Lycêo estabelecido n’esta Capital, e a cujo cargo está a instrucção secundária da Provincia, consta de 5 Cadeiras, sendo Latim, Francez e Inglês, Philosophia Racional e Moral, Rhetorica e Geographia, e Geometria, as quaes actualmente são frequentadas por 96 alumnos, á saber 58 de Latim, e 21 de Francez, 5 de Inglês, 3 de Rhetorica, 8 de Geometria, e 1 de Philosophia.” (EXPOSIÇÃO, 1851, p. 71).

¹⁵⁴ No item “Natureza dos Provimentos” do mapa de 15 de Abril de 1855, segundo o Secretario Lindolfo Jozé Correia das Neves, Thomaz de Aquino Mindello foi provido em 19 de Janeiro de 1852.

¹⁵⁵ Manoel P. Aranha teria neste ano apenas 1 aluno.

¹⁵⁶ Este segundo dado em relação ao número total de alunos, dos anos de 1852 a 1855, é encontrado no mapa de 5 de Julho de 1856, intitulado, “MAPPA das aulas do Licêo da Parahyba do Norte com declaração do numero de alumnos n’ellas matriculados desde o anno de 1852, até o de 1855 assim como dos que em cada um desses annosforão examinados”.

¹⁵⁷ “(...) no Lyceo da Capital, sendo todas frequentadas durante o anno findo por 135 alumnos. (...)” (RELATÓRIO, 1854, p. 100).

¹⁵⁸ Sem informações sobre o professor Claudiano Albuquerque. Nos demais anos que não se fizeram menção ao mesmo não adicionaremos na tabela.

1855	?	Geographia	Thomas d'Aquino Mindello	5	99 / 100 / 120 ¹⁵⁹
	-	-	Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti de Albuquerque	-	
1856	4 ^a	Historia e Geographia	-	6	132 ¹⁶⁰
1857	-	-	-	-	93
1858	4 ^a	Geographia e Historia	-	6	94
1859	4 ^a	Geographia e Historia	-	5	103
1860	5 ^a	Geographia, chronologia, historia universal, <i>com especialidade a geographia e historia do Brasil</i> . ¹⁶¹	Thomás d'Aquino Mindello	3	86/88
	-	-	Claudiano Joaquim Bizerra Cavalcanti de Albuquerque ¹⁶²	-	
1861	-	Geographia e Historia	-	5	103
1862	5 ^a	Geographia	-	5	104
1863	5 ^a	Geographia	-	2	109
1864	5 ^a	Geographia,	Thomaz de Aquino	7	135

¹⁵⁹“(…) O Lyceo marcha regularmente. O numero dos discipulos, que o frequentarão durante o anno passado, foi de 100. (...) Presentemente o Lyceo é frequentado por 99 alumnos.”(EXPOSIÇÃO, 1855, p. 113).

¹⁶⁰As diferenças nas contagens de números totais dos alunos matriculados irão variar de acordo com cada sujeito que teria a responsabilidade de montar os dados e registrá-los na documentação. Um ano depois, no “Relatorio recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da provincia, o dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857”, para o ano de 1856, as aulas liceais teriam tido a participação de 128 alunos. A comparação de datas de expedição dos documentos é significativa, pois ao longo do ano, por exemplo, poderia ser produzido mais de um registro. E o número total de matriculados, pode ser diferente do total de frequência daquele determinado mês.

¹⁶¹ A adição do termo “universal” e “do Brasil” para a disciplina de História, aparece na documentação desde o ano de 1850, mas nem sempre estava presente nos mapas.

¹⁶² Neste ano, aparece a seguinte observação a respeito de Claudiano Albuquerque: “2^a substituição”.

		Chronologia e Historia ¹⁶³	Mindello		
	-	-	Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti de Albuquerque	-	
1865		Geographia, Chronologia e Historia	Thomaz de Aquino Mindello	5	136
1866	5 ^a	Geographia, Chronologia e Historia ¹⁶⁴	Thomaz de Aquino Mindello	5	129
1867 ¹⁶⁵	5 ^a	Geographia, Chronologia e Historia	Thomaz de Aquino Mindello	2	121
1868	5 ^a	Geographia	-	8	94
1869	4 ^a	Geographia	-	4	69
1870	-	-	-	-	-
1871	4 ^a	Geographia	-	4	68
1872	-	-	-	-	68
1873	5 ^a	Geographia	-	1	46
1874	5 ^a	Geographia	-	9	114/113

¹⁶³ Sob esta denominação classifica o regulamento de 11 de Março de 1852 as materias do ensino dado no Lycêo desta cidade, que são: 1.º Lingua Latina. 2.º » Franceza. 3.º » Ingleza. 4.º Arithmetica, algebra até as equações do 2.º grão, Geometria e trigonometria rectilinea. 5.º Geographia astronomica, phisica e politica, chronologia, historia universal, com especialidade a geographia e historia do Brazil. 6.º Philosophia racional e moral. 7.º Rhetorica e poetica. (RELATORIO, 1863, p. 217-218).

¹⁶⁴ Em Relatório do Fr. Fructuoso da Solidade Sigismundo. Director interino (ANNEXO N. 8, 1866, p. 283), é possível observar a seguinte descrição: “O estabelecimento mais importante de instrucção publica secundaria que tem a Provincia é o Lycêo da Capital. N’elle ensina-se Latim, Francez, Inglez, Geographia astronomica, phisica e politica, chornologia, historia universal, com especialidade a geographia e historia do Brasil, Arithmetica, algebra até as equações do segundo grão, geometria e trigonometria rectilinea, Philosophia racional e moral, Rhetorica e poetica, formando todas estas materias sete cadeiras, regidas por outros tantos professores vitalicios, que explicão com aproveitamento suas lições.”

¹⁶⁵ Em relatório presidencial, o ano de 1867 é a primeira vez que nos deparamos com o termo História Antiga, para o Liceu da Paraíba: “(...) O Lyceu se não vai emdecadencia, (...) suas aulas (...) de Geometria, Philosophia e Rhetorica estacionarão de modo que os seos resultados não compensão o dispendio dos dinheiros publicos. Parece-me, Senhores, que não seria inconveniente reformar essa instituição, extinguindo-se aquellas cadeiras, e creando-se as que na actualidade mais podem aproveitar a nossa mocidade. Assim penso, que seria mais acertado que o Lyceu tivesse as aulas de lingua nacional com o accrescimo de que vos fallei para a habilitação dos pretendentes ao professorato, de Latim, Francez, Inglez, Desenho com geometria linear, Historia antiga e moderna e Geographia.” (RELATORIO, 1867, p. 307).

1875	6 ^a	Geographia	-	26	146
1876	-	-	-	-	200 ¹⁶⁶
1877	6 ^a	Geographia e Historia	-	26 ¹⁶⁷	158 ¹⁶⁸ /181 ¹⁶⁹
1878	5 ^a	Geographia e Historia	-	16	117
1879	6 ^a	Geographia, Chronologia, História Universal, com especialidade a geographia e historia do Brazil	-	-	160 ¹⁷⁰
1880	7 ^a	Geographia	-	17	115
1881	6 ^a	Geographia	-	12	56 ¹⁷¹
1882	-	-	-	-	-
1883	7 ^a	Geographia e Historia	-	22/8 ¹⁷²	147
1884	7 ^a	Geographia e Historia	-	35	252
1885 ¹⁷³	-	-	-	-	-
1886	-	- ¹⁷⁴	-	-	129 ¹⁷⁵

¹⁶⁶ “Durante o anno passado foi a frequência de 84 alumnos, e o numero de matriculados 146. No corrente ano a frequência é de 124 alumnos, e o numero de matriculados é de 200.” (RELATÓRIO, 1876, p. 427).

¹⁶⁷ Quantidade de alunos referente à data de 12 de agosto de 1877.

¹⁶⁸ Em 9 de janeiro de 1877, com a frequência de 96 alunos.

¹⁶⁹ Em 12 de agosto de 1877, com a frequência de 103 alunos.

¹⁷⁰ Frequência de 89 alunos. (RELATÓRIO, 1879).

¹⁷¹ Dados referentes à frequência. Na documentação consultada para este ano não foram divulgados os dados referentes às matrículas.

¹⁷² 1883 é o primeiro ano encontrado com informações da quantidade de alunos matriculados, de forma fracionada, para cada área do saber, no caso Geografia e História, respectivamente. Apesar de ainda pertencerem à mesma cadeira.

¹⁷³ “O Lyceu Parahybano é o único Estabelecimento publico de instrucção secundaria na Provincia. Creado e instalado no anno de 1836, tem successivamente passado por varias alterações e reformas, até que foi reorganizado por Acto Presidencial de 11 de Novembro de 1885, expedido de accordo com a Lei n.º 799 de 6 de Outubro do mesmo anno, sendo então d’elle desanhexada a Instrucção Primaria, assim como o Externado Normal, que constituíram repartições distinctas.” (RELATÓRIO, 1888, p. 522).

1887	6 ^o /7 ^a 176	Geographia e Historia	Thomaz d'Aquino Mindello e Ernesto Augusto da Silva Freire	13/3	198 ¹⁷⁷
1888	6 ^a	Geographia ¹⁷⁸	Thomaz d'Aquino Mindello	1	177 ¹⁷⁹

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos Documentos diversos (FUNESC), nos Discursos, Falas e Relatórios de Presidentes da Província (2015) - <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> - e nas Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial (PINHEIRO & CURY, 2004).

¹⁷⁴ “(...) A despesa com o Lyceu, segundo os novos estatutos, é de 20:500\$000. Com o Externato Normal, excluída a cadeira de historia que só deve funcionar em 1887 e a de sciencias naturaes por cuja regencia nada percebe actualmente o professor, a despesa é de 7:600\$000.” (FALLA, 1886, p. 504).

¹⁷⁵ “Estão matriculados 129 alumnos, sendo de 225 o numero de inscrições nas diversas aulas.” (FALLA, 1886, p. 497).

¹⁷⁶ Aulas apresentadas separadamente.

¹⁷⁷ “Representa, porem, este algarismo a matricula de 115 estudantes, segundo observa a reitoria, porque alguns d’elles cursam duas e trez aulas.” (FALLA, 1887, p. 516).

¹⁷⁸ Como as aulas/cadeiras já se exibiam desagregadamente, há a possibilidade dos conhecimentos históricos não estarem anexados a Geografia, como acontecia anteriormente. Ou seja, neste ano não haveria alunos matriculados em História.

¹⁷⁹ “Nas aulas do Lyceu abriram-se no corrente anno 177 matriculas a 106 alumnos, que as requereram.” (RELATÓRIO, 1888, p. 523).

2. Em Tambara (2003), estudo dedicado à compilação de títulos de obras que circularam no Brasil do século XIX, encontramos diferentes sujeitos como autores, entre eles destacamos: os paraibanos e os professores de história; ressaltamos também as obras indicadas para o ensino de História. Segue a lista:

OBRAS INDICADAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL OITOCENTISTA, BASEADO NOS ESTUDOS DE TAMBARA (2003)		
AUTOR ¹⁸⁰ /DADOS	OBRA(S) ¹⁸¹	ANO ¹⁸²
ALBUQUERQUE, Salvador Henrique de. (Paraibano).	1. Compêndio de chorografia universal, especial do Brasil e da província de Pernambuco, aprovado pelo conselho diretor da instrução pública de Pernambuco. 2. Corografia universal. 3. Noções de geografia para uso das escolas. 4. Resumo da história do Brasil. 5. Compêndio da história do Brasil.	1880. - 1846. 1848. 1873.
ALMEIDA, Candido Mendes. (Professor de Geografia e História no Maranhão).	1. Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas.	1868.
ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de.	1. Resumo da história do Brasil para uso das escolas primárias.	1888.
ARANA, Diego, Barros.	1. Compêndio de história de América.	1865.
ARANHA, Brito.	1. Compêndio de corografia do Brasil para uso das escolas de instrução primária.	1872.
ARANTES, Francisco José de.	1. Compêndio de cronologia, matemática e histórica, extraído dos melhores autores.	1825.
ARARIPE, Tristão de Alencar.	1. Como cumpre escrever a história pátria.	1876.
ARAUJO, Manoel Luis de Azevedo. (Professor gratuito de História do	-	-

¹⁸⁰ Esses autores participaram de outras obras, que tiveram como tema: instrução pública, doutrina cristã, retórica, gramática da língua portuguesa, história do antigo e do novo testamento, Resumo de Aritmética, infância, histórias e ensaios corográficos das províncias, História sagrada, dicionários topográficos e estatísticos, dissertações e teses, entre outras.

¹⁸¹ Os títulos destas obras estão relacionados às áreas de conhecimento de geografia, corografia, cronologia e cosmografia, que estiveram relacionadas ao Ensino de História, durante o século XIX, e que muitas vezes foram utilizadas obras em comum para a aplicação das mesmas. Outras questões relacionadas aos títulos são: a repetição dos títulos; as traduções e edições; a preocupação em dizer se foram reconhecidas ou não pelo governo imperial/conselho da instrução pública, como também adotadas em diferentes províncias; a relação com os exames preparatórios; a indicação de datar, principalmente do momento do “descobrimento” do Brasil; a ideia do método (em relação a aplicação de perguntas e respostas, de exercícios, de imagens, do ato de decorar, etc); os momentos que se aparecem as discussões sobre história pátria, universal, do Brasil; a ansiedade de cada província apresentar a sua história; entre outras.

¹⁸² Tendo em vista a apresentação de diferentes edições, há obras que possuem mais de uma data, dotamos a escolha de apresentar a mais antiga. Com o registro dessas datas, podemos observar a produção e as temáticas presentes ao longo dos anos.

Brasil).		
ARMITAGE, João.	1. História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até abdicação do imperador D. Pedro I em 1831.	1837.
AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. (Professor de História Antiga e Moderna).	1. Compêndio de história antiga. 2. Curiosidades. Notícias e variedades históricas brasileiras. 3. Apontamentos históricos. 4. História pátria.	1864. 1873. 1881. 1884.
AZURARA, João José Pereira de.	1. Pequena geografia do Brasil (método intuitivo) para uso dos alunos do curso primário do Externato Azurara.	-
BARRETO, Luiz Carlos Muniz.	-	-
BARRETO, Rozendo Muniz.	1. O progresso do Brasil no século 18º até a chegada da família real: tese de concurso ao lugar de lente de história e geografia do Brasil, do Colégio Pedro II.	1879.
BEAUCHAMP, Affonso.	1. Historia do Brasil desde a sua descoberta até 1810. 2. Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1810 vertida do francês e acrescentada de muitas notas por Pedro José de Figueiredo.	1818-19. 1817-1834.
BEAUREPAIRE, Jacques Antonio Marques de.	1. Compendio de geografia universal, contendo a divisão particular de todas as regiões do mundo conhecido, e com especialidade, do império do Brasil, por um oficial general do exército.	1835.
BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer.	1. Resumo da história do Brasil até 1828, traduzida de F. Diniz, correta e aumentada, etc.	1831.
BELLEGARDE, Pedro de Alcântara.	1. Notícia histórica, política, civil e natural do Império do Brasil em 1833. 2. Introdução Corográfica à história do Brasil.	- 1840.
BERLINCK, Eudoro Brasileiro.	1. Compêndio de geografia da província do Rio Grande do Sul.	1863 e 1872.
BITTENCOURT, Feliciano Pinheiro de. (Professor de História e Corografia do Colégio Pedro II).	1. Descobrimento do Brasil seu desenvolvimento no século XVI. Tese de concurso para o magistério.	1882.
BITTENCOURT, José Correia de Mello. (lecionou na Corte geografia e história).	1. Elementos de geografia física, contendo a descrição especial de cada país e organizados segundo o actual programa de exames Gerais da instrução pública.	1880.
BORGES, Francisco José.	1. Epítome da geografia e história do Brasil.	1862.
BRANDÃO, Alberto.	1. O Brasil para a instrução primária.	1896.
BRANDÃO, Antonio Pinto da Costa de Souza.	1. Noções preliminares de geografia em forma de diálogo, com especial aplicação ao império do Brasil.	1852.
BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. (Professor de geografia do Liceu	1. Lições de Geografia geral. 2. Lições de geografia do Ceará. 3. Elementos de geografia oferecida à mocidade cearense. 4. Compêndio de geografia.	- 1894. 1851. 1856.

de Fortaleza).	5. Compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil. Adotado no Colégio de Pedro II, nos liceus e seminários do Império.	1859 e 1864.
BREDOW, Gabriel Gottfried.	História universal desde os tempos mais remotos até os nossos dias relatando os acontecimentos mais notáveis em todas as épocas e os feitos dos homens mais célebres de todos os povos.	1847.
BURGAIN, José Julio Augusto. (Professor de Línguas, Geografia e História).	1. Geografia pátria elementar.	1885.
BURGAIN, Luiz Antonio. (Professor de geografia, história, línguas e literatura).	1. Novas lições de geografia elementar sem decorar, por meio de exercícios.	1858.
CALLOGERAS, João Baptista.	1. Compêndio de história da idade média, adotado pelo conselho da instrução pública. 2. Compêndio de geografia e história, seguido de um breve epítome sobre os globos e seus círculos por João Henrique Freese.	1859. 1868.
CANEZZA, L. H.	1. Lições de Geografia e Cosmografia.	1875.
CARMO, José Joaquim do. (Professor de história universal).	-	-
CARVALHO, J. A. Pereira de.	1. Quadro sinóptico do Império do Brasil, das divisões administrativa, eleitoral, judiciária, eclesiástica e instrução pública.	1878.
CARVALHO, Joaquim José de.	1. Breves noções de geografia e corografia do Brasil, formuladas de acordo com o novo programa de exames gerais de preparatórios. 2. Noções elementares de geografia do Brasil para uso dos alunos do curso primário do Colégio Amorim Carvalho e das escolas no corpo militar de polícia da corte.	1883. 1885.
CASAL, Manoel Ayres do.	1. Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil.	1817.
CASTRO, Eduardo de Sá Pereira de. (Professor de história e geografia).	-	-
CAVALCANTI, Luiz Paulino. (Lente substituto de geografia).	1. Geografia elementar.	1846.
CHIBAUT, José Vicente.	1. Geografia Elementar e Metódica do Brasil.	1862.
CONSTANCIO, Francisco Solano.	1. História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral, até a abdicação do imperador D. Pedro I.	1839.
CORDEIRO, José Albano. (Professor livre de Geografia).	-	-
CORUJA, Antonio	1. Lições de História do Brasil adaptadas à leitura das escolas.	1855.

Álvares Pereira.		
COUTINHO, Tancredo Leite do Amaral.	1. Geografia elementar, adaptada às escolas públicas primárias.	1893.
CRAVEIRO, Tiburcio Antonio.	1. Compêndio de história portuguesa.	1833.
CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da.	1. Pequena geografia da província do Pará. 2. Geografia especial do Pará. 3. Corografia da província do Pará.	1887. 1889? 1887.
DANIEL, Monsenhor.	1. Curso de História Universal traduzido e ampliado na parte relativa a Portugal e Brasil pelo Dr. Joaquim de Lacerda.	1888.
DELAMARE, Carlos. (Professor de Francês, Geografia e História).	1. Compêndio de história e cronologia dividido em quarenta e uma lições.	1839.
DENIS, Fernando.	1. Brasil.	1844-45.
DORIA, João Antonio de Sousa. (Professor de Geografia e História).	1. Compêndio de História para uso das escolas.	1852.
ENEAS, João de Simas.	1. Epítome de Geografia do Brasil, destinado ao ensino primário.	1888.
FERNANDES, João Batista Ribeiro de Andrade.	1. História Antiga. Primeira parte. Oriente e Grécia. 2. História do Brasil adaptada ao ensino primário e secundário. 3. História do Brasil. Curso superior.	1892. 1900. 1900.
FIALHO, Anfrísio.	1. História da fundação da República no Brasil.	1891.
FRANÇA, Gabriela de Jesus Ferreira.	1. História do Brasil desde a sua descoberta até 1810.	1818-19.
FRANK, Julio.	1. Resumo da historia universal, impresso por ordem do Governo para uso da aula de geografia e história da Academia de ciências sociais e jurídicas de S. Paulo.	1839.
FRANKENBERG, João (Hans Theodor Moritz). (Lecionou Geografia e História na Escola Normal de Porto Alegre).	1. Cronologia Universal para uso dos Colégios do Ensino Preparatório no Império do Brasil. 2. História do Brasil por Perguntas e Respostas.	1882. 1883.
FRAZÃO, Manoel José Pereira.	1. Noções de geografia do Brasil para uso da mocidade brasileira.	1883.
FREESE, João Henrique.	1. Compêndio de Geografia e História seguido de um breve epítome sobre os globos e seus círculos, e de uma tabela cronológica dos principais acontecimentos da história do Brasil, desde o seu descobrimento até a coroação de S. M. I. o Sr. D. Pedro II.	1842.
FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de.	1. Noções de geografia e de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária da província do Pará.	1863.
GALANTE, Raphael M.	1. Compêndio de História do Brasil. 2. Compêndio de história universal, redigido, etc.	1886. 1894.
GALVÃO, Ignácio Aprígio da Fonseca. (Lente de geografia do Liceu).	1. Introdução da geografia Brasileira, da parte que trata da Bahia (...).	1826.

GALVÃO, Ignácio José Aprício da Fonseca.	1. Discurso recitado na abertura da aula de geografia e história do dia 16 de Julho de 1835.	1835.
GAMA, Domício.	1. Atlas universal de geografia física e política. 2. Atlas Geral de História e Geografia antiga e moderna. Atlas de História antiga e moderna.	1898. -
GARCIA, Renato.	1. Lições de História do Brasil.	1892.
GAULTIER, Abade.	1. Lições de Geografia.	1872.
GERTRUDES, Frei José Policarpo de Santa.	1. Elementos de geografia para uso das escolas da instrução primária da província do Rio de Janeiro (...).	1840.
GOES, Antonio Francisco de Assis.	1. Epítome da geografia e historia do Império do Brasil.	1872.
GUIMARÃES, J. Ribeiro.	1. As lições de história oferecidas à imprensa e à mocidade estudiosa por dois grupos que não sendo bacharéis meteram o Cesa Cantu num chinelo.	1879.
JANSEN, Carlos.	1. Geografia física de A. Geikie.	1882.
KOPKE, João. (Geografia, História, Línguas, Matemáticas e Ciências).	-	-
KOZERITZ, Carlos Von.	1. Resumo da história universal para uso dos Colégios. 2. Compêndio Resumido de Geografia.	1856. 1859.
LACERDA, Joaquim Maria de.	1. Compêndio de história universal, composto para uso das escolas brasileiras. 2. Pequena história do Brasil por perguntas e respostas para uso da infância brasileira. 3. Elementos de geografia física, política e astronômica com estampas coloridas para as classes inferiores da Instrução Secundária. 4. Curso metódico de geografia física, política, histórica, comercial e astronômica, composto para uso das escolas brasileiras. 5. Resumo de corografia do Brasil. 6. Atlas universal de geografia para uso das escolas e instrução do povo, compreendendo 32 mapas, primorosamente gravados e colorido de todos os países do mundo. 7. Enciclopédia primária ou manual completo e metódico de instrução primária contendo: (...) geografia, história do Brasil, história geral. (...). 8. Tesouro da infância ou novo manual das escolas primárias, contendo: (...) geografia do Brasil, resumo de história pátria (...). 9. Curso de História Universal.	1882. 1883. 1870. 1884. 1887. 1883. 1882. 1885. 1899.
LAET, Carlos Maximiano Pimenta de. (Professor de Português, Geografia e Aritmética).	-	-
LEÃO, Manuel do Rego Barros de Souza.	1. Elementos de Geografia, compilados de diversos autores.	1858- 1859.

LEITÃO, Antonio Pereira.	1. Pontos de história antiga, conforme o programa de exames de preparatórios em 1876. 2. Pontos de história média, conforme o programa de exames de preparatórios em 1876.	1876. 1876.
LEITE (de Faria Pinto), Colimério.	1. Compêndio de Geografia do Brasil.	1879.
LIMA, Cyrillo dos Reis.	1. Máximas, sentenças e provérbios reduzidos a história pátria nos quais figuram como principais personagens os meninos de um e outro sexo, para leitura dos mesmos.	1868.
LIMA, José Ignacio de Abreu.	1. Compêndio da história do Brasil desde o seu descobrimento até o majestoso ato da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II. 2. Compêndio da história do Brasil. 3. Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da história do Brasil. 4. Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil.	1843. 1843. 1844. 1845.
LISBOA, Balthazar da Silva.	1. Anais do Rio de Janeiro contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el rei D. João VI.	1834-35.
LISBOA, José da Silva.	1. História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil dedicada ao senhor D. Pedro I.	1826-30.
LOBO, Luis Paulino da Costa.	1. História da Grécia Antiga.	1828.
LOBO, José Theodoro de Souza. (geógrafo).	1. Geografia Elementar.	1896.
LOPES, João Baptista Pires de Castro.	1. Geografia pátria infantil. 2. Anedotas históricas para uso das classes primárias.	- -
LOPES, José Joaquim Rodrigues.	1. Plani-historia ou resumo sinóptico-historico-genealogico do Império do Brasil, do Reino de Portugal e das famílias reinantes nestes países.	1877.
LOPES, Luiz Candido de Oliveira.	1. Lições de geografia particular do Brasil acompanhadas de um lindo mapa do império do Brasil.	1877.
LOPES, Luiza Carolina de Araújo.	1. Lições de geografia particular do Brasil.	1877.
MACEDO, Joaquim Manoel de. (Professor de corografia e história do Brasil do Colégio de Pedro II).	1. Noções de corografia do Brasil. 2. Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Colégio de Pedro II. 3. Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária: obra adotada pelo conselho superior de instrução pública. 4. Lições de corografia do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II. 5. Efeméride histórica do Brasil.	1873. 1875. 1865. 1877. 1877.
MAIA, João Candido.	1. História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico.	1898.
MAIA, Antonio de Mello Muniz. (Paraibano, doutor em Medicina).	-	-
MAIA, Joaquim	1. Memórias histor. E filosóficas sobre o Brasil.	1844.

José da Silva.		
MAIA, Luiz de Queiroz Matoso.	1. Lições de história do Brasil, proferidas no Internato do imperial Colégio Pedro II. 2. Lições de História Universal.	1880. 1887.
MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão.	1. Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 184, seguido de um sucinto esboço do estado do país ao findar o ano de 1849.	1850.
MARQUES, Cezar Augusto.	1. Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. 2. Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo.	1870. 1878.
MARQUES, Filipe Pinto.	1. Compêndio de geografia para uso das escolas da instrução primária, seguido de brevíssimas noções de cosmografia, física e história natural.	1874.
MARTINS, Henrique Augusto Eduardo.	1. Geografia Elementar. 2. Elementos de cosmografia, organizados, etc. 3. Corografia do Brasil. Pontos escritos de geografia. 4. Geografia do Estado do Rio Grande do Sul.	? 1881. 1883. 1898.
MASCARENHAS, Annibal.	1. Curso de História do Brasil.(Biblioteca da Livraria do Povo).	1898.
MATTOS, Raymundo José da Cunha.	1. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil.	1863.
MATTOSO, E.	1. Quadro sinóptico e cronológico da história do Brasil.	1879.
MELLO, Américo Brasiliense de Almeida e.	1. Exposições de história pátria, feitas aos alunos do Colégio de S. João da cidade de Campinas. 2. Lições de história pátria.	1873. -
MELLO, Domingos Ramos de. (Professor de História Universal).	1. Lições elementares de história da idade média.	1871.
MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. (Professor de História Antiga e da Idade Média no Colégio de Pedro II).	1. Estudos históricos brasileiros.	?
MENDONÇA, João de. (Professor de literatura, história, ciências naturais e matemáticas).	-	-
MORAES, Alexandre José de Mello.	1. Ensaio corográfico do império do Brasil. 2. Brasil Histórico. 3. Corografia histórica, cronografica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil. 4. História do Brasil: Reino e Brasil-Império. 5. Crônica geral e minuciosa do império do Brasil desde a descoberta do novo Mundo ou América até 1879.	1854. 1866. 1858-60. 1871-73. 1879.
MORAIS, Alexandre de Mello (filho).	1. Crônica Geral do Brasil.	1886.
MORENA, José.	1. Elementos de geografia geral e particular do Brasil, segundo um método fácil, agradável e acomodado à infância.	-

MOURA, Caetano Lopes.	1. Tratado de geografia universal, física, histórica e política; redigido segundo um novo plano, e conforme os últimos tratados do país; precedido dos princípios gerais de geografia astronômica, física, política, coligidos principalmente do tratado de geografia de Adrien Balbi. 2. Tratado de geografia elementar, física, histórica, eclesiástica e política do Império do Brasil. 3. Epítome cronológico da história do Brasil para uso da mocidade brasileira.	1858. 1861. 1869.
MOURA, José Vicente Gomes de. (Professor jubilado na cadeira de História Universal e Portuguesa do Real Colégio de Artes).	-	-
MOURE, J. G. Amedeo.	1. Tratado de geografia elementar, física, histórica, eclesiástica e política do Império do Brasil.	1861.
NERY, Raymundo Agostinho.	1. Noções Gerais de geografia universal, contendo particularmente a geografia do Império do Brasil e da província do Amazonas, acompanhadas de 17 figuras no texto.	1888.
NOGUEIRA, Manuel Thomaz Alves.	1. Compêndio de história moderna. 2. Compêndio de geografia e corografia do Brasil, acompanhado de três mapas e de um índice alfabético. 3. Noções de corografia do Brasil.	1868. 1889. 1873.
NOVAES, Carlos. (Professor de Geografia e Cosmografia do Ginásio Paraense e do Instituto Afonso Pena).	1. Geografia primária composta para uso das escolas primárias. Geografia elementar e especial do Estado do Pará.	1892.
OLIVEIRA, José Joaquim Machado de.	1. Geografia da província de S. Paulo adaptada à lição das escolas oferecidas à Assembleia Legislativa Provincial. 2. Quadro histórico da província de S. Paulo.	1862. 1864.
PACHECO, José Praxedes Pereira.	1. Breves noções para se estudar com método a geografia do Brasil.	1857.
PARANÁ, Sebastião. (Professor catedrático de geografia e corografia do Brasil no Ginásio Paraense e Escola Normal).	1. Esboço geográfico das províncias do Brasil. 2. Esboço geográfico do Paraná. 3. Corografia do Paraná. 4. O Brasil e o Paraná para uso das escolas primárias.	1887. 1889. 1899. -
PARLEY, Pedro.	1. História Universal resumida para uso das escolas comuns dos Estados Unidos da América do Norte, traduzida para uso das escolas do Império do Brasil pelo desembargador Lourenço José Ribeiro.	-
PENNA, Misael Ferreira.	1. História da província do Espírito Santo.	1878.
PEREIRA, Jeronymo Sudré. (Lente de História do liceu provincial).	1. Compêndio de geografia elementar.	1876.

PEREIRA, João Feliz. (Professor de geografia, cronologia e história).	1. Corografia do Brasil.	1875.
PEREIRA, José Saturnino da Costa.	1. Compêndio de geografia elementar para uso das escolas brasileiras.	1836.
PEREIRA, Manuel Antonio Martins.	1. Breve notícia corográfica do império do Brasil em 1854.	1855.
PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. (Lente de retórica, poética e história universal).	1. Episódios da história pátria, contados à infância. 2. Resumo da história contemporânea desde 1815 até 1865 por um professor. 3. Lições elementares de geografia, segundo o método de Gaultier. 4. História do Brasil contada aos meninos. 5. Estudos Históricos.	1859. 1866. 1869. 1870. 1876.
PINHEIRO, José Pedro Xavier.	1. Epítome da história do Brasil desde o seu descobrimento até 1857 adotado para uso das aulas públicas de ensino primário.	1860.
PINHEIRO, Luiz Leopoldo Fernandes.	1. Curso metódico de geografia física, política e astronômica composta para uso das escolas brasileiras. 2. Lições elementares de Geografia segundo o método Gaultier.	- -
PINHEIRO, Manuel Pereira de Moraes. (Lente de Geografia e História do Ginásio Pernambucano).	1. Elementos de geografia universal, geral do Brasil e especial de Pernambuco, para a infância escolar da província de Pernambuco, de conformidade com o programa da lei n. 1143, art. 33, §7º, que rege a instrução da província. 2. O Atlas elementar de geografia do Sr. professor J. E. da Silva Lisboa. 3. Compêndio de geografia da província de Pernambuco. 4. Compêndio para o ensino de geografia.	1875. 1877. - -
PINTO, Alfredo Moreira. (Professor de geografia e história do curso preparatório, anexo à escola militar).	1. Elementos de geografia moderna. 2. Noções elementares de geografia do Brasil. 3. Noções elementares de corografia do Brasil. 4. Noções de geografia universal. 5. Compêndio de história universal, organizado segundo os últimos programas oficiais para o ensino dessa matéria: nova edição. 6. Pontos de História do Brasil, organizada segundo o novíssimo programa dos exames gerais da instrução pública. 7. Pontos de geografia, organizados, etc. 8. Pontos de história antiga, organizados, etc.. 9. Pontos de história média, organizados, etc. 10. Pontos de história moderna, organizada segundo o novíssimo programa dos exames gerais na instrução pública. 11. Geografia das províncias do Brasil. 12. Rudimentos de Corografia do Brasil para as escolas primárias. 13. Atlas-texto. Corografia do Brasil. 14. Epítome da história do Brasil, seguido de um pequeno dicionário biográfico destinado às aulas como livro de leitura. 15. Noções de História Universal.	1869. 1881. 1881. 1881. 1882. 1876. - - - - 1883. 1886. - - -
PINTO, Colírio Leite de Faria.	1. Compêndio de Geografia do Brasil. (compilações).	1879.
PITTA, Sebastião da	1. História da América Portuguesa, desde o ano de mil e	1730.

Rocha.	quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro.	
PITTA, Severiano Antonio da Rocha.	1. História ligeira do Brasil-República. 2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil por perguntas e respostas para uso das escolas. 3. Compêndio de História da América: obra didática.	1893. 1893. 1900.
PRALON, Augusto.	1. Quadro sinótico e cronológico da história do Brasil por Augusto Pralon e E. Mattoso.	1879.
PUENTE, André Leão. (Professor de História na Escola de Engenharia de Porto Alegre).	-	-
RABELLO, Laurindo José da Silva. (Professor de gramática portuguesa, história e geografia).	-	-
RANGEL, Carlos de Souza. (Paraibano, professor de instrução primária).	-	-
REBELLO, Domingos José Antonio.	1. Corografia ou abreviada história geográfica do império do Brasil, especialmente da província e cidade de S. Salvador, Bahia de todos os santos, coordenada e dedicada à casa pia e Colégio dos órfãos de S. Joaquim desta cidade para uso de seus alunos.	1829.
REGO, Antonio do.	1. Rudimentos de geografia para uso das escolas da instrução primária.	1862.
RIBEIRO (de Andrade e Silva), Hilário.	1. Geografia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.	1881.
ROCHA, Justiniano José da.	1. Compêndio de geografia elementar, oferecido ao governo de S. M. I. e por ele aceito para uso dos alunos do imperial Colégio de Pedro II. 2. Compêndio de história universal. 3. Compêndio de história da Idade Média.	1838. 1860. 1876.
RODRIGUES, Theodoro.	1. História do Brasil para o curso primário das escolas do Pará.	1899.
ROHAM, Henrique Beaurepaire.	1. Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil. 2. Sinopse genealógica, cronológica e histórica dos reis de Portugal e dos imperadores do Brasil.	1877. 1864.
RUBIM, Joaquim Frederico Kiappe da Costa.	1. Lições históricas e geográficas do Brasil, extraídos dos melhores autores.	1863.
SÁ, Jorge Maria de Lemos e.	1. Elementos de geografia, aprovado pela ilustrada inspetoria da instrução pública e mandados adotar pelo governo da província do Maranhão, nas aulas da instrução primária.	185?.
SÁ, Luiz de França Almeida e.	1. Compêndio de geografia da província do Paraná, adaptado ao ensino da mocidade brasileira e acompanhado de 130 notas instrutivas.	1871.
SAINT-ADOLPHE,	1. Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do	1845.

J. C. R. Milliet de.	Brasil.	
SALVADOR, Vicente do.	1. História do Brasil. 2. Livros I e II da História do Brasil.	1889. 1887.
SANTOS, Ignácio Francisco dos.	1. Simples noções de cosmografia e geografia, compiladas e traduzidas para uso da infância nas escolas de instrução primária.	-
SANTOS, João Brígido dos.	1. Resumo cronológico para a história do Ceará.	1887.
SANTOS, Presalindo Lery.	1. Epítome da História do Brasil. 2. Curso elementar de Geografia Moderna.	1876. -
SEIXAS, Romualdo Antonio de.	1. Sinopse da história do Brasil.	1875.
SERPA, João Aristides Soares.	1. A Escola. Curso de história universal. Pontos de história antiga; História média; História do Brasil.	1875.
SERRASQUEIRO, J. A.	1. Tratado elementar de cosmografia, composto segundo o programa oficial para o ensino desta ciência nos liceus.	1895.
SILVA, Domingos de Araújo e.	1. Dicionário histórico geográfico da província de São Pedro do Sul.	1865.
SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira.	1. Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará. 2. Ensaio corográfico do império do Brasil, oferecido e consagrado a sua majestade o senhor D. Pedro II. 3. Memórias históricas e políticas da Bahia.	1833. 1854. 1835-52.
SILVA, João Manoel Pereira da.	1. História da fundação do Império Brasileiro. 2. História do Brasil de 1831 a 1840.	1864-68. 1878.
SILVA, José Joaquim da.	1. Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais.	1878.
SILVA, Vasco de Araújo e.	1. Noções de geografia geral. 2. Noções de geografia para uso das escolas de instrução primária.	1885. -
SOBREIRA, João Gonçalves Dias.	1. Geografia especial do Ceará aprovada pelo conselho superior da instrução pública para servir de compêndio nas escolas primárias e secundárias da província.	1888.
SOUTHEY, Roberto.	1. História do Brasil. Traduzida do inglês pelo dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego dr. J. C. Fernandes Pinheiro.	1862.
SOUZA, Francisco Nunes de.	1. Noções elementares de geografia astronômica, física e política, redigidas segundo um novo plano metódico, teórico e prático, e adaptadas para servir de compêndio nas academias, liceus, etc., como para ministrar os rudimentos de geografia propriamente dita, sem auxílio e dependência de professor. 2. Geografia histórica, física e política do Brasil.	1845. 1854.
SOUZA, João Cardoso de Menezes e. (Professor de Geografia e História).	-	-
SOUZA, José Soriano de. (Paraibano, doutor em medicina e filosofia).	-	-
TAUTPHOEUS,	1. Manual de história moderna desde 1815 até 1856,	1856.

José Herman de.	organizado conforme o programa de instrução secundária de 1856, pelos professores Barão de Tautphoeus e João Antonio Gonçalves da Silva.	
TIBAULT, José Vicente.	Geografia elementar metódica do Brasil. Para uso das aulas do ensino primário.	1862.
THEBERGE, P.	1. Esboço histórico sobre a província do Ceará.	1870-75.
TORREÃO, Bazilio Quaresma.	1. Compêndio de geografia universal, resumido de diversos autores e oferecido à mocidade brasileira.	1824.
TRAVASSOS, Antonio José da Silva.	1. Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe.	1875.
TULLIO, Silva.	1. Estudos da língua Pátria, seleta, compreendendo: os estudos da língua pátria, os galicismos mais inveterados no uso dos escritores indignos de tal ofício, colecionados alfabeticamente.	-
VARNHAGEN, Francisco Adolpho de.	1. História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje Império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda.	1854-57.
VASCONCELLOS, Ezequiel Benigno de. (Professor de Português e de Geografia).	1. Pontos de geografia do Brasil segundo o novo programa para os exames gerais de preparatórios. Prova escrita.	1884.
VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de.	1. Seleta brasiliense ou notícias descobertas, observações, fatos e curiosidades em relação aos Homens, à História e cousas do Brasil.	1868.
VIEIRA, Joaquim José de Menezes.	1. Conheçamos nossa pátria.	1883.
VILLA-LOBOS, Raul.	1. Compêndio elementar de corografia do Brasil. 2. Pontos de História do Brasil, coordenados e redigidos de conformidade com o programa geral de preparatórios. 3. Lições de história universal (Max Cruser) de acordo com o programa geral de preparatórios. 4. Noções de cosmografia. 5. Epítome da história do Brasil desde seu descobrimento até a proclamação da República por J. P. Xavier Pinheiro.	1886. 1887. 1888. 1894. 1891.
WAPPAEUS, J. E.	1. Geografia física do Brasil, refundida.	1884.
ZALUAR, Augusto Emilio.	1. Noções elementares de geografia, compiladas para uso das escolas.	1880.

3.

PROGRAMA DE ENSINO/EXAME DA ESCOLA SECUNDÁRIA BRASILEIRA (COLÉGIO PEDRO II) 1850-1877			
ANO	MATÉRIAS ¹⁸³		OBRAS
1850 ¹⁸⁴	7º Ano	História do Brasil / Geografia antiga	X
	6º Ano	História Moderna / Geografia - América e Brasil	X
	5º Ano	História Média / Geografia – Europa	X
	4º Ano	História Romana / Geografia – Ásia	X
	3º Ano	História Antiga / Geografia – África, Oceania	X
	2º Ano	X / Geografia – Generalidades	X
	1º Ano	X / X	X
1856 ¹⁸⁵	1º Ano	X / X	X
	2º Ano	X / X	X
	3º Ano	História Moderna	Manual du Baccalauréat (Ed. ultima para uso dos liceus de Paris). Delamarche: Atlas.
	4º Ano	História Moderna (continuação) e História Pátria	Para o estudo de História Pátria: Compêndio de Geografia (P. Pompeo). Abreu e Lima – História do Brasil.
	5º Ano	História Antiga / Geografia	Manual du Baccalauréat (Ed. ultima para uso dos liceus de Paris). Delamarche: Atlas.

¹⁸³ Outras disciplinas conectadas ao universo histórico foram: História da Filosofia, História Natural e Higiene, Theologia Natural, História da Literatura Portuguesa, História da Literatura Brasileira, Português e História Literária.

¹⁸⁴ Desde 1850, para os programas de ensino do CPII era comum estudar em Línguas (Latim, Inglês, Francês, Alemão e Grego) obras intituladas como “História Romana” de GOLDSMITH.

¹⁸⁵ A partir de 1856 é possível encontrar indicações de livros para as demais disciplinas. Antes só para Línguas.

	6º Ano	História da Idade Média / Geografia	Manual du Baccalauréat (Ed. ultima para uso dos liceus de Paris). Delamarche: Atlas.
1858	1º Ano	História Sagrada e Doutrina Cristã / Geografia	Catecismo da Doutrina Cristã pelo cônego Fernandes Pinheiro.
	2º Ano	Geografia – Ásia e África (continuação)	X
	3º Ano	Geografia – Europa, América e Oceania / História da Idade Média	Manual du Baccalauréat (Ed. ultima para uso dos liceus de Paris). Delamarche: Atlas.
	4º Ano	História Moderna e Contemporânea / Corografia e História do Brasil	Manual du Baccalauréat (Ed. ultima para uso dos liceus de Paris). Delamarche: Atlas. P. Pompeu - Compêndio de Geografia. Abreu e Lima – História do Brasil. Gonçalves & Tautphoeus – Resumo de História Moderna e Contemporânea.
	5º Ano	Corografia e História do Brasil	P. Pompeu - Compêndio de Geografia. Abreu e Lima – História do Brasil. E compêndios franceses.
	6º Ano	História Antiga	Manual du Baccalauréat (Ed. ultima para uso dos liceus de Paris). Delamarche: Atlas.
	7º Ano	X / X	X

1862	1º Ano	Geografia / História Sagrada	Catecismo da D. C. pelo cônego Fernandes Pinheiro.
	2º Ano	Geografia / História Antiga	<i>Postillas do Professor.</i> Dr. Justiniano José da Rocha – História Antiga.
	3º Ano	Geografia / História Romana	De Rosoir e Dumont. História Romana, traduzida em português para o uso do Imperial Colégio de Pedro II.
	4º Ano	Geografia e Cosmografia / História da Idade Média	Dr. J. J. da Rocha – História da Idade Média.
	5º Ano	História da Idade Média (continuação até o fim)	Dr. J. J. da Rocha – História da Idade Média.
	6º Ano	História Moderna e Contemporânea	Manual d'études pour La preparation du Baccalauréat em lettres – Historie de Temps modernes.
	7º Ano	Corografia e História do Brasil	<i>Postillas do Professor.</i> P. Pompeu - Compêndio de Geografia. Abreu e Lima – História do Brasil.
1877	1º Ano	História Sagrada / Elementos de Geografia e Aritmética	Resumo de História Sagrada por Edon. Elementos de Geografia moderna por Pedro de Abreu. Atlas de Delamarche.
	2º Ano	X / X	X
	3º Ano	Geografia	X

	4º Ano	História Antiga e Média	Compêndio de História Antiga pelo Dr. Moreira de Azevedo. Lições Elementares de História da Idade Média pelo Bacharel Domingos Ramos de Mello.
	5º Ano	História Moderna e Contemporânea	Manual du Baccalauréat: Historie de Temps modernes. Resumo da História Contemporânea por um professor.
	6º Ano	Cosmografia / Geografia do Brasil	X
	7º Ano	História do Brasil	Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, pelo Dr. J. M. de Macedo.
1878	1º Ano	Geografia (parte física)	X
	2º Ano	Geografia (parte política)	X
	3º Ano	X	X
	4º Ano	História Antiga e Média	X
	5º Ano	História Moderna e Contemporânea / Cosmografia	X
	6º Ano	X	X
	7º Ano	História e Corografia do Brasil	X
1882	1º Ano	Programa de Ensino de Religião / Noções de Geografia	X
	2º Ano	Programa de Ensino de Religião	X
	3º Ano	Programa de Ensino de Geografia	X
	4º Ano	Programa de Ensino de Geografia e	X

		Cosmografia	
	5º Ano	Programa de Ensino de História Geral (Antiga / da Idade Média)	X
	6º Ano	Programa de Ensino de História Geral (Moderna / Contemporânea)	X
	7º Ano	Programa de Ensino de História Geral e Corografia do Brasil	X

4. BANCO DE DADOS DOS REGISTROS DE BATISMOS DA FREGUESIA NOSSA SENHORA DAS NEVES / PARAHYBA, 1833-1860.

PARA O PROFESSOR MANOEL PORFÍRIO ARANHA¹⁸⁶

Nome: Manoel, Antonio, Benjamim, Ritta, Marianna, Maria.
 Cor, origem étnica: NC¹⁸⁷ e branca (para as demais).
 Condição jurídica: NC (para todos(as)).
 Tipo de filiação: Legítima (L) (para todos(as)).
 Nome do pai: M. P. ARANHA, José Pedro Rodrigues da Silva, Firmino José Leão, M. P. ARANHA, M. P. ARANHA, Francisco Carneiro.
 Cor do pai / Condição jurídica pai: NC (para todos).
 Nome da mãe: Armilona de Cacia Carneiro da Cunha, Caetana Anunciada da Glória, Anna Lins de Mello, D. Armilina de Cassia Carneiro da Cunha, D. A. C. C. C., Anna Bandeira de Mello.
 Cor da mãe / Condição jurídica mãe / Avô paterno e cor / Avó paterna e cor / Avô materno e cor / Avó materna e cor / Nome do dono e cor / Estado civil (prop) / Exposta na casa/hospital / Cor e estado civil do(a) acolhedor(a): NC (para todos(as)).
 Data do batismo: 01/03/1840, 28/02/1846, 07/09/1851, 21/12/1853, 21/12/1853, 29/12/1860.
 Idade: 4 a 6 meses, 6 a 9 meses, 2 meses, 6 a 8 anos, 10 a 12 meses, 6 a 9 meses.
 Local: Matriz N. S. das Neves (M), M. de Santa Ritta, (M), (M), (M), (M).
 Padre que recebeu a licença: Joaquim Antonio Leitão, Vig. José Silveira _____ de Vasconcellos _____, Francisco de Paula Monteiro Cavalcante, NC.
 Padre que batizou: Manoel Lourenço de Almeida, José Antônio Lopes da Silveira, NC, Joaquim Antonio Marques, J. A. M., J. A. M., J. A. M.
 Distinção social do padrinho/assistente: NC, NC, NC, NC, Comendador, Comendador, NC.
 Padrinho e cor: Joze Pedro Rodrigues da Silva e NC, M. P. ARANHA e NC, M. P. ARANHA e NC, NC, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e NC, J. M. C. C. e NC, M. P. ARANHA e NC.
 Condição jurídica padrinho: NC (para todos).
 “Estado civil” padrinho/assistente: Casado e/ou NC (para todos).
 Obs. Sobre o padrinho: NC, casado com a madrinha, NC, NC, NC, irmão da madrinha.
 Distinção social da madrinha/assistente: NC e/ou Dona (para todas).
 Madrinha e cor: NC, NC, NC, NC, Maria da Gloria Aranha.
 Cond. Jurídica madrinha / “Estado civil” madrinha: NC (para todas).
 Obs. Sobre madrinha: NC, Casada com o padrinho, NC, NC, Irmã do Padrinho, NC.
 Obs.: Assinado pelo vig. Joaquim Antonio Marques, NC, Assinado pelo vig. J. A. M., Criança batizada em perigo de vida pelo Reverendo Frei Luis de Santa Ignez, religioso franciscano. Assinado pelo vig. J. A. M., Assinado pelo vig. J. A. M.

PARA O PROFESSOR CLAUDIANO JOAQUIM BEZERRA CAVALCANTE

Nome: Maria, João, Herculana, João, Antonio, Jose, Silvino, João, Antonio, Jacinto, João, Adelina, Ignácio, Luis, Geraldo, Mirandolina, Manoel.
 Cor, origem étnica: Parda, branca, parda, crioula, parda, branca, branca, parda, semibranca, branca, branca, parda, branca, branca.
 Condição jurídica: NC (para todos(as)), com exceção de uma liberta.
 Tipo de filiação: (L) e/ou natural (para todos(as)).
 Nome do pai: Vicente Gomes Pessoa, Manoel Queiros Monteiro, _____ Ernesto de Tumargo, Jacinto de Barros Pereira, Fermino Lucas dos Santos, Adriano Francisco Ferreira Neves, Alferes Jose Francisco de Ataíde Mello, NC, Antonio Franco de Oliveira, Ernesto Pereira da Nobrega, Antonio

¹⁸⁶ Nesta documentação também ocorre a mudança de grafia dos nomes dos professores, assim como o de suas esposas. Outro fator que ocorre também é a ordem dos sobrenomes desses personagens.

¹⁸⁷ Nada consta.

Holanda Cavalcante, José Felis Bandeira, Pedro da Cunha _____, NC, Geraldo Beserra Cavalcante, Francisco Pereira de Carvalho, Antonio Vicente Magalhaes.

Cor do pai /Condição jurídica PAI: NC (para todos).

Nome da mãe: Claudina de Mello Munis, Quiteria Maria da Conceição, Thomasia Luzia da Serra, Maria Ramos da Conceição, Januaria Maria da Conceição, D. Idalina Symphorora da Fonceca Milanez, D. Roza Maria Carolina da Silva, Thereza Maria de Jesus, Maria Francisca do Rozário, D. Florinda Maria da Conceição, D. Josefina Emilia Cavalcante, Gracelina Maria do Amparo, Josefa Maria da Conceição, Vicencia Maria da Conceição, D. Esmeria Gaulina Borges, Francisca d'Paula, D. Felicia Perpétua de Magalhaes.

Cor da mãe / Condição jurídica mãe / Avô paterno e cor / Avó paterna e cor / Avô materno e cor / Avó materna e cor / Nome do dono e cor / Estado civil (prop) / Exposta na casa/hospital / Cor e estado civil do(a) acolhedor(a): NC (para todos(as)).

Data do batismo: 22/11/1846, 16/09/1850, 17/11/1850, 10/08/1851, 09/11/1851, 25/04/1852, 14/08/1852, 08/12/1852, 09/01/1853, 16/10/1853, 19/04/1854, 24/12/1854, 01/01/1855, 10/06/1855, 28/07/1855, 14/03/1856, 18/11/1855.

Idade: 1 a 2 anos, 4 a 6 meses, 3 meses, NC, 15 a 29 dias, 1 mês, 2 meses, 4 a 6 meses, 15 a 29 dias, 2 meses, 8 a 14 dias, 1 a 2 anos, 1 mês, 3 a 5 anos, 4 a 6 meses, 4 a 6 meses, 9 a 10 anos

Local: Capela de Santo Antonio de Tambaú, (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M), Oratório do capitão Claudino Joaquim Beserra Cavalcante, Oratório da casa de Antonio Vicente de Magalhaes - Rua dos Convertidos desta cidade.

Padre que recebeu a licença: José Avelino Monteiro, Antonio de Mello Munis Maia, Angelo Baptista Avondano, Eduardo Marcos de Araújo, NC, NC, Joaquim Antonio Leitão, Erico de Santana Rique, E. M. A., NC, Antonio de Mello Muniz Maia, E. M. A., E. M. A, E. M. A, E. M. de A, NC, E. M. A., Padre Mestre João do Rego Moura.

Padre que batizou: Joaquim Antonio Marques e/ou NC.

Distinção social do padrinho/assistente: NC (para todos), com exceção de uma indicação da distinção de “capitão”.

Padrinho e cor: Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcante e NC (para todos), com exceção de uma indicação de Antonio José Lopes.

“Estado civil” padrinho/assistente: NC e/ou casado (para todos).

Obs. sobre o padrinho: NC e/ou casado com a madrinha (para todos).

Distinção social da madrinha/assistente: NC e/ou Dona (para todas).

Madrinha e cor: NC, Maria Etelvina Henriques Bezerra Cavalcante para todos(as), Esmeria Gaulinda Borges e Thereza Maria de Jesus Vieira.

Cond. Jurídica madrinha: NC (para todas).

“Estado civil” madrinha: NC e/ou casada (para todas) e uma viúva.

Obs. Sobre madrinha: NC e/ou casada c/ o padrinho (para todas).

Obs.: -, -, -, Assinado pelo vig. Joaquim Antonio Marques, Assinado pelo vig. J. A. M., Madrinha p/ procuração ap. p/ Jose Thomaz Ferreira Neves. Assinado pelo vig. J. A. M., Assinado pelo vig. J. A. M., Criança batizada em casa em perigo de vida por Claudiano José Bezerra. Assinado pelo vig. J. A. M., Assinado pelo vig. J. A. M., Padrinho p/ procuração ap. p/ Joaquim da Silva Coelho. Madrinha p/ procuração ap. p/ D. Maria da Conceição Maia. Assinado pelo vig. J. A. M., Madrinha p/ procuração ap. p/ Joaquim Cavalcante de Albuquerque. Assinado pelo vig. J. A. M., Assinado pelo vig. J. A. M., -, Privadamente batizada por Joaquim Antonio Leitão, -, -, Oratório situado na Rua das Convertidas desta cidade; Todos os moradores nesta freguesia; Assinado pelo Vig. J. A. M.

THOMAS DE AQUINO MINDELLO

Nome: Benedicto, José, Anna, Luis, Adoneo, Francisco, Thomas, Joaquim, Porfirio, José.

Cor, origem étnica: parda, branca, branca, branca, parda, parda, branca, branca, parda, parda.

Condição jurídica: NC (para todos(as), com exceção de uma indicação “livre”.

Tipo de filiação: L (para todos(as) e uma natural.

Nome do pai: José Ferreira de Campos, Luis da Silva Baptista, Thomaz d'Aquino Mindello, Benedicto José Francisco de Oliveira, Manoel Pereira de Mello, José Dos Passos de Carvalho, Custódio Domingues dos Santos, José Carlos Rabello, Antonio Rodrigues Leite, NC.

Cor do pai / Condição jurídica Pai: NC (para todos).

Nome da mãe: Francelina Faustina Pinheiro, Felisbella Rabello de Castro, Anna Alexandrina de Lima, Maria da Purificação Barroso, Rita Maria de Mello, Joanna Baptista de Carvalho, D. Thereza Serafina dos Santos, Anna Gertrudes de Castro, Joanna Maria de S. José, Rosália Maria da Conceição.

Cor da mãe: Condição jurídica mãe: Avô paterno e cor: Avó paterna e cor: NC (para todos(as)).

Avô materno e cor: NC, NC, Francisco Fernandes Lima, NC, NC, NC, NC, NC, NC, NC, NC.

Avó materna e cor: NC, NC, Luiza Celestina da Rosa Lima, NC, NC, NC, NC, NC, NC, NC, NC.

Nome do dono e cor / Estado civil (prop) / Exposta na casa/hospital / Cor e estado civil do(a) acolhedor(a): NC (para todos).

Data do batismo: 26/08/1855, 08/03/1856, 23/03/1856, 15/06/1856, 16/01/1857, 10/05/1857, 07/03/1858, 06/04/1858, 08/05/1859, 16/09/1860.

Idade: 2 meses, 4 a 6 meses, NC, 1 mês, 6 a 9 meses, 4 a 6 meses, 2 meses, 1 a 2 anos, 4 a 6 meses, 6 a 9 meses.

Local: (M), (M), Convento da Ig. São Francisco, (M), (M), (M), (M), (M), (M), (M).

Padre que recebeu a licença: NC, João do Rego Moura, Reverendo Frei Antonio de Santa Rosa de Lima, NC, Theodolino Antonio da Silveira Ramos, NC, NC, NC, NC, NC

Padre que batizou: Joaquim Antonio Marques e/ou NC (para todos).

Distinção social do padrinho/assistente: NC, NC, NC, NC, Secretário do governo desta província, Secretário do governo desta província, NC, NC, NC, NC.

Padrinho e cor: Thomaz de Aquino Mindello, Thomas de A. M., Francisco Fernandes Lima, T. A. M. e branca, T. A. M., T. A. M., T. A. M., T. A. M., T. A. M., T. A. M.

Condição jurídica padrinho: NC para todos.

"Estado civil" padrinho/assistente: casado e/ou NC (para todos).

Obs. Sobre o padrinho: casado com a madrinha e/ou NC (para todos).

Distinção social da madrinha/assistente: dona e/ou NC (para todas).

Madrinha e cor: Anna Alexandrina de Lima, A. A. L., Luisa Celestina da Rosa Lima, Nossa Senhora do Rozário, A. A. L., A. A. L. Mindello, A. A. L., //, Nossa Senhora das Neves.

Cond. Jurídica madrinha: NC (para todas).

"Estado civil" madrinha: casada e/ou NC (para todas).

Obs. Sobre madrinha: casada com o padrinho e/ou NC (para todas).

Obs.: -, padrinho e madrinha são avós maternos, -, -, -, Pai natural de Portugal distrito do Porto - Mãe Natural do Brejo de Areia - Ambos moradores desta freguesia - Assinado pelo vig. J. A. M., Batizado em perigo de vida por pessoa instruída na forma do Batismo - Assinado pelo vig. J. A. M., Criança nascida nesta freguesia - Assinado pelo vig. J. A. M., Batizado em perigo de vida pelo padre José Antonio da Silveira.

5. Com base no site “<http://ozildoroseliafazendohistoriahhotmail.blogspot.com.br/2010/12/assembleia-legislativa-da-paraiba.html>” montamos um quadro informativo sobre os professores de História e suas formas de participação política na Assembleia Legislativa da Paraíba¹⁸⁸:

PROFESSORES	LEGISLATURAS/ANOS
MANOEL PORFÍRIO ARANHA	5ª LEGISLATURA - 1844-1845. 9ª LEGISLATURA - 1852-1853. 10ª LEGISLATURA - 1854-1855. 11ª LEGISLATURA - 1856-1857. 13ª LEGISLATURA - 1860-1861. 14ª LEGISLATURA - 1862-1863. 18ª LEGISLATURA - 1870-1871. 19ª LEGISLATURA - 1872-1873. (faleceu)
CLAUDIANO JOAQUIM BEZERRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	8ª LEGISLATURA - 1850-1851. Claudino Joaquim Bezerra Cavalcanti. 9ª LEGISLATURA - 1852-1853. 12ª LEGISLATURA - 1858-1859. Claudino Bezerra Cavalcanti. 13ª LEGISLATURA - 1860-1861. 14ª LEGISLATURA - 1862-1863. 18ª LEGISLATURA - 1870-1871. 19ª LEGISLATURA - 1872-1873. 20ª LEGISLATURA - 1874-1875.
THOMÁS DE AQUINO MINDELLO	14ª LEGISLATURA - 1862-1863.
ERNESTO AUGUSTO DA SILVA FREIRE	1ª LEGISLATURA - 1891-1892.

¹⁸⁸ Ferronato (2012, p. 172) nos afirma: “Foram esses homens os responsáveis pela instrução ministrada no Lyceu Provincial, no período compreendido por este trabalho, uma instrução preocupada em formar um homem culto, que tivesse contato com o Latim, o Francês e o Inglês, Retórica, Ciências Físicas e Naturais, Álgebra, Aritmética, Geografia e História.”

ANEXOS

1.



Capa do Compêndio
 “Resumo de História do Brasil” de Bellegarde
 (1834)
 Fonte: Acervo de FERRONATO, 2012.

2.

RELAÇÃO DOS LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTECA DO LYCEU DA PARAHYBA DO NORTE, NO ANO DE 1853 ¹⁸⁹		
VOLUMES	TITULOS.	AUTORES.
1	Diccionario da língua Portugueza.....	Constancio.
1	Historia de D. João de Castro.....	Freire de Andrade
1	Lusiadas.....	Camões
1	Cartas Selectas.....	Vieira.
1	Diccionario da Lingua Latina.....	Ramalho.
2	Ditos de varias linguas.....	Calepinos.
1	Dito de Fabulas.....	Chompré.
2	Gradus ad Parnasum.....	Anonimo.
1	Novo Methodo da Grammatica Latina.....	Antonio Pereira.
1	Compendio da dita dita.....	O mesmo.
1	Explicação da Syntaxe.....	Dantas.
1	Vida dos Homens celebres da Grecia.....	Cornelio Nepos.
1	De Officiis.....	Cicero.
3	Orações.....	O mesmo.
1	Cartas escolhidas.....	O mesmo.
3	Fabulas.....	Phedro.
1	Conspiração de Catilina.....	Salustio.
1	Historia Romana.....	Tito Livio.
3	Eneida.....	Virgilio.
2	Odes.....	Horacio.
1	Poesias.....	Ovidio.
2	Diccionarios da Lingua Franceza.....	Fonseca.
2	Ditos para composição na mesma.....	Roquete.
1	Glossario de palavras francezas.....	D. Fr. Francisco de S. Luiz.
4	Grammaticas da Lingua Franceza.....	Sevene.
1	Dita da dita dita.....	Hamoniere.
3	Aventuras de Telemaquo.....	Fenelon.
1	Fabulas.....	La Fontaine.
1	Diccionario da Lingua Ingleza.....	Vieira.
1	Dito para composição na mesma.....	O mesmo.
1	Historia da Inglaterra.....	Goldsmid
1	Iliada de Homero.....	Pope.
1	Arithmetica.....	Bezouet.
3	Elementos de Algebra.....	Idero.
1	Geometria.....	Euclides.

¹⁸⁹ “Realizando uma breve prospecção sobre essa listagem, percebemos que o perfil da Biblioteca se coadunava com a perspectiva propedêutica do Lyceu, uma vez que os livros eram, predominantemente, vinculados ao ensino de Filosofia, Retórica, Latim, Língua Nacional e Estrangeira (Francês e Inglês), além de alguns livros de História (Universal, de Roma, da Grécia, e da Inglaterra) e de Geografia. Ao mesmo tempo, é perceptível a pequena quantidade de livros da área considerada “das ciências”. Apenas cinco: um de Aritmética, três de Elementos de Álgebra e um de Geometria, todavia nenhum registro (exemplar de livro) de obras destinadas à Física, Química, Biologia, ou até mesmo de História Natural. (...) A força da formação humanista no ensino liceal, pelo que podemos inferir, estava apoiada nas obras clássicas, com destaque para o ensino de língua francesa e dava, ao mesmo tempo, tributo à vida imperial.” (FERRONATO, P. 148-149, 2012).

1	Geographia.....	Gualtier.
1	Atlas Geographico.....	Simencourt.
1	Dito dos principaes portos do Brazil.....	Milliet S. Adolfe.
2	DiccionarioGeographico do Brazil.....	O mesmo.
1	Discurso sobre a Historia Universal.....	Bossuet.
1	Elementos de Psychologia.....	Jacquier.
1	Ethica.....	Job.
4	Obras philosophicas.....	Descartes.
7	Ensaaios philosophicos.....	Locke.
2	Philosophia.....	Lasomiguiere(?)
4	Historia comparada da mesmo.....	Degerand.
3	Philosophia.....	Geruzez.
3	Philosophia.....	Dugald Stewart.
1	Rhetorica.....	Freire de Carvalho.
1	Poetica.....	O mesmo.
2	De Oratore.....	Cicero.
2	Eloquencia Nacional.....	Lopes Gama.
3	Rhetorica.....	Blair.
93	SOMMA	
Secretaria da instrucção Publica da Parahyba em 19 de Fevereiro de 1853. — <i>Thomaz de Aquino Mindello</i> , Secretario. — Está conforme. — <i>João da Matta Corrêa Lima</i> .		

Fonte: Tabela elaborada por Ferronato (2012, p. 147 e 148): a partir de dados contidos em: PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1853, p. 43.

3.

MAPPA demonstrativo dos Estudantes matriculados nas diferentes Aulas do Lyceo, e dos que forão examinados e aprovados desde 1842 até 1852 inclusivamente. ¹⁹⁰												
DIFFERENTES ANNOS.	TOTAL.	De 1842.	De 1843.	De 1844.	De 1845.	De 1846.	De 1847.	De 1848.	De 1849.	De 1850.	De 1851.	De 1852.
Matriculados.....	849	33	68	74	78	82	71	63	61	115	93	82
Examinados e aprovados.....	196	16	35	40	29	16	21	44	4	4	7	10
Secretaria da Instrucção Publica da Parahyba em 19 de Fevereiro de 1853. — <i>Thomaz de Aquino Mindello</i> , Secretario. — Está conforme. — <i>João da Matta Corrêa Lima</i> .												

4. Projecto n. 9

A Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte

Decreta:

Art. 1º Fica o Presidente da Provincia autorizado a despende a quantia de quinze contos de réis (15:000\$000) com a aquisição e impressão da – **Historia da Provincia da Parahyba** – escripta pelo Dr. Maximiano Lopes Machado.

Art. 2º No contracto que a respeito fôr celebrado com o autor fará elle cessão á Provincia da propriedade da dita obra, ficando com tudo obrigado a fiscalizar as provas de sua impressão.

Art. 3º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, em 4 de Novembro de 1887 – Amaro Gomes Carneiro Beltrão, presidente. – José Campello d'Albuquerque Galvão. 1º secretario. – Graciliano FontinoLordão, 2º Secretario.

- Volte á Assembléa Provincial

O presente projecto, autorisando o dispendio de quinze contos de réis com a aquisição e impressão da **Historia da Provincia da Parahyba**, escripta pelo Dr. Maximiano Lopes Machado, não pode ter a sancção presidencial.

Quando a Assembléa Provincial, attendendo o estado excessivamente precário das finanças provinciais, autorisou a Presidencia da Provincia a entrar em accordo com os possuidores das apólices sobre o pagamento dos juros vencidos; quando a mesma Assembléa com intuito de levantar o credito da Provinciasupprime empregos e diminuedespezas, não é justo por ora autorisar novos encargos que retardão o pagamento dos juros vencidos e nullificam as economias projectadas.

Palacio da Presidencia da Provincia da Parahyba, em 12 de Novembro de 1887.

Francisco de Paulo Oliveira Borges

Fonte: Jornal da Parahyba, 25 de novembro de 1887.

(Retirado de SOUZA, 2010, p. 106). [negritos nossos].

¹⁹⁰ Exposição feita pelo dr. Antonio C. de Sá e Albuquerque na qualidade de presidente da provincia da Parabyba do Norte no acto de passar a administração da provincia ao 2º vice-presidente, o exc. Sr. Dr. Flavio C. da S. Freire, em 29 de abril de 1853.

5.

“(…) lembrar-se-ha V. Exc. que fiz ver, que algumas pessoas reconhecidamente qualificadas recusavam mandar nelle estudar a seus filhos, pelos muitos excessos e disturbios, que alli se praticão, apadrinhados, ou tolerados, sobre tudo, pela deficiencia de Leis disciplinares. Com effeito, é digna de notar-se a nimia escassez com que se portou o Legislador nesta parte tão precisa para a manutenção da ordem em um estabelecimento de educação da mocidade. As unicas disposições penaes do Regulamento vigente são as contidas nos art. 20 e 29. O art. 20 diz: Os alumnos que não forem assiduos, os insubordinados e desobedientes á seus mestres serão expulsos do Lycêo, quando assim o deliberar a Presidencia» e o art. 29 assim se exprime: «Será permitido nas aulas de instrucção primaria, e da superior da primeira cadeira (a de Latim) o castigo com palmatoadas.» (...) Não seria uma lei formulada nestas condições justamente reputada defeituosa, e insufficiente para garantir a conservação e andamento de qualquer associação ou estabelecimento, principalmente d’um Lycêo, onde os castigos correccionaes se fazem indispensaveis para sua manutenção e regularidade? (...) Está, pois, cabalmente provado, que o regulamento actual da Instrucção Publica se resente de grande falta de disposições penaes, que abranjão os delictos, em que não for devidamente cabido o maximo castigo de exclusão, e por uma natural deducção que a certeza da impunidade ha dado lugar aos excessos e descomedimentos, que no Lycêo se praticão. (...) Seja o director expressa e legalmente autorizado a penitenciar a seu arbitrio, já não digo com palmatoadas, mas com quaesquer outros castigos, aos estudantes privilegiados, que o merecerem, bem como mandal-os conservar de pé durante os trabalhos da aula a que pertencerem; possa elle igualmente, nos crimes de maior monta, recluser em uma sala do Lycêo os delinquentes, por espaço de horas que, á juizo prudente, correspondão com a gravidade do delicto; sejam, finalmente, suas ordens sustentadas e consideradas como de ultima instancia, que logo cessarão esses prejudiciaes e inveterados inconvenientes. Convicção tenho que, á proporção que a indiferença, altivez e insubordinação se forem persuadindo de sua impossibilidade na prosecução de sua marcha costumada, livre ou coagidamente, mudarão de rumo, e, por propria conveniencia e conservação, buscarão congraçar-se com a boa ordem e são costumes.” (ANNEXO N. 8, 1866, p. 289)¹⁹¹.

¹⁹¹ Esta delonga citação é amplamente farta do significado de que cabiam aos alunos das demais cadeiras, além da 1ª (de Latim) a severidade de castigos mais profícuos. O que nos leva a pensar sobre o comportamento e disciplina dos estudantes de História, por exemplo. Disciplina esta que tinha como um de seus fins a elevação moral do espírito e das mentes de seus alunos.

6.

Programas de Ensino do Lyceu Provincial/ Lyceu Parahybano/ *Gymnasio Parahybano* - 1836 a 1864

	Lei de 1836 <i>Lyceu Provincial</i>	Lei de 1839 <i>Lyceu Parahybano</i>	Resolução de 1846 <i>Lyceu Parahybano</i>	Lei de 1851 <i>Lyceu Parahybano</i>	Regulamento de 1860 <i>Gymnasio Parahybano</i>	Regulamento de 1864 <i>Lyceu Parahybano</i>
	Latim	Latim	Latim	Latim	Latim	Latim
C	Francês	Francês	Francês (traduzir e falar)	Francês (traduzir e falar)	Língua Francesa	Língua Francesa
	-	Inglês	-	-	Língua Inglesa	Língua Inglesa
A						
D	Matemática	Matemática	Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria retilínea	Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria retilínea	Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria retilínea, Contabilidade e escrituração mercantil	Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria retilínea, Contabilidade e escrituração mercantil
E		-	-	-	-	Trigonometria
I		Geografia, Cronologia e história	-	Geografia, Cronologia e história	Geografia e história universal, e especialmente a do Brasil	Geografia e história universal, e especialmente a do Brasil
R						
A	Filosofia	Filosofia	Filosofia racional e moral	Filosofia racional e moral	Filosofia racional e moral	Filosofia racional e moral
S	Retórica	Retórica	Retórica, Poética, Geografia, Cronologia e história	Retórica, Poética,	Retórica, Poética e Língua nacional	Literatura e Língua Nacional
	-	-	-	-	Elementos de Física, Química e Botânica	-
	-	-	-	-	Música	-
	, -;	-	-	-	Desenho geométrico e topográfico	-

Fonte: Quadro II montado por Pinheiro (2009, p. 05-06), a partir de leis e regulamentos da instrução pública publicados nos respectivos anos. Cf. Pinheiro e Cury (2004).

7.

A N O	1836	1839	1842	1848	1851	1852	1856	1858	1860	1864
M A T É R I A S	Latim, Francês, Retórica, Filosofia Primeiro ano de Matemática	Latim, Francês, Retórica, Geometria, Filos. Racional e Moral	Latim e Portuguez, Latim, Francês, Retórica, Poética e Geografia, Filos. Racional e Moral, Aritmética e Geom.	Gramática Latina. Gram. Francesa. Retórica, Geog., Cronologia e Historia . Filos. Aritmética, Álgebra, Geom. e Trigonometria Gram. Inglesa.	Gram., Latina., Inglês e, Francês., Retórica, Geog., Cronologia, e História Filos- Aritmética, Álgebra, Geom., e Trigon. ,	Gram. Latina Gram. Francesa e Inglesa Aritmética, Álgebra, Geom. e Trigon. Geog., Cronologia e História Filos. Racional, e Moral Retórica, e Poética	Latim, Francês, Inglês Geom. Historia e Geog. Filos. Retórica	Latim. Francês e Inglês. Geom.. Geog. Filos. Retórica	Latim Língua Francesa L. Inglesa Aritmética, Álgebra, Geom., Trigon. retilínea, Contabilidade e escrituração mercantil Geog. e história universal, e especialmente a do Brasil Filos. racional e moral Retórica, Poética e L. nacional Elementos de Física, Química e Botânica Música Desenho geométrico e topográfico.	Latim L. Francesa L. Inglesa Aritmética, Álgebra, Geom., Trigon. retilínea, Contab. e escrituração mercantil Filosofia racional e moral Literatura e Língua Nacional.

Fonte: Quadro X¹⁹² - Planos de Estudos do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte 1836-1864, elaborado por Ferronato (2012, p. 103). Segundo o referido autor parte das informações contidas no quadro acima foram retiradas dos relatórios que se encontram disponíveis no seguinte site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acesso: 23/01/12. Entretanto, o autor informa ainda que as informações das colunas referentes aos anos 1860 e 1864 foram retiradas do trabalho realizado por Pinheiro (2011, p.37). [negritos nossos]

¹⁹² Por questões de formatação, empregamos alguns termos (em sua primeira vez citado) na grafia adotada pelo autor, e na segunda vez os abreviamos.

8. Cartas sobre a instrução pública nos jornais da Paraíba no Império

P. 2 - **Jornal:** O Governista Parahybano

Data: 15 de junho de 1850

Signatário: -

Destinatário: Diretor do Liceu

Classificação da Carta: Negócios e Encargos

Assunto: Ao Director do Lyceo: Leccionar a cadeira de Rhetorica

- Ao diretor do liceu, em resposta ao seu officio desta data que ano devemos sofrer a lastrueção da __ cidade, cumpria que Smc. Chamasse ao substituto para lecionar a cadeira de Retórica durante o impedimento do professor, que está com licença, embora esteja já a__inele substituto lecionando a cadeira de gramática latina, visto que pode muito bem prestar estes serviços sem inconveniente, ainda que para isso seja __ister mudar temporariamente a hora do ensino de algumas das ditas cadeiras, sendo que foi este o pensamento d'Assembleia quando encarregou a um substituto duas e mais cadeiras, e tal deve ser a convicção de quem quer que exerce esse cargo de substituto.

P. 13 - **Jornal:** O Governista Parahybano

Data: 27 de julho de 1850

Signatário: -

Destinatário: Dr. Inspector d'administração das rendas

Classificação da Carta: -

Assunto: Encomenda para compra de livros

JULHO 22 – Ao Dr. inspector d'administração das rendas determinando que encomende para Pernambuco, Bahia, ou Rio de Janeiro os livros mencionados na relação, que se lhe remette necessários á bebloteca do lyceo, sendo procurados com a maior brevidade e de melhor qualidade, e a despeza pela verba do 4º do artigo da lei do orçamento vigente. - Communicou-se ao director do lyceo em resposta ao seu officio datado em 15 do corrente.

P. 20 - **Jornal:** O Governista Parahybano

Data: 17 de agosto de 1850

Signatário: - **Destinatário:** -

Classificação da Carta: Negócios e Encargos

Assunto: Estatística das cadeiras do Lyceo

ESTATISTICA DA PROVINCIA

O Lyceo desta Cidade consta de 7 cadeiras: a 1ª de Latim, a 2ª de Francez, a 3ª de Rhetorica, Geographia e Chronologia e Historia, a 4ª de Philosophia, a 5ª de Matematicas, a 6ª de língua Ingleza, finalmente a 7ª de desenho.

P. 25 - **Jornal:** O Governista Parahybano

Data: 27 de agosto de 1850

Signatário: - **Destinatário:** -

Classificação da Carta: Negócios e Encargos

Assunto: Pagamento de ordenado vencido

- Do mesmo fazendo igual remessa para ter o mesmo destino o requerimento de Manoel Porfírio Aranha professor de Rhetorica do lyceo pedindo pagamento do ordenado, vencido no tempo em que esteve fora do lyceo por acto do Governo, visto ter sido na mesma cadeira reintegrado por portaria de 30 de março ultimo, para que em vista das informações a que procedeo S. Exc. o Sr. Presidente da provincia, decida a assembléa como for de justiça.

P. 33 A 41 - **Jornal:** O Governista Parahybano

Data: 14 de setembro de 1850

Signatário: Director do Lyceo

Destinatário: -

Classificação da Carta:

Assunto: Discurso sobre o ensino secundário- o Lyceo

DISCURSO

Recitado no dia 18 de julho de 1850 perante o Exm. Sr. Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra pelo Director do Lyceo da Capital da mesma Provincia, o Reverendo João do Rego Moura, por ocasião da abertura da Aula de Dezenho creada no mesmo Lyceo, pelo mesmo Exm. Senhor.

Desoito annos, Senhores, são já passados depois que se lançarão os primeiros fundamentos deste Lyceo; já lá vão desoito annos que o Governo do Paiz dando atenção a uma das necessidades mais palpitantes dos habitantes desta Provincia, creou e proveu algumas das cadeiras, que hoje compõem este Estabelecimento. Nessa epoca em que os

moços, que se dedicavam as letras, ou que procuravam obter uma educação litteraria mais aprimorada, mal encontravam em nossa Provincia. além do ensino vulgar, eschollas de latinidade: nessa época que eu chamarei tenebrosa para os habitantes da Provincia, os nossos jovens patricios eram forçados a ir alhures mendigar os conhecimentos das humanidades, que então eram já mezinhos á cidades menos importantes do Brazil.

De uma tal privação, Senhores, resultava infelizmente para nos a vergonhosa ignorância dos conhecimentos mais triviaes das bellas lettras; o que se notava na grande maioria da Provincia. o mesmo d'esta Capital: e a mocidade destituída de meios de poder instruir-se fora, aqui ficava ignorante, e desconhecendo as belezas, e utilidade da cultura das bellas lettras. Este estado de atonia da intelligencia, desta falta de illustração era fatal a civilização e representação de nossa provincia; e, em quanto que o mundo inteiro caminhava á passos de gigante na carreira da civilização e das lettras, a Parahyba jazia estacionaria, e ignorante, qual fôra mesmo nos tempos coloniaes.

Ainda hoje, Senhores, nos resentimos desse antigo deleixe, e incuria dos Governos de tempo de nossos Pais. Mal que se abrirão as aulas novamente creadas em 1832, a nossa juventude correu avida de luzes a frequentalas. Esse anno marca uma nova era de progresso, e desenvolvimento das lettras na Parahyba. D'então pra cá os môços em geral bem que não possam ser reputados cruidos, tem todavia já hoje os conhecimentos, e noções mais geraes das humanidades. Isto, Senhores, já não era pouco em atenção ao estado de ignorância em que d'antes jaziamos.

Entretanto, bem que já vantajosa a instrucção secundaria nesta Cidade em 1832 não podia ainda satisfazer as nossas necessidades. Foi pois pela consciencia dessa deficiencia que em 1836 foi creado este Estabelecimento, que se regularizou em 1837; então já novos meios se facilitavam, outras proporções se offereciam, os conhecimentos manso e manso se iam expandindo, a civilização começava a tomar incremento, as nossas necessidades pouco e pouco se iam reconhecendo, e em 1839 foi creada e provida uma cadeira da lingua inglesa. Já era tempo que tivéssemos meios de não ignorar o idioma de uma das Nações mais cultas, e civilizadas; já era tempo de conhecermos a lingua da Nação mais rica, e poderosa do mundo, e que tem primado, entre outras em inventos uteis, e talvez mesmo em virtudes sociaes.

Infelizmente, Senhores, ainda estamos longe de ter quanto para a educação da mocidade havemos mister. Parece que um môço que se dedica as lettras não pode nelas sobresahir sem o conhecimento do Grego antigo, casa lingua dos sabios, a lingua de Platão, e de Aristotelis; assim como sem o conhecimento do Allemão, a lingua em que escreverão os architectos da moderna hilosoophia certo, Senhores, ella não deve ser ignorada por aquelles, que querem

conhecer e familiarisar-se com bela e transcendente filosofia espiritualista; e por outro lado, assentão os bons entendedores que Leibnits, Kant, Scheng, e em outro gênero Sehiher e Goethe só podem ser cabalmente compreendidos no próprio idioma, em que escreverão. E basta, Senhores, que a Allemanha tenha sido o berço, e seja hoje o empório da moderna philisophia para convencermonos da necessidade de aprendermos o seu idioma.

Não parão ainda qui as nossas necessidades, não é só em linguística que carecemos de novas creações; entre muitas que omito, tocarei de passagem na de uma cadeira, em que especial e exclusivamente se ensine a historia universal. Desta disciplina, Senhores, que faz parte hoje da 3ª cadeira, cujas matérias são superiores a possibilidade do ensino em um anno por um só Professor, (não seja eu quem o diga falem por mim todos aquelles que se tem dedicado a esse estúdio tão ameno) d'esta disciplina digo, é evidente que nada quase se aproveita, estando o Professor sobrecarregado com o ensino de mais quatro outras, cada uma das quaes é mais que suficiente para occupar activamente um Professor que a queira ensinar com o desenvolvimento, que lhe tem dado distinctos Professores.

Tenho-me occupado, Senhores, da falta que sentimos do que se costuma designar pelo nome de bellas lettras; mas limitar-se-hão apenas á isso as nossas necessidades? É sabido, Senhores, que rodas as Nações cultas se dedicão com esmero as artes liberaes. No Brazil mesmo não tem sido ellas absolutamente lançadas em olvido. Os minguados recursos dos cofres da Província me inutilisão os anhelos e aspirações ao estabelecimento de uma Academia de bellas artes. Cumpre porem dizer alguma couza acerca d'aquellas algumas das quaes são todas interessantes tão prestimosas nas diversas phazes da vida social, que nos países cultos costumão fazer parte da educação primária; entretanto que na Parahyba são ellas quase geralmente ignoradas. Fallo do dezenho e musica. Desta ultima, Senhores, que eu chamarei divina, reputo ocioso falar; sua utilidade é mui palpável, e geralmente reconhecida; e como filha do Céu é sempre agradável, e por todos apetedida.

Quando a arte do dezenho, principalmente ella tornase essenciaissima a todos aquelles, que dezejam ter uma educação acabada; e é por sem duvida indispensável para o estudo de muitas sciencias, e ainda mais para a pratica das artes. Eu prescindo, Senhores, de quanto ha de ameno, e deleitavel n'essa arte mimosa, que serve para representar todas as belezas, tudo quanto há de grande, de sublime e maravilhoso no bello da natureza material, resultante dos fenômenos da luz; e sinto que o laconismo, que me impuz observar nesta breve allocução, não permita engolfar-me em mais extensas consideraçoens acerca de quanto ha de bello e de ameno n'essa arte maravilhosa; ella que familiariza, copiando-as, com todas as belezas e raridades, que a provida natureza, ou a mão fecunda da indústria tem espargido por todo o globo; ella que nos põe presentes, como se os tivéssemos vendo, objetos, que as vezes existem a milhares de léguas longe de nós; ella que nos faz ver com as mais finas, e delicadas cores esses objetos sempre dignos de nossa memoria, e da mais sincera adoração, esses prodígios portentosos de Sabedoria Increada, que tanto enobrecem a nossa Religião; ella que nos recorda, e põe diante dos olhos que sabe retratar fielmente o homem, e o bruto, a arvore e a rocha, o rio e o mar, a noite e o dia, o facho e a estrela, o monte e o valle; a ella digo só por si, e com esses títulos se recommenda a nossa sollicitide. Mas são esses por sem duvida ainda os seus menores títulos. E em relação as necessidades e utilidades da vida real, que eu a encaro, e sob esse aspecto certo que se lhe não pode em consciência recusar um desvelado culto.

Eu vejo, Senhores, que para se entrar os peneiraes da sublime arte da pintura, e de mister que primeiro se transponhão os umbrais do dezenho: a palheta quasi que seria inútil sem o soccôrro dos lapes; e se este não fora, o mundo não teria hoje d'admirar Appelles, Raphael, e Rubens em pintura; Phidias, Cánova e Miguel Angelo em escultura; Fontana, Affonso Domingus, e Maxado de Castro em architectura; não teríamos tanto e tão maravilhosos inventos mecânicos, que antes de surgirem perfeitos da mente combinaçoens sobre o papel, em que o lapes traçasse ora um, ora outro modelo, até que alfim resultasse a machina perfeita,

e capaz de por sua aplicação concorrer para o maravilhoso desenvolvimento da indústria, que parece ter crescido espontaneamente neste meio século.

E pois, Senhores, a Astronomia, as Mathematicas, a Phisica, a Chimica; a Botanica, e as artes mecânicas não terão chegado ao grão de perfeição, que o mundo hoje conhece, se não tivessem o poderoso concurso da arte do dezenho, que lhes tem sido, e há de ser em todos os tempos, um auxiliar prestimoso, e mesmo indispensável.

Bem, a essa arte tão necessária como chave de muitas outras artes, e sciencias; tão útil da vida social, tão grata ao coração pelos gosos inumeráveis, que lhe proporciona, é ainda quase desconhecida na Parahyba!

Macula indelével, que estigmatiza a mimoria dos nossos passados Governantes, e Legisladores. Hoje porem o meu coração se expande de jubilo por ter de anunciar-vos que o nosso actual Presidente da província que entre nós se tem distinguido por seu amor a justiça, as artes e as lettras, esse brioso militar, que a sombra dos louros que lhes ornão a fronte, não hesita em afastar-se da senda sedicã, e quiça mesquinha, que sõem trilhar outros administradores e encetar uma nova, talvez perigosa, mas sempre gloriosa, a de arrostrar velhos abusos e cortar-os com repetidos ctos de reconhecida justiça, ou de publica utilidade; hoje ia eu dizendo, S. Exc. o Sr. Presidente da Província reconhecendo a falta que sentíamos, e a utilidade do ensino do dezenho, dignou-se remediar a incúria dos tempos passados, e fez a criação de uma cadeira, em que se ensine aquella arte.

Tal é, Senhores, o objeto para que hoje aqui nos reunimos: vamos inaugurar a instalação d'aquella cadeira. Praza a Deos que os nossos jovens se compenetrem como eu da utilidade d'essa instituição, e procurem aproveitá-la, frequentando-a com assiduidade, e aplicação! Possão eles realizar minhas previsões; e não hesito de afirmar que será este o acto, que mais lustre dará a esclarecida administração do Exm. Sr. Amorim Beserra; e os seus benéficos resultados gravarão no futuro o jome de benemérito Presidente no coração dos Parahybanos, amigos da civilização, e do progresso. O seu nome ficara ligado a esta bela instituição.

Exm. Sr., digne-se V. Exc. revelar que a viva comoção, que de meu coração se apoderou por ver satisfeita hoje uma das grandes necessidades, e remediada uma notável lacuna deste Lycêo, me atargasse em falar perante este auditório como se fosse ante Legisladores. Revelem'o pela certeza de que se o fiz foi por me caber a distincta honra de falar perante V. Exc., e não quere desaproveitar uma tão soemne ocasião para fazer sentir as necessidades deste Estabelecimento, ao menos as mais instantes. Digne-se V. Exc. de acolher com a sua costumada bondade aquelllas minhas reflexões e empenhar os seus esforços a prol do desenvolvimento das lettras nesta Provincia; e continuando V. Exc. a promover creações tão uteis como a que ora a Patria o distingue, achar-se-há gravado no coração, e na memoria dos Parahybanos.

Lycêo da Parahyba, 18 de julho de 1850. O Director do Lycêo Padre João do Rego Moura.
(grifo nosso)

P. 47 - **Jornal:** O Governista Parahybano

Data: 28 de setembro de 1850

Signatário: -

Destinatário: Director e inspector d'administração das rendas

Classificação da Carta: -

Assunto: Licença de quinze dias por motivo de molestia ao professor de rhetorica do lyceo SETEMBRO 25. – Portaria concedendo quinze dias de licença com vencimento por motivo de molestia ao professor de rhetorica do lyceo Manoel Porfirro Aranha, devendo correr do dia em que foi apresentada ao director respectivo.

- Comunicou-se ao director, e ao inspector d'administração das rendas.

P. 58 - **Jornal:** O Governista Parahybano

Data: 16 de novembro de 1850

Signatário: -

Destinatário: Administração das rendas

Classificação da Carta: Negócios e Encargos

Assunto: Pedido de pagamento das despesas do lyceo

- Ao mesmo mandando pagar a despeza feita no lyceo no mez de outubro findo.
- Ao professor de rhetorica do lyceo Manoel Porfirio Aranha que estando Sme. no exercicio de derector interino por se ter de retirar ao termo do Pilar a serviço publico o professor mais antigo que tal emprego ocupava Maurique Victor de Lima, cumpria que Sme. exercesce tambem o cargo de director geral da instrucção publica, rubricando os atestados com que teem os professores de receber o seu ordenado, até que se recolha a capital o mencionado professor.
- Communicou-se a administração das rendas.

P. 70 (P.S.: Fala sobre as cadeiras do Liceu, mas não cita História - 1851)

P. 83 - **Jornal:** A Regeneração

Data: 01 de maio de 1861

Signatário: -

Destinatário: Diretor da Instrução Pública

Classificação da Carta: Negócios e Encargos

Assunto: Nomeação de Professor

Idem ao mesmo.- O professor do liceu Manoel Porfirio Aranha, nomeado para servir interinamente o lugar de diretor da instrução pública, segundo já foi comunicado a essa repartição, acaba de participar a presidência ter entrado a 18 do corrente no exercício do dito lugar: o que levo ao conhecimento de Vmc. para os devidos efeitos.

P. 83 - **Jornal:** A Regeneração

Data: 18 de maio de 1861

Signatário: -

Destinatário: -

Classificação da Carta: Participação e Notícias.

Assunto: Prorrogação de licença; Pagamento de despesas.

Substituto do liceu desta cidade, Claudiano Joaquim Bizerra Cavalcanti de Albuquerque, concede-lhe prorrogação por mais três meses da licença, sem vencimento, que obteve em data de 14 e fevereiro do corrente ano. Fizerão-se as convenientes comunicações.